



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E
CULTURA – PCL**

**SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA EM FAMÍLIAS DE
ADOLESCENTES QUE COMETERAM OFENSA SEXUAL**

BRUNO NOGUEIRA DA SILVA COSTA

Brasília – DF

2012



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E
CULTURA – PCL**

**SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA EM FAMÍLIAS DE
ADOLESCENTES QUE COMETERAM OFENSA SEXUAL**

BRUNO NOGUEIRA DA SILVA COSTA

Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Psicologia Clínica e Cultura (PCL) do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dra. Liana Fortunato Costa

Brasília – DF

2012

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob orientação da Prof.^a Dra. Liana Fortunato Costa.

Aprovada por:

Prof.^a Dra. Liana Fortunato Costa

Presidente

Prof. Dr. Vicente Faleiros

Membro Externo

Prof.^a Dra. Luísa Habigzang

Membro Externo

Dra. Viviane Amaral

Membro Suplente

Aos adolescentes e suas famílias, para que possam aprender relações interpessoais construtivas e harmoniosas.

AGRADECIMENTOS

À minha família que muitas vezes tolerou o meu distanciamento e esforço para concluir este trabalho. Especialmente à minha mãe, Nice, e ao meu irmão, Carlos, que me apoiaram constantemente para a conclusão deste trabalho.

À professora Dra. Liana Fortunato Costa por ter me acolhido como orientando e por ter dedicado muito esforço e sabedoria no meu desenvolvimento acadêmico. Sua orientação e suporte foram fundamentais para a construção deste trabalho.

À Coordenação do Centro de Atendimentos e Estudos Psicológicos – CAEP, centro de custo onde trabalho, por incentivar o meu desenvolvimento profissional e acadêmico, e em especial à Prof.^a Dra. Elizabeth Queiroz, por ter me dado todo o apoio institucional que precisei ao longo desses dois anos.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PCL) do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília que acreditou e investiu no meu projeto de pesquisa.

Ao Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica (COMPP) por ter me acolhido como pesquisador e ter aceitado a minha proposta de trabalho.

Às colegas de pesquisa Denise, Eika Junqueira, Fernanda Falcomer, Júlia Barros e Lucy Mary Stroher, com quem aprendi muito sobre adolescentes que cometem abuso sexual e com quem pude contar com todo o auxílio na realização deste trabalho, disponibilizando tempo, dedicação e debates.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura pelo conhecimento e debate construído em sala de aula. Em especial o Prof. Dr. Maurício Neubern, que sempre me estimulou a me aventurar no campo da pesquisa e me estimulou a desenvolver uma percepção complexa e sistêmica dos fenômenos, e a

Prof.^a Dra. Gláucia Diniz que me ajudou a perceber que a organização de gênero transversa os tempos e espaços das relações humanas, familiares e sociais.

A todos os adolescentes e seus familiares que conheci ao longo da pesquisa. Sem a anuência e a participação destes, este trabalho não seria possível.

Aos estagiários Adriana Elisa, Igor Cavalcanti e Lorena Rodrigues que me auxiliaram e responderam com prontidão às exigências de cada atividade da pesquisa.

Às colegas de trabalho do CAEP, que acompanharam o meu esforço.

Aos amigos do coração Alciane Barbosa, Caio Reis, Luís Fernando Arantes, Rosângela Ximenes e Yvanna Ayres Sarmet, que me apoiaram incondicionalmente, me ajudaram a superar a fadiga dessa jornada e me estimularam a fazer sempre novos questionamentos.

À nobilíssima amiga, Giselle Silva, que me ajudou com reflexões metodológicas e muito contribuiu no meu preparo para defender o conhecimento que defendo neste trabalho.

Às caríssimas amigas de pós-graduação Sâmia Abreu e Silvia Lordello, pelas conversas, reflexões acadêmicas, dicas, apoio e momentos de descontração.

À Luciana Postiglioni, pelo companheirismo, apoio, carinho, paciência e sabedoria nos meus momentos de pressão.

Aos alunos de Tópicos Especiais em Psicologia da Personalidade – Abuso Sexual: Vítimas e Ofensores, pelos momentos de crescimento e reflexão vividos em sala de aula.

Às secretárias do PCL, Gemmima e Sandra, pela atenção, orientação e disponibilidade para resolver questões administrativas ao longo do mestrado.

Por fim, mas não menos importante, a Deus, por ter me concedido a força e a coragem para enfrentar os obstáculos surgidos nesta jornada acadêmica.

RESUMO

O presente estudo tem como tema a sexualidade de adolescentes que cometeram abuso sexual intrafamiliar. Para compreender o objeto de estudo, apresentam-se as bases conceituais adotadas de adolescência, família, sexualidade, desenvolvimento psicosssexual e violência intrafamiliar. O objetivo é investigar como ocorre a expressão da sexualidade dos adolescentes pesquisados em família. Para isto se busca, como objetivos específicos, elucidar como os adolescentes pesquisados aprenderam sobre o tema no contexto familiar, quais são os discursos familiares sobre sexualidade, e como a família, ao longo de gerações, expressa a sua sexualidade. Este trabalho insere-se no campo da pesquisa qualitativa com base no referencial teórico da terapia familiar sistêmica, realizado no contexto de um centro de atendimento de saúde pública – Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica (COMPP). Utiliza-se o método construtivo-interpretativo de González Rey, com a intenção de criar zonas de sentido. Participaram do estudo cinco famílias com adolescentes, que cometeram abuso sexual intrafamiliar, na faixa etária de 12 a 17 anos, encaminhados pela rede de proteção do Distrito Federal e do entorno, no contexto. Os instrumentos adotados foram: entrevista semiestruturada, jogo dramático, construção de material gráfico, genogramas e complementação de frases. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com cada adolescente e seu responsável com o objetivo de identificar se o adolescente se enquadrava dentro dos critérios de inclusão (adolescentes do sexo masculino, encaminhados pela rede de proteção do Distrito Federal e do entorno, que abusaram sexualmente de alguma criança da família ou de alguma criança de convivência próxima). Após a entrevista, foi realizado o Grupo Multifamiliar com sete encontros com os seguintes temas: proteção, sexualidade, fantasias, violência é um crime, genogramas, apresentação dos genogramas e projeto de futuro das relações familiares. Cada encontro teve a duração de três horas, distribuídas em atividades de aquecimento, desenvolvimento do tema e fechamento. Para a análise e interpretação das informações levantadas, fez-se a construção de três zonas de sentido: família, violência e sexualidade. A primeira zona abarca questões relacionadas à organização espacial da casa, às regras familiares, às redes social e familiar de apoio e aos valores familiares. O segundo núcleo reflete os motivos do uso da violência intrafamiliar e os aspectos intergeracionais. E o núcleo sexualidade destacou como os adolescentes da pesquisa expressam a própria sexualidade, quais os discursos familiares sobre sexualidade e a repercussão desses discursos nos adolescentes. Conclui-se que a estrutura familiar, a violência como recurso pedagógico e os discursos familiares sobre sexualidade representam alguns dos tijolos de uma construção de uma expressão sexualmente ofensiva. Contudo, frisa-se que os resultados identificados não representam fatores únicos de determinação, e que há fatores de outras naturezas envolvidos nesse processo. E por fim, apresenta-se os benefícios, os limites e os desafios do procedimento de Grupos Multifamiliares adaptado para o público em questão e sugestões de futuras pesquisas.

Palavras-chave: adolescentes que cometeram abuso sexual, família, violência, sexualidade.

ABSTRACT

The present study has as its theme the sexuality of adolescents who have committed intrafamilial sexual abuse. In order to understand the subject of study, herein are presented the conceptual basis adopted for adolescent, family, sexuality, psychosexual development and intrafamilial violence. The aim is to investigate how the sexuality of the adolescents surveyed is expressed within the family, so that will clarify how the surveyed adolescents learned about the topic in the family context, what are the familiar discourses on sexuality, and how the family, over generations, express their sexuality. This work is part of the field of qualitative research based on the theoretical framework of systemic family therapy, which was conducted in the context of a service center for public health – the Center for Medical Psychopedagogical Guidance. To carry out this research it was used the constructive-interpretative method of González Rey, with the intention of creating zones of meaning. Under this approach were studied five families with adolescents who have committed intrafamilial sexual abuse, aged 12-17 years, referred by the safety net of the Distrito Federal and the surrounding area, in the context. The applied instruments were: semi-structured interview, dramatic play, building graphics, genograms and completion of sentences. One structured interview was performed with each adolescent and his liable in order to identify whether the teen fit within the criteria for inclusion (male adolescents who were referred by the safety net of the Distrito Federal and the surrounding areas, who have sexually abused any child from their families or any child living nearby). After the interview, seven Multi-Family Group meetings were carried out on the following themes: protection, sexuality, fantasy, violence is a crime, genograms, genograms presentation and the family relationships project for the future. Each meeting lasted three hours, distributed in warm up activities, theme development and closing. For the analysis and interpretation of the information gathered, three zones of meaning were built: family, violence and sexuality. The first zone covers issues related to the spatial organization of the home, to the family rules, to the social and family network of support and to the family values. The second zone reflects the reasons for the use of intrafamilial violence and intergenerational aspects. And the third highlighted how the surveyed adolescents express their sexuality, which are the familial discourses on sexuality and their impact on the adolescents. The conclusion is that family structure, the violence as a teaching resource and the familial discourses on sexuality represents some of the bricks which builds a sexually offensive speech. However, it is stressed here that the identified results does not represents unique factors of determination, and that there are factors of several nature involved in this process. Finally, it was presented the benefits, limits and challenges of the procedure of Multi-Family Groups adapted to the audience in question and suggestions for future researchs.

Key-words: adolescents who commit sexual abuse, family, violence, sexuality.

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência

ACAS – Adolescentes que Cometeram Abuso Sexual

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

COMPP – Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT – Conselho Tutelar

DCA – Delegacia da Criança e do Adolescente

DPAI – Delegacia Para o Adolescente Infrator

DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GM – Grupo Multifamiliar

IATSO – International Association for the Treatment of Sexual Offenders

IML – Instituto de Medicina Legal

MS – Ministério da Saúde

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ONU – Organização das Nações Unidas

PAV – Programa de Atendimento e Prevenção à Violência

SEE/DF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SES-DF – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

VIJ – Vara da Infância e da Juventude

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações Gerais sobre os Adolescentes e Seus Familiares Durante o GM.....	p. 66
Tabela 2. Informações Gerais sobre as Situações de Abuso Sexual.....	p. 67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Genograma 1: Família Alberto.....	p. 87
Figura 2 – Legenda Genograma 1:.....	p. 88
Figura 3 – Genograma 2:.....	p. 91
Figura 4 – Legenda Genograma 2:.....	p. 92
Figura 5 – Genograma 3:.....	p. 95
Figura 6 – Legenda Genograma 3:.....	p. 96
Figura 7 – Genograma 4:.....	p. 104
Figura 8 – Legenda Genograma 4:.....	p. 105
Figura 9 – Genograma 5:.....	p. 109
Figura 10 – Legenda Genograma 5:.....	p. 110

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	16
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
3.1. Paradigma Sistêmico	23
3.2. Concepção de adolescência	25
3.3. Concepção de família	27
3.4. Concepções de sexo, sexualidade e gênero	32
3.5. Concepção de violência sexual contra crianças e adolescentes.....	35
3.6. Quem é o adolescente que comete ofensas sexuais?.....	38
3.7. Estudos sobre família e violência sexual.....	40
3.8. Diretrizes norteadoras para trabalhar com adolescentes que cometem abuso sexual.....	42
3.9. Grupos Multifamiliares	44
MÉTODO.....	47
4.1. Contexto da Pesquisa.....	47
4.2. Participantes.....	47
4.2.1. Família do Alberto	48
4.2.2. Família do Levi.....	50
4.2.3. Família do Lino	52
4.2.4. Família do Rafael.....	54
4.2.5. Família do Sabino	56
4.3. Instrumentos.....	60
4.4. Procedimentos.....	61
4.4.1. Primeira Fase – Participantes	62
4.4.2. Segunda Etapa – Realização do GM.....	63
4.4.2.1. Estrutura do GM.....	63
4.4.2.2. Temas do GM	64
4.4.2.3. Etapas do GM	64
4.4.2.3.1. 1º Encontro: Proteção	66
4.4.2.3.2. 2º Encontro: Sexualidade	66
4.4.2.3.3. 3º Encontro: Fantasias.....	67
4.4.2.3.4. 4º Encontro: Violência é um crime.....	68
4.4.2.3.5. 5º Encontro: Genograma	69
4.4.2.3.6. 6º Encontro: Apresentação dos Genogramas	69

4.4.2.3.7.	7º Encontro: Projeto de Futuro das Relações Familiares	69
4.5.	Cuidados Éticos.....	69
4.6.	Análise das Informações.....	70
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....		72
5.1.	Família do Alberto:	73
Figura 2	79
5.2.	Família do Levi	79
Figura 4	83
5.3.	Família do Lino	83
Figura 6	87
5.4.	Família do Rafael	87
Figura 8	95
5.5.	Família do Sabino	95
Figura 10	100
5.6.	Núcleo de Análise sobre a Família: Cerceamento e Valores Patriarcais Influenciando a Expressão Sexualmente Ofensiva dos Adolescentes	100
5.6.1.	Organização Espacial da Casa.....	101
5.6.2.	Regras da Família	102
5.6.3.	Rede Social e Rede Familiar de Apoio	106
5.6.4.	Valores Familiares	111
5.7.	Núcleo de Análise sobre a Violência: Violência Como Recurso para a Solução de Problemas	113
5.7.1.	Aspectos Intergeracionais: Quando Educar é Violar.....	113
5.7.2.	O Homem Adulto na Família: Pode Ser Marido, Mas Não É Pai.....	117
5.7.3.	A Violência Tem Justificativa	120
5.8.	Núcleo de Análise sobre a Sexualidade: Como os Discursos Familiares Afetam os Adolescentes?.....	124
Fantasias: Em busca de uma expressão sexual lasciva		124
Fantasias: Tragédia com final feliz		128
CONSIDERAÇÕES FINAIS		133
REFERÊNCIAS		139
ANEXOS.....		159

APRESENTAÇÃO

Ao considerar que o estudo de um fenômeno está inerente ao olhar do observador, e que este olhar possui uma história, e ao considerar a relevância de situar a fala deste pesquisador, apresento como ocorreu o meu interesse pelo tema por adolescentes que cometem abuso sexual e pela sexualidade. O interesse por adolescentes em contexto de justiça ocorreu no período de estágio curricular do curso de psicologia do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) no Centro de Abrigamento Reencontro – CEAR (2004). Nesta instituição governamental, entrei em contato com adolescentes de ambos os sexos¹ que estavam lá por motivos diversos. Ao ouvir as histórias de violência que esses adolescentes praticaram, mas que também sofreram, a dinâmica da violência em adolescentes em contexto de justiça se tornou foco de meus estudos: como ocorre em diversas instituições (família, escola, abrigo e comunidade), como é mantida, quais fatores de risco estão envolvidos, quais fatores protetivos e quais recursos existem para preveni-la. Estes foram exemplos de questionamentos que passei a buscar respostas na literatura especializada.

Foi no estágio supracitado que o fenômeno do abuso sexual se tornou relevante para mim. Várias meninas que estavam abrigadas relataram histórias de diversos tipos de violência sexual (abuso sexual intrafamiliar, exploração sexual e estupro no contexto de rua). Novos questionamentos começaram a surgir, como: o que leva um pai, um tio, um irmão e um primo a cometer abuso sexual? O que há na história dessas pessoas que podem se constituir em fatores de risco? Há alguma terapêutica? As respostas dessas perguntas, diferente dos questionamentos anteriores, não foram fáceis de serem encontradas, primeiro pelo fato de que no ano do estágio a publicação nacional sobre o

¹ Na época existia apenas um CEAR para abrigar crianças e adolescentes de ambos os sexos. Atualmente existem duas unidades, CEAR I para crianças e adolescentes do sexo feminino, e CEAR II para crianças e adolescentes do sexo masculino.

tema era quase inexistente e segundo pelo difícil acesso à publicação internacional, na condição de graduando.

Com estes questionamentos em mente, iniciei o meu projeto de mestrado no ano de 2010, aprofundando meus estudos sobre adolescentes que cometem abuso sexual e participando da pesquisa coordenada pela professora Dra. Liana Fortunato Costa sobre Grupo Multifamiliar com Adolescentes Ofensores Sexuais, realizada no Centro de Orientação Psicopedagógica – COMPP. Ao longo da minha participação na segunda etapa da pesquisa e com a leitura da bibliografia realizada, o tema da sexualidade desses adolescentes começou a se tornar imprescindível.

No segundo semestre de 2011, ministrei junto com a minha orientadora a disciplina Tópicos Especiais em Personalidade: Abuso Sexual – Vítimas e Perpetradores. Nesse momento, pude compartilhar e trocar com o corpo discente várias pesquisas, questionamentos e dúvidas sobre adolescentes que cometem abuso sexual.

INTRODUÇÃO

A descoberta (e o reconhecimento) da violência sexual contra crianças e adolescentes é um fato recente no Brasil, que data as duas últimas décadas do século XX (Landini, 2005). Alguns marcos históricos possibilitaram a identificação e o reconhecimento desse fenômeno neste Estado. Esses fatores se encontram na dimensão legislativa, na força dos movimentos sociais, na influência da produção acadêmica e no desenvolvimento de políticas públicas (Esber, 2009; Landini, 2005).

No nível legal internacional, há a Declaração de Genebra, assinada no ano de 1924, pela Liga das Nações, e a Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente, no ano de 1959, assinada pela Organização das Nações Unidas – ONU. Apesar de nenhum destes documentos legais serem de caráter político sem poder vinculante, eles possibilitaram aos estados-membros a reflexão dos direitos (bem como a condição) das pessoas indefesas. A última declaração em especial influenciou diretamente a Constituição da República Federativa Brasileira, de 1988, em especial o artigo 227, o qual responsabiliza a família, a sociedade e o Estado na garantia de todos os direitos fundamentais da criança e do adolescente, como também influenciou o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no ano de 1990 (Esber, 2009).

Os movimentos sociais, como o feminismo, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes também contribuíram (e contribuem) na identificação e no enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. Por meio de ações afirmativas, estes movimentos exigem do Estado instrumentos de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes em contexto de vulnerabilidade (Esber, 2009).

A academia brasileira, a partir da década de 70 do século XX, se apropriou do tema da violência sexual e construiu uma ampla produção de pesquisas e publicações. E por

fim, o último marco histórico, foram as políticas públicas desenvolvidas no Brasil, como o Programa Sentinela, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o Plano Nacional de Enfretamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, sob a responsabilidade da Secretaria dos Direitos Humanos; e a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde (Landini, 2005).

É importante frisar que todos esses processos históricos tiveram como foco principal, senão único, crianças e adolescentes vítimas de violência. E quando o adolescente comete um tipo de violência sexual?

O comportamento de ofensa sexual praticado por adolescente é considerado como um desrespeito às leis brasileiras, o que configura em ato infracional. Ao tratar da questão de adolescentes em conflito com a lei é importante considerar as diretrizes do ECA (Brasil, 1990). Esta lei estabelece as medidas socioeducativas como meio de responsabilização do adolescente que cometeu ato infracional. Estas medidas têm por objetivo atuar de forma pedagógica, com o objetivo de promover a reeducação e a ressocialização do adolescente (Coutinho, Estevam, Araújo, & Araújo, 2011). Contudo, este objetivo pedagógico só pode ser efetivado mediante o conhecimento específico que dê suporte nas ações educativas.

O adolescente ofensor sexual é definido como aquele sujeito que se encontra entre o início da fase da puberdade até a idade da maioridade legal, que comete qualquer ato sexual com uma pessoa de qualquer idade, contra o desejo e sem o consentimento dela. Pode agir de maneira agressiva, exploratória ou ameaçante (Ryan, Lane, Davis, & Isaac, 1987). Esse conceito estabelece que o adolescente ofensor sexual considerando a dimensão biológica (o início da fase da puberdade) e a dimensão sociocultural (maioridade legal).

A definição também estabelece os parâmetros comportamentais envolvidos no ato abusivo.

Uma pesquisa realizada pelo *Bureau of Justice Statistics*, órgão pertencente ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos, coordenada por Snyder (2000), identificou que 23,2% dos casos de violência sexual foram cometidos por adolescentes. Desta porcentagem, a agressão mais cometida foi sodomia² (36,2%) e a menos cometida foi a de estupro³. A pesquisa também identificou que dentre o público pesquisado, 16% tinham menos de 12 anos de idade (crianças pré-púberes). Este grupo esteve mais envolvido na prática de agressões sexuais anais.

No Brasil, não há ainda um estudo estatístico comparando a incidência deste tipo de violência sexual entre adultos e adolescentes. Os estudos epidemiológicos neste país buscam identificar principalmente se a violência foi no contexto intra ou extrafamiliar.

O Relatório Anual de Denúncias de Abuso e Exploração Sexual de 2002 (Abrapia, 2003) identificou que 58,35% de 994 denúncias de abuso sexual infanto-juvenil foram intrafamiliares. Porém, é importante observar que os demais casos (41,65%) considerados como extrafamiliares não significam que foram causados por desconhecidos. Apenas uma pequena amostra representa que a pessoa não tinha nenhum vínculo com a criança ou a família, como é o caso de aliciadores. A maioria dos casos de abuso sexual extrafamiliar tinha algum vínculo com a vítima (motorista de transporte escolar, babá, companheiro da avó da vítima, entre outros).

Martins e Jorge (2010) realizaram uma pesquisa em Londrina e também identificaram índices semelhantes. Apenas 3,8% (de uma amostra de 186 casos) dos abusos sexuais cometidos contra crianças foram cometidos por desconhecidos. Aded, Dalcin e Cavalcanti (2007) realizaram uma pesquisa estatística no Rio de Janeiro com o

² Esta pesquisa considera sodomia como relação sexual anal.

³ Esta pesquisa considera estupro como relação sexual vaginal.

objetivo de construir uma estimativa sobre a ocorrência de abuso sexual no estado. Os resultados mostram que apenas 13,71% das pessoas que cometeram a violência sexual eram desconhecidos, 44,36% tinham algum tipo de vínculo com a criança e 30,65% dos casos não informaram sobre o autor do abuso sexual. Outro estudo brasileiro também identificou que a maioria das crianças (84,5%) foram vitimizadas por conhecidos, principalmente do meio familiar (Drezett, Caballero, Juliano, Prieto, Marques, & Fernandes, 2001).

A despeito dos estudos epidemiológicos se direcionarem mais em identificar o contexto do abuso sexual, há pesquisas que se preocuparam em identificar o perfil de adolescentes em conflito com a lei. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT – realizou uma análise estatística com o objetivo de desenvolver um perfil do adolescente que cometeu infrações. Este estudo revelou que dos 494 adolescentes participantes da pesquisa, 0,2% destes cometeram algum tipo de violência sexual (MPDFT, 2011).

Uma pesquisa inédita brasileira que se preocupou em estudar as características de adolescentes que cometeram abuso sexual, que foi realizada na Delegacia para o Adolescente Infrator – DPAI – em Porto Alegre, identificou que a maioria dos adolescentes menores de 14 anos vitimizaram principalmente crianças na faixa etária de 7 a 10 anos e de 3 a 6 anos. Os adolescentes maiores de 14 anos abusaram mais de adolescentes entre 15 a 17 anos. A pesquisa ainda identificou a natureza da relação entre vítima e adolescente que cometeu abuso sexual. No grupo de crianças que se encontra na faixa etária entre 3 a 6 anos, a maior incidência de autores que cometeram violência foi de adolescentes vizinhos (41,2%) e primos (23,5%) da vítima. As crianças que se encontram na faixa etária de 7 a 10 anos de idade foram abusadas na maioria por vizinhos (40,9%) e por colegas de escola (27,3%). O grupo de vítimas entre 11 e 14 anos de idade,

foi alvo principalmente de adolescentes que eram conhecidos da família (40%). Os adolescentes que eram vizinhos ainda representaram um grupo significativo (30%), seguido de adolescentes colegas de escola (20%). E por fim, o grupo de adolescentes vítimas de abuso sexual na faixa etária entre 15 a 17 anos foi alvo apenas de dois grupos de adolescentes: os vizinhos e conhecidos da família. Em relação ao local do abuso, a pesquisa identificou que o lugar onde apresentou a maior taxa da violência praticada foi na casa da própria vítima. Porém, a escola representou um lugar de risco para as crianças e adolescentes entre a faixa etária de 7 a 14 anos. (Bianchini & De Antoni, 2012).

Apesar da importância desses estudos, identificar a prevalência do abuso sexual é uma tarefa ainda muito difícil e árdua. E identificar o número de pessoas que cometem esse tipo de violência parece ser uma tarefa impossível. Um dos fatores envolvidos é que raramente as próprias pessoas que cometeram abuso sexual irão revelar esse comportamento. A maioria dos relatórios sobre abuso sexual obtém os seus dados de relatos das vítimas. E mesmo nesses relatos há problemas. O primeiro deles é que as pesquisas não buscam obter uma amostra demográfica representativa. E quando a pesquisa consegue essa amostra, nem sempre as participantes divulgam os detalhes dos fatos do abuso sofrido ou se recusam a responder todas as questões do estudo proposto. Além disso, deve se considerar ainda a possibilidade de falsas acusações, mesmo que esta incidência seja pequena (Marshall, Marshall, Serran, & Fernandez, 2006). Um outro problema é quanto a subnotificação. Alguns fatores relacionados à falta de denúncia e à subnotificação são: da parte das vítimas, os sentimentos de vergonha, culpa e tolerância são as principais barreiras para a denúncia e para a procura de ajuda; da parte dos profissionais há a relutância em reconhecer esse tipo de violência e o receio em relatar o fenômeno; da parte das instituições jurídicas há a exigência de regras estritas de

evidência; e da parte de todos o medo da dissolução da família (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005; Krug *et al.*, 2003).

Mesmo considerando as limitações dos estudos epidemiológicos, os resultados destes revela um consenso, que violência sexual intrafamiliar é significativamente superior a extrafamiliar. Este dado leva a questionar o que acontece nas relações familiares para que a comunicação ocorra por meio da violência, especificamente, a violência sexual? Como a sexualidade é abordada nas famílias desses adolescentes? Quais (e como os) discursos sociais sobre sexualidade transitam nessas famílias?

A investigação sobre a sexualidade do adolescente que comete abuso sexual é apresentado na literatura internacional por meio de procedimentos que procuram avaliar respostas fisiológicas (Blanchard & Barbaree, 2005; Blanchard, Barbaree, Blak, Cantor, Klassen, & Dickey, 2006), as conexões entre sexo e poder (Kamphuis, De Ruiter, Janssen, & Spiering, 2005), aspectos históricos e desenvolvimentais (Lussier, Beauregard, Proulx, & Nicole, 2005) e sobre as fantasias sexuais (Gee, Devilly, & Ward, 2004).

Ao considerar o exposto, a importância desta pesquisa se justifica primeiro pelo fato de que um adolescente, ao infringir o direito de terceiros, não implica em perder todos os direitos fundamentais que lhe são garantidos pelo ECA (1990) e pela Constituição Federal (1988). Independentemente da medida que lhe for aplicada para se responsabilizar, o direito à vida, à proteção, ao desenvolvimento, à saúde, entre outros devem ser garantidos. Segundo pelo fato que o oferecimento de tratamento para adolescentes que cometem abuso sexual é uma forma de promover fatores de proteção, e conseqüentemente, proteger a sociedade (Ward, Gannon & Birgden, 2007). E o terceiro motivo, talvez o mais importante, este trabalho tem a intenção de contribuir para os poucos estudos sobre sexualidade do público estudado, de modo a informar aos

profissionais de saúde como estas pessoas vivenciam e expressam a sua sexualidade, e a partir desse conhecimento, os profissionais possam desenvolver tecnologias que auxiliem na abordagem de adolescentes que cometem abuso sexual.

Diante do exposto, este trabalho tem como sujeitos de estudo os adolescentes que cometeram abuso sexual e suas respectivas famílias. O objeto deste estudo é a sexualidade de adolescentes que cometeram abuso sexual, e o objetivo geral é estudar como a expressão da sexualidade desses adolescentes ocorre em família. Para isso, os seguintes objetivos específicos foram elencados: 1) como o adolescente aprende sobre sexualidade com a sua família; 2) quais discursos sobre sexualidade são expressos em família; 3) como a família, ao longo de gerações, expressa sua sexualidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Paradigma Sistêmico

O trabalho proposto se fundamenta no marco teórico da perspectiva sistêmica por compreender que as bases epistemológicas deste pensamento respondem questionamentos que o modelo tradicional de fazer ciência não consegue responder. A seguir, apresentam-se os três pilares que fundamentam o paradigma adotado.

O pensamento sistêmico se alicerça nos pressupostos da complexidade, instabilidade e intersubjetividade, em contraposição das dimensões da simplicidade, estabilidade e objetividade da ciência tradicional. Enquanto a orientação da simplicidade buscou atomizar os objetos estudados, por meio de operações disjuntivas e reducionistas, a complexidade leva o pesquisador a buscar a contextualização dos fenômenos. Contextualizar o objeto de estudo significa promover a ampliação do foco (por exemplo, compreender a totalidade do adolescente no seu sistema familiar). O contexto não pode ser reduzido ao ambiente, além disso, ele inclui as relações que determinado fenômeno têm com todos os outros elementos do sistema (Esteves de Vasconcellos, 2010).

A contextualização representa um tipo de dificuldade de caráter empírico. Essa dificuldade significa que todos os fenômenos possuem relação entre si, “*nada está realmente isolado no Universo e tudo está em relação*” (Morin, 1996, p.275). Com essa tese, o autor afirma que tanto a parte está no todo, como o todo está na parte. Cada membro (parte) de uma família (todo /sistema) constitui esse sistema e contribui na construção e no desenvolvimento dele, e da mesma forma, a família (todo) está em cada membro (parte), por meio dos valores, das crenças, das regras, das proibições, da cultura. Apesar de o todo estar na parte, esta não perde a sua dimensão singular. Isso significa que a parte não é um mero reflexo do todo. De igual maneira, o todo possui suas

peculiaridades. Ele tem um conjunto de propriedades e qualidades que as suas partes não têm isoladamente. Em outras palavras, o todo é simultaneamente mais do que a soma de suas partes e menos que esta soma. É menos porque “*a organização de um todo impõe restrições e inibições às partes que o formam, que já não tem tal liberdade*” (Morin, 1996, p. 278).

Ao considerar essas características de um sistema, as operações utilizadas por meio da complexidade serão de distinção – distinguir o objeto de seu contexto sem dissociar aquele deste – e de conjunção – estabelecer interrelações e articulações. Dessa forma, compreende o pensamento complexo como pensamento integrador (Esteves de Vasconcelos, 2010; Morin, 1996).

A dimensão da instabilidade representa o caráter processual dos fenômenos naturais. Rejeita todas as características de um mundo estável e reconhece que este é indeterminado, imprevisível, irreversível e incontrolável. Dessa forma, o pressuposto da instabilidade inclui o fator tempo como fator fundamental na compreensão do desenvolvimento dos fenômenos. A dimensão histórica é integrada em cada sistema e a forma como essa história é significada no sistema pode influenciar nas escolhas dos próximos caminhos que esse sistema se deparará. “*O papel construtivo do tempo (processo irreversível) fica associado à evolução e à auto-organização*” (Esteves de Vasconcelos, 2010, p.127). Em outras palavras, a instabilidade é condição necessária para a ordenação dos sistemas.

E por fim, o eixo da intersubjetividade reconhece que a realidade depende diretamente do olhar do observador. Reconhece também que o conhecimento científico é uma construção social, em espaços consensuais por diferentes pesquisadores. Por meio desse pressuposto, a tese da possibilidade de um conhecimento objetivo do mundo como é na realidade e a tese da possibilidade de construir um conhecimento único e absoluto

são refutadas. Desse modo, defende-se que “*o conhecimento é relativo às condições de observação*” (Esteves de Vasconcelos, 2010, p.133). Essa afirmação não significa que o pesquisador se distanciará do realismo do universo, mas que ele escolherá o contexto para pesquisar o fenômeno. Com isso reconhece que um mesmo fenômeno pode ter diversas percepções, e que esses conhecimentos não precisam ser refutados entre si, mas podem (e devem) se complementar. Após explicitar os eixos balizadores deste trabalho, apresenta-se a seguir os conceitos de adolescência, família, sexo, sexualidade, gênero e violência sexual adotados nesta pesquisa.

3.2. Concepção de adolescência

A categoria adolescente nem sempre existiu, nem foi um fenômeno sempre investido de investigações filosóficas e científicas, moralistas e políticas ao longo da nossa história. A criação da adolescência (no mundo ocidental) ocorreu apenas no século XX com as concepções de “*pureza, força física, naturismo, espontaneidade e alegria de viver*” (Ariès, 1975/2006, p. 14). Mais do que isso, a adolescência, às vezes concebida pelo vocábulo juventude⁴ no início deste período, foi depositária de valores novos, o que possibilitou estabelecer transformações nas relações sociais e familiares. Dessa forma, a adolescência passou de uma posição desconhecida ou indiferenciada da infância, para um fenômeno social de intensa preocupação política, moral, social, literária e científica.

No Brasil não foi diferente. No ano de 1990, a República Federativa Brasileira sancionou a lei 8.069 que regulamenta o artigo 227, da Carta Magna de 1988 (Brasil, 1988), o qual atribui à criança e ao adolescente prioridade absoluta na garantia de seus direitos (à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à atenção integral e à

⁴ Para maior compreensão sobre o conceito de juventude, cf. J. Dayrell (2003). O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, 24, 40-52.

convivência familiar e comunitária). O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) – ECA – conceitua adolescente cronologicamente como a pessoa que se encontra entre a faixa etária de 12 a 18 anos. Além da construção histórica desse conceito jurídico, outros conhecimentos foram produzidos na tentativa de compreender esse processo de transição entre a infância e a vida adulta.

Esses conhecimentos, movidos por objetivos e sentimentos que variavam da intenção de estabelecer controle social a descrever os processos biológicos, psicológicos e sociais, significaram o adolescente como sujeito rebelde, revolucionário, em crise de identidade, com necessidades de afirmação e com sexualidade desenfreada (Aberastury & Knobel, 1992; Levisky, 1995; Outeiral, 1993). Em outra direção, pesquisadores e pesquisadoras como Bock e Liebesny (2003) e Ozella e Aguiar (2008) defendem que adolescência é uma construção histórica mediada pela cultura, sociedade e família, como também pelos interesses econômicos. E assim como apontam Ariès (1975/2006) e Fishman (1996), a adolescência não corresponde apenas a uma etapa biológica, mas também a uma função e transformação social. Em outras palavras, existem várias adolescências em construção ao considerar o contexto social em que elas estão inseridas, às experiências que elas vivenciam, à cultura que elas participam, ao estilo musical que escolhem, aos produtos e serviços que elas têm acesso e como o próprio adolescente significa esse processo.

Diante desses postulados, este trabalho estuda o adolescente em seu contexto familiar. Isso significa que se compreende o adolescente como parte da família. Esta instituição é o contexto social do qual o adolescente emerge e é nela e por ela que se pode encontrar os principais recursos para efetuar mudanças (Fishman, 1996; Minuchin, 1982).

3.3. Concepção de família

A outra categoria a ser explanada é a família. Assim como a adolescência, a compreensão moderna de família é uma invenção recente. Ariès (1975/2006) afirma que o sentimento de família começou a nascer entre o século XV e XVI. Esse sentimento é fortemente relacionado ao sentimento de infância, quando a criança começa a ser considerada como um sujeito que precisa de cuidados e espaços sociais protetivos. Desse modo, a família, a qual sempre existiu, e que historicamente teve diversas organizações e estruturas, começou a ter um novo significado e sentimento. De uma (con) fusão entre a dimensão privada e a pública (característica que persistiu até o século XV), a família passou a ser considerada como instituição de proteção, de intimidade e privacidade a partir do século subsequente. (Ariès, 1975/2006).

Diante dessas considerações históricas, nas quais se podem perceber diversas mudanças sobre e na família, neste trabalho, esta categoria é compreendida como um sistema aberto em constante transformação que opera por meio de padrões interacionais em diferentes contextos sociais. Além disso, esta instituição também possui um ciclo, um desenvolvimento com estágios / fases, que requerem reestruturações. E por fim, ao considerar que a mudança pode se efetivar de um macrossistema (sociedade) para um microssistema (família), a família deve se adaptar diante de circunstâncias modificadas, garantindo a continuidade e intensificação do desenvolvimento dos membros (Minuchin, 1982; Minuchin & Fishman, 1990).

Os membros familiares podem ser significados como subsistemas do sistema familiar. Os subsistemas são unidades de sistemas mais amplos (enquanto os membros são subsistemas do sistema familiar, a família é subsistema do sistema vizinhança, e este é subsistema da sociedade). Os subsistemas podem ser formados por geração (ex. subsistema de irmãos), função (subsistema parental, filial), interesse (atividades

esportivas, laborais e de lazer) e sexo (tia, mãe e filha). Uma pessoa integrante da família pode fazer parte de diferentes subsistemas, e dessa forma, ingressar em diferentes relações, com diferentes posicionamentos, papéis e fronteiras (Minuchin, 1982; Minuchin & Fishman, 1990).

Como se pode observar, cada subsistema familiar possui funções e exigências específicas para cada integrante familiar. A qualidade das relações interpessoais desenvolvidas por meio das relações entre os subsistemas ocorrem por meio de padrões interacionais e está baseada na liberdade de interferências de outros subsistemas. Essas interferências podem ocorrer de acordo com o tipo de fronteira que existe na relação (Minuchin, 1982; Minuchin & Fishman, 1990).

Os padrões interacionais são compreendidos como padrões transacionais, e se referem às operações repetidas que regulam os comportamentos dos membros da família. Dessa forma, esses padrões constituem a estrutura familiar, que por sua vez governa o funcionamento dos membros da família. Esse processo se mantém por meio de dois sistemas de repressão (genérico e idiossincrásico). O sistema de repressão genérico se refere às regras universais que governam a organização familiar (hierarquia familiar, complementaridade de funções). E o sistema de repressão idiossincrásico se refere às expectativas mútuas dos membros familiares (Minuchin, 1982; Minuchin & Fishman, 1990).

As fronteiras dos subsistemas se referem às regras que, além de definir quem participa e como participa, têm a função de proteger a diferenciação do sistema. Existem três tipos de fronteiras que são a nítida, a difusa e a rígida. O tipo de fronteira que existe nas famílias é um parâmetro útil na avaliação do funcionamento familiar (Minuchin, 1982).

Minuchin (1982) desenvolveu três categorias de fronteiras. A fronteira que contribui para o funcionamento saudável da família é a nítida. O que caracteriza uma fronteira nítida é a clareza das funções de cada membro familiar e a não interferência indevida na execução dos papéis. A fronteira difusa expressa a falta de concisão e precisão das relações familiares. A família gira em torno de si mesma, e apresenta como consequência uma comunicação mais prolixa e uma preocupação excessiva entre os membros familiares. A distância da fronteira diminui e esta fica nublosa. E a última fronteira é a rígida, que se refere a uma comunicação entre os subsistemas dificultosa e as funções protetoras das famílias ficam prejudicadas.

A fronteira rígida caracteriza a família como desligada, e a difusa como emaranhada. O desligamento e o emaranhamento não representam, necessariamente, uma qualidade funcional ou disfuncional das relações. Estas qualidades da família apenas fazem referência a um padrão transacional, um tipo de interação familiar. Ao longo do ciclo familiar, os subsistemas podem passar pelos três tipos de fronteiras. As crianças muito pequenas podem ter uma relação com os pais mais emaranhada. Quando adolescentes, a relação passa a ser mais nítida. E quando adultos, a relação com os pais pode ser mais desligada. Dessa forma, pode-se perceber que as fronteiras possuem um *continuum*, formado por dois polos extremos, de um lado relações inadequadamente rígidas, e do outro, relações extremamente difusas (Minuchin, 1982).

Quando as relações familiares ocorrem nesses extremos podem sinalizar algum tipo de patologia. As famílias emaranhadas, por exemplo, podem exigir dos membros a renúncia extrema de autonomia para proteger o sentimento de pertencimento. O não desenvolvimento da autonomia não permitirá o desenvolvimento de diferenciação de cada integrante familiar. Os filhos e filhas podem ter as habilidades cognitivo-afetivas comprometidas. No outro extremo, as famílias desligadas, podem expressar autonomia,

de modo que cada membro demonstre domínio dos problemas. Mas o sentido de independência é distorcido, e os membros carecem do sentimento de pertencimento e apoio (Minuchin, 1982).

O terapeuta familiar Fishman (1996) descreveu sobre os tipos de padrões transacionais disfuncionais decorrentes dos tipos de fronteiras difusas e rígidas. Esses padrões são: evitação do conflito (a família não reconhece o conflito, e conseqüentemente, evita a confrontação); difusão do conflito (incapacidade de lidar com os conflitos familiares, de modo que um terceiro agente interrompa a emersão do conflito); cismogênese complementar (sequências escaladoras de interação que promoveram um ajuste recíproco direcionado para a separação); cismogênese simétrica (sequências escaladoras de interação que levam a um comum acordo direcionado para o cisma); superproteção (grau exagerado de preocupação entre os membros familiares, o que impedirá o desenvolvimento da autonomia e competência dos membros).

Além das fronteiras, outro fenômeno que ajuda a compreender as relações familiares é o conceito de mantenedor homeostático. Assim como o processo de homeostase procura manter o estado corporal anterior por meio de vários processos fisiológicos, o mantenedor homeostático representa qualquer outro sistema (trabalho, comunidade, escola, família extensa, etc) ou subsistema familiar (membros da família nuclear) que manterá o *status* familiar anterior (Fishman, 1996).

O mantenedor homeostático pode atuar tanto como uma força positiva mantendo as relações familiares funcionais, quanto como uma força negativa, mantendo estas relações disfuncionais, e dessa forma, o sistema familiar permanece no mesmo estado, permanece em crise. Por isso a necessidade de estabelecer transformações na estrutura do grupo familiar, de modo que as posições de cada membro da família se alterem, e

consequentemente, que as experiências de cada pessoa se modifiquem na família e nos demais contextos sociais (Fishman, 1996; Minuchin, 1982).

O *status* da família também sofre influências dos movimentos internos (mudanças evolutivas dos próprios membros e subsistemas) e externos (exigências das instituições sociais significativas), bem como das situações de estresse. As situações de estresse familiar podem provir de quatro fontes (Minuchin, 1982).

Uma fonte é o contato estressante de um membro familiar com forças extrafamiliares. São situações estressantes de outros contextos, como trabalho, escola e comunidade, que podem alterar as fronteiras e o padrão transacional entre os membros e subsistemas familiares. Outra fonte é o contato estressante de toda a família com forças extrafamiliares. Alguns exemplos dessa fonte são as crises econômicas, as crises sociais, os desastres naturais, mudanças de cidade ou país, entre outras situações (Minuchin, 1982).

O *status* da família também pode mudar quando ocorre estresse em pontos de transição da família. As fases de evolução familiar exigem atualização e negociação das regras familiares. Novos subsistemas surgem, e novas fronteiras devem ser estabelecidas, por conseguinte, situações conflituosas ocorrerão. E a última fonte de estresse ocorre em torno de problemas idiossincrásicos, os quais podem ser de caráter permanente (como uma deficiência física) ou transitório (como dificuldades escolares das crianças). Este tipo de estresse sobrecarrega os mecanismos de competição entre os membros familiares e exige da família uma nova proposta de funções e redistribuição de poderes entre os membros familiares e os subsistemas (Minuchin, 1982).

Diante do que foi exposto sobre a categoria família, conclui-se que o esquema conceitual desta possui três dimensões: temporal (a família se adapta e se reestrutura ao longo de seu desenvolvimento), estrutural (a família sempre está em movimento expresso

por meio de padrões transacionais e de suas fronteiras) e adaptativa (a família busca formas de superar o estresse, objetivando a reestruturação). Após apresentar o paradigma científico norteador deste trabalho e os conceitos adotados sobre adolescência e família, as próximas categorias a serem explicadas são de sexo, sexualidade e gênero.

3.4. Concepções de sexo, sexualidade e gênero

Como este trabalho tem como um de seus objetivos compreender a sexualidade em família, é importante discriminar os conceitos de sexo, sexualidade e gênero. Weeks (2010) foi quem melhor descreveu didaticamente as diferenças conceituais entre essas categorias. Sexo se refere às diferenças anatômicas internas e externas que diferenciam homens de mulheres. Apesar de esse conceito fazer referência à dimensão biológica, é inegável que cada parte do corpo possui significados histórico-culturais (Butler, 2010; Vance, 1995). Dessa forma, para além da dimensão biológica, o sexo é *“uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural”* (Butler, 2010, p.155). Em outras palavras, o corpo está intimamente relacionado a uma norma social (regulatória).

Sexualidade está relacionada à *“descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas”* (Weeks, 2010, p. 43). Dessa forma, a sexualidade não se restringe à dimensão individual, mas perpassa pela dimensão política, religiosa, familiar, social e científica. Parafraseando o autor supracitado, só se pode compreender o adolescente que comete abuso sexual e suas atitudes em relação ao corpo e à sexualidade em seu contexto histórico, social, cultural e familiar. Em outras palavras, é necessário buscar compreender o fato discursivo sobre sexualidade. Quem fala, o que fala, onde se fala e como se fala

sobre sexualidade, bem como os respectivos efeitos e relações desse discurso (Foucault, 1988/2011).

Por fim, gênero é a categoria que estabelece a diferenciação e a organização social entre homens e mulheres (Weeks, 2010). Como existem vários conceitos sobre essa categoria, neste trabalho, adota-se a concepção pós-estruturalista. Scott (1995) fundamentou sua definição na articulação de duas proposições.

A primeira é a compreensão de gênero como “*um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos*” (Scott, 1995, p.86). Nessa proposição, há quatro subconjuntos interrelacionados e interdependentes, mas que não atuam de forma simultânea. O primeiro se refere aos símbolos culturais disponíveis que evocam representações simbólicas (Scott, 1995). Esse elemento ajuda a questionar que tipo de representações simbólicas são invocadas pelos adolescentes que cometeram abuso sexual, como elas são invocadas, e em quais contextos elas são invocadas.

O outro subconjunto se refere aos conceitos normativos que mediam a interpretação dos símbolos. Essas doutrinas são construídas pela família, pela religião, pela comunidade, pela sociedade, pela escola, pela política e pela ciência, de modo que gere significados de homem e de mulher. O terceiro elemento constitutivo se refere às concepções políticas, institucionais (família, escola, religião, ciência) e à organização social. E o último subconjunto se refere ao estudo da construção da identidade subjetiva de gênero relacionando esta com as atividades, as organizações e representações sociais envolvidas nessa construção (Scott, 1995).

A segunda proposição do conceito de gênero é a compreensão deste como forma primária de dar significado às relações de poder, ou como a historiadora prefere colocar “*o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado*” (Scott, 1995, p.88). Essas relações de poder não se restringem à organização

binária de sexo, mas abrange as diversas formas como a sociedade organiza e localiza crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Uma das contribuições da categoria gênero é que esta permite estudar os processos, estratégias e as práticas sociais e culturais plurais que mediam a construção de homens e mulheres (Meyer, 2010). Dessa forma, parafraseando a célebre frase de Simone de Beauvoir (1949/2009), não se nasce adolescente ofensor sexual, mas torna-se adolescente que comete abuso sexual.

Em outras palavras, o uso da categoria de gênero no estudo sobre abuso sexual se justifica pelos seguintes motivos: de não compreender fenômenos relacionais como processos naturais, mas sim como processos socioculturais (Meyer, 2010; Saffioti, 1987; Scott, 1995; Weeks, 2010), os quais, por conseguinte, formam estruturas de dominação, colocando não apenas as mulheres, mas também as crianças e não brancos em uma posição de inferioridade (Saffioti, 1987; Saffioti, 2001). O gênero também permite identificar quais princípios estruturadores da sociedade brasileira podem estar envolvidos no fenômeno aqui em estudo e que tipo de relações permeiam entre os adolescentes que cometem abuso sexual e as crianças que foram abusadas por estes. E por fim, por perceber que a sexualidade masculina é culturalmente genitalizada, de modo que impeça o homem de descentrar sua sexualidade para além dos órgãos genitais (Saffioti, 1987).

A despeito de este trabalho assumir que as implicações da sexualidade, como a escolha do objeto sexual, não são intrínsecas ou inerentes à pessoa, mas é construída a partir de possibilidades mais polimorfos (Vance, 1995), reconhece-se que há um desenvolvimento psicosssexual que deve ser considerado.

3.5. Concepção de violência sexual contra crianças e adolescentes

Antes de definir e localizar a violência sexual contra crianças e adolescentes, primeiro se define o que é violência. Esta é compreendida como “*um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas e o processo civilizatório de um povo*” (Faleiros, 1998, in Faleiros & Campos, 2000, p.8). Em outras palavras, a violência é um fenômeno dependente de um tempo e de um espaço, de um contexto. Dessa forma, tanto a violência como as relações sociosexuais adultos-crianças e adultos-adolescentes devem ser analisadas em seu contexto histórico, econômico, social e ético (Koller & De Antoni, 2004).

Alguns dados históricos sobre a relação sexual entre adultos e crianças revelam que esta era significada como uma relação social e culturalmente aceita e até mesmo juridicamente legal. Alguns exemplos são do período do século VI ao II a.C., na Grécia, com a prática da pederastia (em que um adulto, por exemplo, no papel de tutor, com o objetivo de ensinar algum ofício, tinha em troca de seu tutelado, o afeto, o carinho e as relações sexuais). Outro exemplo eram os casamentos politicamente arranjados, no período da Idade Média, que tinham aprovação legal e religiosa (Igreja Católica Romana), em que adultos poderiam casar com meninas de 12 anos de idade (Seto, 2008).

Alguns registros antropológicos relatam a aceitação de relações sexuais entre adultos e crianças, como é o caso da aceitação cultural das relações de intercurso anal entre homens e garotos do Vale de Siwa (Norte da África) e da prática da pederastia dos aborígenes Aranda (Austrália Central) (Green, 2002). Esses registros revelam que historicamente as crianças não foram consideradas como sujeito de direitos, e que as sociedades se organizaram em duas perspectivas que estão intimamente articuladas. A machista e a adultocêntrica, as quais legitimaram as decisões e autorizaram o domínio dos homens adultos sobre as crianças, os adolescentes (e as mulheres) (Faleiros &

Campos, 2000; Fuziwara & Fávero, 2011). É importante distinguir que o pátrio poder possui duas possibilidades de expressão. A primeira é não violenta e ajuda a socializar e inserir a criança na cultura; a outra é violenta, de modo que nega a dimensão de sujeito de direitos da criança.

Diante do exposto, adota-se o entendimento de violência sexual como um *“elemento constitutivo / conceitual de todas as situações em que crianças e adolescentes são vitimizados sexualmente”* (Faleiros & Campos, 2000, p.8). Dessa forma, conceitua-se violência sexual infanto-juvenil como uma *“relação de poder, autoritária, na qual estão presentes e se confrontam atores/forças com pesos/poderes desiguais de conhecimento, autoridade, experiência, maturidade, recursos e estratégias”* (Faleiros & Campos, 2000, p.8). A violência sexual produz um conjunto de implicações e consequências. A mais grave é a deturpação dos papéis e das relações socioafetivas e culturais entre adultos e crianças, e adolescentes e crianças, transformando estas relações em erotizadas, comerciais, violentas e criminosas. Além disso, a violência sexual confunde os limites intergeracionais, e, por conseguinte, confunde a representação social dos papéis de adulto, família, pai, tio, irmão, religioso, etc. (Habigzang & Koller, 2011; Faleiros & Campos, 2000; Fuziwara & Fávero, 2011).

Ao compreender violência sexual como categoria explicativa da vitimização sexual, a situação de violência será compreendida como abuso sexual (Faleiros & Campos, 2000). Essa situação de violência é definida como a ultrapassagem dos limites (fronteiras) dos direitos humanos, legais, de poder, de papéis, das regras sociais e familiares (Faleiros & Campos, 2000; Gabel, 1997). A descrição empírica dessa situação de abuso é definida como maus tratos. Essa categoria se refere aos atos, danos e consequências do abuso sexual.

Como existem diversas formas de categorizar os tipos de violência sexual, neste trabalho adota-se a convenção de que existem duas categorias de violência sexual contra crianças e adolescentes. A primeira é a exploração sexual comercial infanto-juvenil⁵ e a segunda é o abuso sexual, o qual possui duas subdivisões: a extrafamiliar e a intrafamiliar.

O abuso sexual nem sempre é expresso por meio do emprego da força física, como bem explica a definição do Ministério da Saúde – MS, de modo que abuso sexual representa:

todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sobre a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração (MS, 2002, p. 13).

A maior incidência de abuso sexual (ou pelo menos de denúncias) ocorre contra crianças, e geralmente são pessoas próximas delas e com algum grau de confiança (familiares, amigos, professores, vizinhos, religiosos). O local da violação frequentemente é na casa da própria criança ou do adolescente. A pessoa que comete abuso sexual atua sozinho, sem a participação de intermediários e não está envolvido em transações comerciais (Gomes, 2005). É importante lembrar que o abuso sexual possui uma disfunção em três níveis, que são: o poder exercido pelo grande sobre o pequeno, a relação de confiança existente entre o dependente e o seu protetor e o uso delinquente da sexualidade – atentado ao direito de privacidade e intimidade (Gabel, 1997).

⁵ Para maiores informações sobre esse tipo de violência sexual, confira B. R. Santos (2007). O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil. Goiânia: Cànone.

A segunda disfunção citada acima pode variar de intensidade ao considerar o contexto em que o abuso ocorre, que pode ser extra ou intrafamiliar. O abuso sexual extrafamiliar é caracterizado quando a pessoa que comete a violência não possui laços de consanguinidade, como também não possui nenhum vínculo de responsabilidade pela criança (ou adolescente) (Habigzang & Caminha, 2004).

O abuso sexual intrafamiliar caracteriza-se pelas relações sexuais que um adulto, com ou sem laços de consanguinidade, exerce a função de cuidador, de responsável pela integridade da criança. Quando o irmão (ou o meio-irmão) comete abuso sexual, deve-se considerar a diferença de idades. Se o irmão que cometeu a ofensa sexual é significativamente mais velho que a vítima, então ele exerce uma posição de autoridade parental (Habigzang & Caminha, 2004).

Diante do exposto, e ao considerar que o foco deste trabalho é a violência sexual praticada por adolescentes, esta se origina de relações interpessoais assimétricas e hierárquicas, marcadas por desigualdade e subordinação (Koller, 1999). Além disso, qualquer expressão de violência, independente do contexto, representa um problema de invasão de fronteiras, a qual possibilita o desenvolvimento de sentimentos de impotência, medo, raiva e confusão, e, por conseguinte, a expressão da violência (Ribeiro & Bareicha, 2008; Fishman, 1996). Mais adiante, apresentam-se estudos sobre violência sexual e adolescentes. Agora se apresenta alguns estudos sobre o adolescente que comete abuso sexual.

3.6. Quem é o adolescente que comete ofensas sexuais?

Neste tópico apresentam-se as pesquisas científicas sobre o adolescente que comete ofensas sexuais. Antes de prosseguir, contudo, informa-se qual termo será adotado para se referir ao público em estudo. A maior parte da literatura internacional e nacional tem

nomeado esse público com nomenclaturas que reduzem a complexidade do adolescente, inviabilizando uma análise mais abrangente sobre o tema. Por exemplo, termos como *juvenile sex offenders*, *adolescents sexual offending* e *adolescents sex offenders*, (Miner *et al.*, 2006; Rich, 2009; Thornton *et al.*, 2008; Witt, Bosley & Hiscox, 2002), rotulam e reduzem esses sujeitos em apenas um papel.

Em contrapartida, termos como *adolescents who sexually offend* (Worling & Langström, 2003), protagonista do abuso sexual (Schmickler, 2006), autores de violência sexual (Esber, 2009) e adolescentes que cometem abuso sexual (B. N. S. Costa, 2012; Penso, Conceição, Costa & Carreteiro, 2012) representam uma proposta alternativa não taxativa. Neste trabalho, adota-se a última proposta⁶, pela justificativa de ela não rotular o sujeito em apenas um papel, em não reduzir as relações interpessoais dos adolescentes em apenas uma categoria – a de vitimizador, em não naturalizar essa pessoa como violador de direitos; e, por fim, como forma de reconhecer e manter a dimensão humana de um adolescente que possui uma história dialógica dentro de uma família, de uma comunidade, de uma sociedade e de uma cultura que possuem a violência como uma de suas características estruturantes.

O estudo sobre ACAS possui muitas divergências, mas uma informação é consensual entre os especialistas. Trata-se de um público muito heterogêneo (Butler & Seto, 2002; Parks & Bards, 2006; Rich, 2009; Seto, 2008; Runyon, Kenny, Berry, Deblinger & Brown, 2006).

Butler e Seto (2002), por exemplo, categorizaram os adolescentes quanto ao tipo de violência perpetrada: aqueles adolescentes que apenas cometeram ofensas de natureza sexual (*sex-only*) e aqueles que cometeram ofensas sexuais e ofensas não-sexuais (*sex-plus*). Os grupos apresentaram semelhanças e diferenças. As principais semelhanças são

⁶ Com o objetivo de facilitar a leitura, o termo adolescentes que cometem abuso sexual receberá a abreviação ACAS.

atitudes antissociais, ajustamento comportamental atual, crenças e problemas de conduta ao longo da infância. E as principais diferenças são que o primeiro grupo possui mais atitudes pró-sociais e um menor risco para se envolver com outros tipos de criminalidade que o segundo grupo. Outra forma de encontrar as diferenças entre esses adolescentes é quanto à escolha da vítima.

Hunter, Figueredo, Malamuth e Becker (2003) estudaram as diferenças entre adolescentes que cometem abuso sexual que tinham como vítimas crianças pré-púberes daqueles que tinham como alvos adolescentes do sexo feminino e mulheres adultas. Os pesquisadores identificaram que o primeiro grupo apresentou graves déficits no funcionamento psicossocial, foram menos agressivos nas suas ofensas sexuais e mais propensos a vitimizarem crianças que tinham alguma relação. O segundo grupo apresentou uma maior possibilidade de cometer seus atos ofensivos sob o efeito de álcool e outras drogas e de fazer uso de algum tipo de arma. Dados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Ronis e Borduin (2007), que mostrou que os adolescentes ofensores sexuais apresentaram problemas comportamentais, dificuldades nas relações familiares e nas relações com os pares, além de lacunas no desenvolvimento acadêmico.

3.7. Estudos sobre família e violência sexual

Enquanto as pesquisas sobre os adolescentes que cometem abuso sexual apresentam uma ampla heterogeneidade desse grupo, alguns estudos sobre a organização e o funcionamento de famílias desses adolescentes identificaram algumas características semelhantes, tanto em pesquisas internacionais como em pesquisas nacionais. A primeira característica semelhante é que estas famílias possuem na sua estrutura a ausência dos pais – ou de uma figura paterna – por motivos ocupacionais, divórcio e morte (Hardy, 2001; Thornton *et al.*, 2008; Worling, 1995).

No Brasil, as pesquisadoras Costa, Penso, Junqueira e Meneses (2010) também identificaram a ausência do pai nas relações de adolescentes que cometeram abuso sexual. Em um estudo comparativo sobre as relações afetivas entre adolescentes que cometeram abuso sexual e adolescentes que cometeram infrações com os pais, Penso *et al.* (2012) identificaram que esta ausência está presente tanto na vida dos adolescentes que cometeram infrações, como àqueles que cometeram abuso sexual. Para as pesquisadoras, a ausência do pai configura na ausência de uma ascendência moral, na falta de uma autoridade que estabelece limites.

Outra característica das famílias de ACAS é quanto à qualidade da relação entre a mãe e o adolescente que cometeu o tipo de violência sexual. Pesquisas internacionais, como de Hardy (2007) e estudos nacionais, como de Penso, Conceição, Costa e Carreiro (2012) identificaram que a relação afetiva entre os adolescentes que cometeram abuso sexual e suas mães são distantes, com baixa coesão familiar e expressão de afetos predominantemente negativos. É importante salientar que diferentemente dos adolescentes que cometeram infrações não-sexuais pesquisados por Hady (2007), as pesquisadoras brasileiras identificaram que as relações entre a mãe e este adolescente são ricas em trocas afetivas.

O processo da parentalização (processo inconsciente que leva o membro da família a assumir o papel de outro membro) ocorreu tanto em adolescentes que cometeram abuso sexual, como em adolescentes que cometeram infrações não-sexuais. Mas o significado dessa parentalização é diferente para ambos adolescentes nas suas relações familiares. Enquanto que para os adolescentes que cometeram infrações não-sexuais, a parentalização significa o adolescente não apenas como filho, mas frequentemente como salvador da família, por ajudar nas despesas da casa (não raro, de forma ilícita), para àqueles que cometeram abuso sexual, a parentalização coisifica o adolescente, ele é algo

que tem serventia para a casa. Acaba que essa situação configura em uma situação de risco para as crianças, uma vez que ao cuidar da casa, este adolescente, conseqüentemente, cuidará das crianças (Penso *et al.*, 2012).

A terceira característica comum entre as pesquisas que estudam as famílias de adolescentes que cometem abuso sexual é que estas são desorganizadas, e suas relações entre os subsistemas são instáveis, quando não violentas (compreendendo a rejeição e o abandono como formas de violência) (Thornton *et al.*, 2008; Worling, 1995). Além disso, o estilo dos pais pesquisados (principalmente as mães, já que a maioria dos pais estava ausente) em lidar com as dificuldades do cotidiano familiar e do adolescente era autoritário demonstrando habilidades ineficazes nas resoluções de problemas (Thornton *et al.*, 2008). O estudo de caso realizado por B. N. S. Costa (2012) também identificou o autoritarismo da mãe e a dificuldade de lidar com o comportamento de furto de seu filho que cometeu abuso sexual. A estratégia da mãe do referido caso clínico foi queimar a mão do adolescente com um ferro de passar roupa.

3.8. Diretrizes norteadoras para trabalhar com adolescentes que cometem abuso sexual

Miner *et al.* (2006), membros da *International Association of the Treatment for Sexual Offenders* – IATSO – apresentam diretrizes de cuidados para tratar adolescentes que cometem abuso sexual desenvolvidos pela associação citada. A primeira delas, e talvez a mais importante, é que os adolescentes são melhores compreendidos no seu contexto familiar e social. A importância de considerar os contextos que o adolescente participa pode mediar perspectivas e significados sobre masculinidade e feminilidade, e muitas vezes esses conceitos estão limitados ao que eles vivenciam em suas famílias e

compartilham (ou não) nos círculos de amizade. Ao olhar para esses contextos, podem-se identificar as vantagens e desvantagens que cada um deles apresenta.

Outra diretriz relevante é que a avaliação e o tratamento devem pautar-se na perspectiva do desenvolvimento, e compreender as experiências dos adolescentes como processo em curso. Dessa forma, os autores supracitados recomendam a supressão do uso de diagnósticos fechados e estáticos para adolescentes que cometem abuso sexual. Se nos adultos eles já provocam algum grau de estigma, nos adolescentes o efeito iatrogênico pode ser mais forte. De acordo com Miner *et al.* (2006), o uso desses diagnósticos pode promover prejuízos na autoestima dos adolescentes e desenvolver neles uma visão de si como incapazes de desenvolver relações sexuais saudáveis e relações interpessoais produtivas. Além disso, a avaliação clínica deve considerar que o desenvolvimento do interesse e da orientação sexual são dinâmicos (Bozon & Heilborn, 2006; Heilborn, 1999; Miner *et al.*, 2006; Weeks, 2010).

Consoante ao princípio anterior, os profissionais de saúde devem estar atentos às qualidades positivas e aos recursos que o adolescente possui (O'Hanlon & Davis, 1994; Miner *et al.*, 2006), de modo que o tratamento possa estimular as competências e habilidades sociais do sujeito. Miner *et al.* (2006) alertam que quando o tratamento desconsidera os recursos do adolescente e direciona as suas ações apenas em processos preventivos para estabelecer a segurança na comunidade pode limitar os benefícios da terapia, como também sua eficácia.

A única diretriz proposta pela IATSO, que entra em desacordo com as posturas deste pesquisador é em relação à não notificação de adolescentes que cometem abuso sexual. A associação é cética quanto aos benefícios que este procedimento pode promover em relação aos adolescentes, e ainda deve considerar que como o adolescente é um sujeito em desenvolvimento, a dimensão de sua responsabilidade é diferente da

dimensão de responsabilidade do adulto. Concorda-se que a responsabilidade do adolescente é diferente da do adulto, mas de todo modo, deve estimular o primeiro a ser responsável em seu mundo. Em relação à notificação, Costa, Ribeiro, Junqueira e Meneses (2011) afirmam que a notificação é um momento de resgatar os direitos dos adolescentes que cometeram algum tipo de violência sexual. Dessa forma, afirma-se que o problema não é fazer a notificação, mas como ela deve ser feita de modo que os direitos fundamentais do adolescente sejam garantidos e que também a responsabilidade psicológica (Furniss, 1996) seja estimulada. Após ter descrito os alicerces que fundamentam este trabalho, explana-se a seguir os aspectos teóricos do instrumento adotado para a realização da pesquisa.

3.9. Grupos Multifamiliares

A proposta dos grupos multifamiliares (GM) possui sua gênese na Terapia Multifamiliar de Wells (1963). Os fundamentos epistemológicos dessa metodologia são a psicoterapia de grupo e a terapia familiar (Narvaz, 2010). O GM articula vários fatores facilitadores identificados pela psicoterapia de grupo (vivência comum do sofrimento, reação de espelho pelas ressonâncias e identificações, experiência emocional corretiva, solidariedade e oportunidade de troca e ajuda mútua, entre outros⁷) com as noções sistêmicas da terapia familiar (circularidade, criatividade, espontaneidade).

A adaptação do GM para situações de abuso sexual foram estudadas extensamente por Costa (2003), Costa, Penso e Almeida (2005), Costa, Penso e Almeida (2006), Costa e Lima (2008), Costa, Penso, Almeida e Ribeiro (2008) e Costa, Penso, Almeida e Ribeiro (2009)⁸. Estas autoras adaptaram o GM como um modelo de atendimento

⁷ Para maiores informações sobre processo grupal, confira I. D. Yalom (2006). Psicoterapia de grupo: teoria e prática. (R. C. Costa, Trad). Porto Alegre: Artmed

⁸ Outros pesquisadores adaptaram o GM nos casos de abuso sexual, como M. G. Narvaz, C. Bewanger, R. Moraes & M. I. Rosa (2000). Abuso sexual infantil: compartilhando dores na esperança de reescrever uma

psicossocial que se fundamenta em cinco aportes teóricos. O primeiro é a Psicologia Comunitária, com a proposta de Santos (1999, *in* Costa, 2003) de articular diferentes saberes científicos e populares. O outro aporte é a Psicologia Social Crítica e Histórica, a qual percebe o ser humano em uma relação dialética com o seu meio (Lane & Sawaia, 1995, *in* Costa, Penso & Almeida, 2006). O terceiro aporte é a Terapia Familiar que concebe a família como um sistema, e conseqüentemente, a relação familiar é o ponto focal do trabalho terapêutico (Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999, *in* Costa, Penso & Almeida, 2006). Em outras palavras, a dimensão intersíquica que é valorizada. O Sociodrama (Moreno, 1993, *in* Costa, Penso & Almeida, 2006) é outro aporte que fundamenta este GM, pelo motivo de conceber o grupo como protagonista e as famílias possuem objetivos em comum. E por fim, o último marco teórico é a Teoria das Redes Sociais (Sluzki, 1996, *in* Costa, Penso & Almeida, 2006) que enfoca a interação humana como troca de experiência desenvolvendo a capacidade autorreflexiva e autocrítica.

Essa articulação foi feita ao considerar que o público alvo de atendimento eram famílias pertencentes às classes D⁹ e E¹⁰, e que elas pouco têm acesso aos profissionais da saúde mental, e o atendimento raramente é efetivado na perspectiva sistêmica (a família como cliente). Além disso, o modelo de atendimento deveria considerar ainda as atribuições da interface Psicologia e Direito.

O método do GM apresenta várias vantagens, principalmente no contexto da saúde pública. Skynner (1979) e Narvaz (2010) listam estas vantagens: o grupo possibilita aos participantes diminuir a intensidade do controle e das defesas, de modo que permita o desenvolvimento de uma discussão livre; os membros são encorajados a responder uns aos outros espontaneamente; o GM estimula as famílias mutuamente, de modo que

nova história: uma experiência com grupos multifamiliares. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 9, 31-38 e Furniss (1993).

⁹ Renda familiar de dois a quatro salários mínimos.

¹⁰ Renda familiar até dois salários mínimos.

aspectos saudáveis e criativos emergem com a intenção de romper com os padrões disfuncionais mantenedores do sistema (o grupo promove novas visões e narrativas sobre os problemas compartilhados, de modo que a família construa novos significados sobre suas dificuldades); as famílias podem significar o grupo como uma comunidade empenhada na resolução dos problemas; o GM promove a formação de redes de apoio recíproco entre os membros; o GM neutraliza o isolamento de famílias (principalmente quando estas vivenciam situações de violência), oferecendo força, objetividade e modelos de um grupo de iguais; o GM possibilita a construção de um espaço de escuta diferenciado, fundamentado em relações de confiança, de solidariedade e de ação coletiva. Além destes benefícios, o GM é um modelo de terapia breve; e com um investimento não tão oneroso para a saúde pública. Costa, Penso e Almeida (2005) identificaram outro importante benefício do GM no contexto jurídico. Ele pode ocorrer enquanto o moroso processo judicial tramita, de modo que o atendimento do GM possa contribuir com a justiça na conclusão dos casos de abuso sexual. Como todo método de intervenção, o GM apresenta alguns limites que são apresentados a seguir.

O GM apresenta um menor controle sobre os casos, e dessa forma pode comprometer a eficácia da terapêutica. Identificou também que há a possibilidade do terapeuta não se envolver ativamente com alguma família, uma vez que o grupo que é o cliente, e não uma família específica. O GM oferece perigo de uma identificação predominantemente problemática com outras famílias que têm funcionamento semelhante ao dele, e permite que a pressão sobre os terapeutas, para provocar mudanças, estenda-se a um grupo mais numeroso de coterapeutas. Além do exposto, a própria temática do abuso sexual é um fator de complicação, por tocar numa dimensão muito privada da experiência humana – a intimidade – dificultando o conhecimento sobre os conflitos inerentes deste tipo de violência sexual (Narvaz, 2010; Costa, Penso, & Almeida, 2005).

MÉTODO

Esta pesquisa, por ter como objetivo o estudo de fenômenos qualitativos, fundamentou-se na proposta da pesquisa qualitativa em razão desta procurar preservar a realidade acima do método. Este modelo de fazer pesquisa procura a contextualização do fenômeno investigado, com a intenção de compreender a história, as relações e os significados do que foi vivido. Além disso, considera a dimensão complexa, contraditória e desenvolvimentista (que o objeto em estudo está em constante transformação) do fenômeno (Demo, 2006; González Rey, 2002; González Rey, 2005; Minayo, 2010).

4.1. Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica – COMPP, órgão pertencente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). Atualmente, o objetivo do COMPP é prestar atendimentos de natureza multi e interdisciplinar em saúde mental (neuropediatras, psiquiatras, psicólogos, nutricionistas, fonoaudiólogos, pedagogos, psicopedagogos, assistentes sociais, enfermeiros e professores de educação física) à criança, ao adolescente e seus respectivos familiares do Distrito Federal e do entorno, em diferentes níveis de prevenção (primária, secundária e terciária). A Unidade acolhe tanto pacientes que apresentam sofrimento psíquico leve, como grave (neurose, psicose, transtornos invasivos do desenvolvimento, entre outros). A média anual de atendimentos é de 34 mil.

4.2. Participantes

A seleção de sujeitos se fundamentou nos seguintes critérios de inclusão: adolescentes do sexo masculino, encaminhados pela rede de proteção do Distrito Federal e do entorno (conselho tutelar – CT, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS,

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT – e Vara da Infância e da Juventude – V. I. J.), abusaram sexualmente (de acordo com o conceito adotado) de alguma criança da família ou de alguma criança de convivência próxima. Foram selecionados cinco adolescentes entre 12 e 17 anos e seus respectivos familiares. É mister informar que todos os participantes descritos na pesquisa serão referidos por nomes fictícios a fim de proteger a identidade de cada membro da família e manter o sigilo das informações. Abaixo se apresenta os adolescentes selecionados e suas respectivas famílias. O nome da família recebeu o nome do adolescente pesquisado.

4.2.1. Família do Alberto

Pai: Oscar, 41 anos, piauiense, possui o ensino fundamental completo e exerce a função de trabalhador rural em empresa pública. Atualmente, a família reside na região administrativa do Gama. Informa-se que Oscar participou de todos os encontros do GM.

Mãe: Maria, 39 anos, piauiense, possui ensino fundamental completo e exerce a função de auxiliar de serviços gerais em uma escola de inglês. Informa-se que Maria participou de todos os encontros do GM.

Adolescente pesquisado: Alberto, 17 anos, piauiense, cursa a sexta série do ensino fundamental da rede escolar da Secretaria Estadual de Educação do DF – SEE/DF, no período matutino e faz escolinha de futebol. Como Alberto está muito atrasado na escola, ele participa do programa de aceleração da escola. O motivo de Alberto não ter um bom rendimento escolar (nas palavras de sua mãe e do próprio Alberto) é pela razão de confrontar professores de forma inadequada, brincar com os colegas e amigos durante as aulas e por entrar em muitas brigas e conflitos com outros colegas da escola.

Aos 15 anos de idade, o adolescente foi acusado de ter cometido abuso sexual quando tinha 13 anos. A criança vitimizada foi Paolo, seis anos (na época do abuso sexual), filho de Cátia e Beto. Além deste filho, o casal tem o irmão gêmeo de Paolo, Edu

e o filho mais velho Fabiano, que no referido período, tinha oito anos. Como a situação de abuso sexual se desenvolveu?

Quando Cátia se separou de Beto, ela ficou com muitas dificuldades financeiras e estava sem apoio de sua família de origem. Maria, mãe de Alberto, sensibilizada com a vulnerabilidade da situação de Cátia, convida esta e respectivos filhos para morarem na sua residência (nessa época, a família de Alberto residia na cidade satélite do Riacho Fundo II). Maria e sua família passam a cuidar da família de Cátia em vários sentidos (financeiro, social e emocionalmente). Maria procurou e conseguiu um novo emprego para Cátia, como também procurou escola para as crianças. Alberto e seus irmãos (Geraldo, 18 anos, e Priscila, 14 anos) se responsabilizaram de cuidar dos filhos da Cátia, ora brincando com eles, ora sendo responsáveis em banhar as crianças e levá-las para a escola.

O contexto do abuso sexual ocorreu na casa de Alberto. O adolescente, durante a entrevista, negou o fato. Afirmou que, durante o processo judicial, recebeu a orientação do promotor para confessar que ele cometeu a infração. A equipe de atendimento e pesquisa não teve acesso ao processo, dessa forma, é inviável descrever os detalhes do abuso sexual.

É importante relatar que, no período que Alberto foi intimado pela V.I.J, ele estava viajando com a sua família para o Piauí, para visitar parentes. Maria recebeu a ligação de uma de suas vizinhas (do Riacho Fundo II) avisando que o filho Alberto foi acusado de “*estupro*” e ainda orientou que Alberto não deveria retornar para Brasília, pois poderia ser “*preso*”. Maria não aceitou a orientação da vizinha. Manteve a programação da viagem, e quando retornou para o DF, apresentou o filho para a Delegacia da Criança e do Adolescente – DCA. A partir dessa apresentação, todo o processo judicial foi formalizado. No início do ano de 2011, o juiz responsável pelo

processo do adolescente estabeleceu a medida socioeducativa de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico (Artigo 101, V, ECA) e o encaminhou para o COMPP. Informa-se que Alberto participou de todos os encontros do GM.

Irmão: Geraldo, 18 anos, piauiense, cursa o sétimo ano do ensino fundamental da SEE/DF, no período matutino e faz alguns cursos de informática. Ele também está inserido no programa de aceleração da escola. Às vezes, Geraldo faz alguns serviços como ajudante de pintor para um de seus tios. Informa-se que Geraldo só esteve ausente no último encontro do GM, para acompanhar o seu primo Fernando, que foi visitar sua mãe na prisão.

Irmã: Priscila, 14 anos, brasiliense, cursa o quinto ano do ensino fundamental da SEE/DF, no período vespertino e também está inserida no programa de aceleração da escola. Além dessa atividade, ela cursa o ensino de língua inglesa na escola onde sua mãe trabalha. Priscila é responsável em ajudar a sua mãe nas atividades domésticas. Informa-se que Priscila participou de todos os encontros do GM.

Primo: Fernando, 15 anos, baiano, cursa o primeiro ano do ensino médio da SEE/DF, também reside com a família de Alberto. Na entrevista, Maria relatou que ele veio da Bahia para estudar em Brasília. Entretanto, ao longo do GM, a família de Alberto relatou que o pai e a mãe de Fernando estão presos por tráfico de drogas. Informa-se que Fernando não esteve presente no primeiro encontro, pois a família pensava que o GM era restrito a ela. Dessa forma, a equipe novamente solicitou que as famílias levassem todos os parentes que moram na mesma casa. Fernando também não compareceu no último encontro, pois era o dia de visitar a mãe na prisão.

4.2.2. Família do Levi

Pai: Antônio, 55 anos, paraibano, possui o ensino fundamental incompleto, é autônomo e trabalha com serviços rurais. Atualmente, a família reside em um

condomínio na região administrativa do Gama. É importante relatar que o lote do condomínio pertence ao Antônio, e nele residem seis famílias, todos parentes de Antônio (casa da família de Antônio, casa da mãe de Antônio, casa do filho primogênito de Antônio, e as outras duas casas são de um de seus irmãos e de uma de suas irmãs de Antônio). Informa-se que o pai de Levi compareceu em todos os encontros do GM.

Mãe: Cláudia, 51 anos de idade, paraibana, possui o ensino fundamental incompleto, e é dona de casa. O casal está junto há 35 anos e possuem sete filhos. Cláudia e Antônio, junto com os filhos mais novos (Aline, 17 anos, Alice, 15 anos e Levi) participam da igreja evangélica do véu. Esta igreja é conhecida pela sua rigidez doutrinária. Durante o ritual, homens e mulheres sentam separados na igreja (mulheres no lado esquerdo e homens no lado direito), e as mulheres são obrigadas a usarem véu durante o ritual. O casal também não tem televisão em casa, pois é a orientação de seus líderes religiosos. Informa-se que Cláudia só faltou o primeiro encontro (tema proteção) do GM.

Adolescente pesquisado: Levi, 12 anos, (filho mais novo do casal) brasileiro, cursa a quarta série do ensino fundamental da SEE/DF, no período matutino, monta pônei e participa de competições no DF, como prova de tambor. A escola considera o adolescente como um aluno que possui dificuldades de aprendizagem e inquieto na sala de aula.

Levi foi acusado, em agosto de 2010, quando cursava a terceira série, de ter abusado sexualmente de uma criança (Binho) de sete anos (primeira série) no banheiro da escola. Um dos colegas de Levi, Átila, flagrou Levi, no banheiro, forçando Binho, sem bermuda, a se sentar no seu colo. Em outra situação, Átila testemunhou Levi agredindo fisicamente (com um soco na barriga) Binho, para que esta criança fizesse sexo oral em Levi.

De acordo com o ofício da escola ao Conselho Tutelar (CT) da região do Gama, Levi, Átila e Binho frequentemente brincam no recreio. Durante o GM, o processo judicial estava em tramitação na V.I.J. O CT da região encaminhou o adolescente para o COMPP. Informa-se que Levi participou de todos os encontros do GM.

4.2.3. Família do Lino

Mãe: Isabel, 31 anos, brasileira, solteira, possui o ensino médio completo e faz faculdade de direito, e tem dois filhos e uma filha, sendo cada um destes de um relacionamento afetivo diferente. A família reside no Recanto das Emas. Ao longo do GM, Isabel mudou de emprego três vezes, mas sempre manteve a mesma função, a de vendedora. Esta mãe passa pouco tempo com os filhos, devido a sua rotina de trabalho (44 horas semanais) e estudo (período noturno) que é estressante. Informa-se que a mãe de Lino faltou três encontros por motivos laborais: o segundo (tema sexualidade), o quarto (tema violência é um crime) e o quinto (genograma).

Pai: Abel, 37 anos, possui o ensino médio completo, casado, além de Lino, tem um segundo filho com a esposa Geiza (Ademar, cinco anos). Atualmente, ele reside no Riacho Fundo. Ele não compareceu em nenhum encontro do GM.

Adolescente pesquisado: Lino, 13 anos (filho primogênito de Isabel e de Abel), brasileiro, cursa a sexta série do ensino fundamental da SEE/DF, no turno vespertino faz natação e participa de grupo jovem em uma igreja evangélica. Nos dois últimos anos, o adolescente começou a ter mais contato com o pai. É importante informar que o pai não aceitou a gravidez de Isabel e pediu para ela fazer aborto. Os pais de Isabel consideram o pedido de Abel inadequado, e por motivos religiosos, um pecado. Dessa forma, decidiram que o pai de Lino não deveria ter nenhum contato com o filho.

Lino e seus irmãos são cuidados pela avó e pelo avô maternos. Estes residem na região administrativa da Candangolândia. Quinzenalmente, o outro neto destes avós (Otávio, quatro anos) visitava estes e passava o final de semana com os primos na Candangolândia. Em uma dessas visitas, Lino abusou sexualmente de Otávio. A situação de violência ocorreu no quarto que o adolescente dorme, no período vespertino, quando a sua avó não estava em casa. Houve coito anal, e a criança teve lesões nesta região. Quem flagrou o abuso foi a mãe da criança – Marli. A primeira medida que ela tomou foi ligar para o ex-marido (irmão de Isabel) para comunicar o ocorrido. Ela também conversou com os avós e pediu providências. Avós e Marli levaram a criança e o adolescente à Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente – DPCA. Este instituto comunicou o MPDFT sobre a denúncia e encaminhou a criança para perícia no Instituto de Medicina Legal – IML. Este identificou que a criança teve lesões corporais de abuso sexual. O MPDFT formalizou o processo judicial na V. I. J. e encaminhou o adolescente para o COMPP.

Avó: Maura, 53 anos, dona de casa, casada, comunga da religião espírita kardecista, e tem quatro filhos com o seu esposo Breno. Informa-se que Maura participou do quarto (tema violência é um crime) e quinto (genograma) encontros do GM.

Avô: Breno, 52 anos, casado, carpinteiro, evangélico. Junto com a esposa, cuida dos três filhos de Isabel e define as regras que os filhos devem seguir. Quando a mãe dos filhos estabelece um limite, frequentemente o avô tira a autoridade materna e permite que Levi e os seus irmãos tenham o desejo deles concedidos. Informa-se que Breno participou do segundo encontro (tema sexualidade) do GM.

Irmãos: Marcos, 10 anos, cursa a terceira série do ensino fundamental e faz natação. Paula, três anos, passa o dia sob os cuidados dos avós maternos. Informa-se que

os irmãos só faltaram dois encontros – o primeiro e o terceiro (tema proteção e fantasias, respectivamente) – do GM.

4.2.4. Família do Rafael

Mãe: Helena, 32 anos, mineira, casada (união estável), católica, possui o ensino médio completo e reside em Buritis – MG. Ao longo do GM, ela ficou desempregada. Em um relacionamento afetivo com seu primo de primeiro grau (Marco, 30 anos), esta mineira teve Rafael (15 anos). Marco não assumiu a paternidade. Com seu esposo, ela tem mais uma filha (Deise, 11 anos) e um filho (Roberto, sete anos). Nos finais de semana, ela organiza brechó para ajudar na renda familiar. Informa-se que Helena só faltou o quarto encontro (tema violência é um crime), para realizar perícia médica.

Padrasto: Odair, 35 anos, mineiro, desempregado, “faz bicos” para ajudar na renda familiar. Ele é primo de segundo grau de Helena. Junto com a esposa, participa do movimento católico neocatecumenato. Informa-se que Odair participou de todos os encontros do GM.

Adolescente pesquisado: Rafael, 15 anos, mineiro, cursa a oitava série do ensino fundamental da rede de ensino público do Estado de Minas Gerais, no período matutino. Este adolescente abusou sexualmente de seu irmão Roberto duas vezes. Os fatos ocorreram no ano de 2009 (novembro), quando o adolescente tinha 13 anos e o seu irmão cinco, e no ano de 2010 (fevereiro).

Na primeira ocorrência, Rafael estava assistindo vídeo pornográfico na internet, em sua casa. Após um momento, chamou seu irmão para ver o vídeo e disse que eles iriam brincar de imitar os personagens do filme. Dessa forma, Rafael fez coito anal no irmão. Consequentemente, Roberto teve lesões nesta região. Um dos sinais que a mãe percebeu foi que criança começou a apresentar resistência a ir ao banheiro. Após um mês

mais ou menos, a mãe pediu para olhar o ânus da criança e identificou sinais de sangramento. Helena questionou o filho se algo aconteceu, e Roberto revelou a violência sofrida. Helena compartilhou a informação para Odair, e este respondeu da seguinte forma: *“Olha, o filho (Rafael) é seu, então toma a atitude que tem que tomar”*. Helena levou o adolescente para o CT de Buritis. O CT fez a denúncia no Ministério Público do Estado de Minas Gerais e providenciou atendimento psicoterápico tanto para Roberto, como para Rafael no CRAS da cidade. A mãe levou Roberto para a rede hospitalar para receber os cuidados médicos. É importante frisar que nessa época, tanto o pai, como a mãe estavam empregados, e só retornavam para casa após às 18 horas. A mãe, para não deixar os filhos sem cuidados, contratou uma pessoa para cuidar deles.

A segunda ocorrência teve o mesmo ritual de entrada, mas a forma do abuso foi outra. Rafael fez sexo oral em Roberto. Dessa vez, a criança procura a mãe para relatar a atitude de Rafael. Helena conta o ocorrido para Odair. Este, diante da segunda violência sexual, disse que tomará as providências. Dessa forma, o padrasto decidiu que Rafael saísse de casa e morasse com a avó materna. Dessa forma, desde o segundo semestre de 2010, Rafael está sob os cuidados desta avó. Helena também tomou a providência de novamente denunciar seu filho no CT. Este órgão seguiu o mesmo ritual jurídico e encaminhou o adolescente para avaliação no Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS. As psicólogas do CREAS e do CRAS trocam informações e decidiram encaminhar o adolescente para o COMPP. O instituto que efetivou o encaminhamento foi o CRAS. Informa-se que o adolescente faltou apenas ao quinto encontro (tema genograma), por motivos de saúde.

Avó: Graziela, 65 anos, mineira, aposentada, católica, viúva, tem cinco filhos, todos adultos. Desde o ano de 2010, está cuidando de Rafael. Informa-se que ela faltou

aos terceiro (tema sexualidade) e sexto (apresentação de genogramas) encontros por motivos de saúde.

Irmãos: Deise, 11 anos, cursa a primeira série do ensino fundamental da rede estadual de ensino de Buritis. Roberto, sete anos, em processo de alfabetização. Foi duas vezes abusado sexualmente pelo seu irmão mais velho. As duas crianças participaram de todos os encontros do GM.

4.2.5. Família do Sabino

Mãe: Raquel, 32 anos, mineira, tem dois filhos (Sabino e Daniela), atualmente está casada com Marcos (união estável), dona de casa, possui o ensino médio completo e faz faculdade de biologia. Raquel foi contratada para ser empregada doméstica na casa de Marcos. Este sempre demonstrou muita preocupação pelas condições de Raquel e de sua família. Ao longo da convivência, o empregador e a empregada ficaram amigos e se uniram como casal e realizaram um contrato de união estável. A renda da família provém do aluguel de um imóvel. A família reside na região administrativa do Recanto das Emas. Informa-se que Raquel participou de todos os encontros do GM.

Adolescente Pesquisado: Sabino, 13 anos, brasileiro, cursa a sexta série do ensino fundamental da SEE/DF, no período matutino. É filho de Raquel com seu ex-marido Pedro (33 anos). O adolescente, aos seis anos, foi abusado sexualmente por uma prima (família paterna) – Roberta – que na época tinha 16 anos. A ocorrência dessa violência foi na casa de Pedro (nessa época, Sabino morava com o pai).

A reação de Pedro, ao saber do abuso, foi de agredir fisicamente a sua sobrinha. A reação do pai motivou a avó de Sabino a fazer denúncia contra ele na delegacia. A polícia civil, quando soube de todos os fatos, comunicou o MPDFT, instituição legalmente responsável pelos casos em que menores cometem algum tipo de infração. O pai de

Sabino foi advertido de ter cometido a agressão contra Roberta, a qual foi encaminhada para atendimento psicológico¹¹; Sabino, por sua vez, foi encaminhado, ainda nessa idade, ao COMPP para atendimento psicológico. Diante da quantidade da demanda desse centro de saúde, o adolescente não foi atendido imediatamente na época.

Raquel relatou que, desde a revelação do abuso sexual, o filho tem apresentado muitos problemas de comportamento e baixo desempenho escolar. A mãe disse ainda que por volta do mês de abril de 2011, Sabino “*começou a fazer o que fizeram com ele*”. O adolescente abusou sexualmente de seu primo de cinco anos (Kaká). Este fato ocorreu no sítio que a família tem. Os primos foram tomar banho no rio. Nenhum adulto foi acompanhar ou supervisionar os menores. Próximo ao rio, Sabino pediu para Kaká tirar a sunga e manipulou o pênis da criança e pediu para a criança manipular o seu pênis. Após algum tempo, a avó materna de Sabino – Tamara, 51 anos – procurou os netos e flagrou a cena.

Tamara conversou com Raquel sobre a situação de abuso sexual. Elas decidiram em manter a atitude de Sabino em segredo e conversaram com a criança e o adolescente. Essa decisão não impediu a mãe de Sabino de procurar ajuda especializada para o filho. Ela levou o adolescente para a psicóloga do CT de sua região. A profissional encaminhou Sabino para o COMPP e aguarda a avaliação psicossocial após o tratamento, de modo que o CT tenha informações para tomar decisões sobre o caso. Informa-se que Sabino participou de todos os encontros do GM.

Irmã: Daniela, 10 anos, brasileira, possui deficiência auditiva congênita e cursa a primeira série do ensino fundamental da SEE/DF, filha de Raquel com um homem que a família disse que não poderia revelar o nome. Informa-se que esta criança participou de dois encontros do GM (genograma e apresentação do genograma).

¹¹ Raquel e Sabino não souberam precisar para onde Roberta foi encaminhada.

A seguir se apresenta duas tabelas informando sucinta e objetivamente sobre cada adolescente e seus familiares. A Tabela 1 resume as informações gerais sobre os adolescentes e respectivas famílias (nome do adolescente, sua idade durante o GM, sua escolaridade, familiares que estiveram presentes nos encontros e região administrativa da residência). A Tabela 2 resume as informações sobre a situação da violência praticada pelo adolescente (nome do adolescente, criança vitimizada, medida socioeducativa aplicada pela V. I. J. e instituição que encaminhou o adolescente para o COMPP).

Tabela 1 - Informações Gerais Sobre Os Adolescentes e Seus Familiares Durante o GM.

Nome do Adolescente	Idade do Adolescente	Escolaridade do Adolescente	Membros Familiares Presentes no GM	Residência
Alberto	17	6ª série	Oscar (pai); Maria (mãe); Geraldo (irmão mais velho); Priscila (irmã mais nova) e Fernando (primo).	Gama / DF
Levi	12	4ª série	Antônio (pai) e Cláudia (mãe).	Gama / DF
Lino	12	6ª série	Isabel (mãe); Maura (avó); Breno (avô); Marcos (irmão); Paula (irmã).	Candangolândia / DF
Rafael	15	8ª série	Helena (mãe); Odair (padrasto); Roberto (irmão) e Deise (irmã).	Buritis / MG
Sabino	13	5ª série	Raquel (mãe).	Recanto das Emas / DF

Tabela 2 – Informações sobre as situações de abuso sexual.

Adolescente	Vítima	Ocorrência	Medida Socioeducativa	Encaminhamento
Alberto	Pedro, seis anos. Essa criança é filho de Cátia.	O adolescente, aos 13 anos, abusou sexualmente de Pedro. Este morava com a mãe e seus irmãos na casa da família de Alberto. O adolescente, às vezes, tinha que cuidar de Pedro. O local do abuso foi na casa de Alberto.	Art. 101, V, ECA.	V. I. J.
Levi	Binho, sete anos. Colega da escola.	Levi abusou sexualmente de Binho no banheiro da escola.	Aguarda aplicação de medida socioeducativa.	CT
Lino	Otávio, quatro anos (primo da família materna).	O local do abuso sexual foi na casa da avó materna. A avó não estava em casa no momento. Quem flagrou o ato foi a mãe de Otávio. A primeira medida da mãe foi ligar para o pai de seu filho, quem é tio de Lino. A família levou a criança para o DPCA. A delegacia comunicou o MPDFT sobre o fato e encaminhou a criança para o IML. Este órgão identificou que a criança vitimizada tinha lesões físicas de abuso sexual.	Aguarda aplicação de medida socioeducativa.	MPDFT
Rafael	Roberto, cinco anos. (Irmão mais novo parte mãe).	Rafael abusou sexualmente do irmão na própria casa onde residia. Ele relatou que o primeiro episódio ocorreu quando assistiu vídeos pornográficos na internet e chamou Roberto para vê-los e imitar as cenas. Nesse episódio, Roberto teve uma lesão na região do ânus. O segundo episódio foi quando Rafael fez sexo oral em Roberto. O adolescente reconhece que cometeu o ato. Como medida protetiva, o padrasto de Rafael pede para ele residir com a avó materna temporariamente.	Aguarda aplicação de medida socioeducativa.	CRAS Buritis (MG)
Sabino	Kaká, cinco anos (primo materno).	O local da violência foi no sítio da família de Sabino. A avó de Sabino flagrou o adolescente abusando sexualmente do neto Kaká. A mãe da criança não soube da violência. A avó só contou para a mãe de Sabino. Esta tomou a providência de encaminhar Sabino para o CT de sua região administrativa.	Aguarda aplicação de medida socioeducativa.	CT

É importante ressaltar que dois adolescentes previamente selecionados para participar da pesquisa tiveram as informações excluídas no presente estudo. Um pelo motivo de ter participado apenas de dois dos sete encontros do GM. E o outro adolescente pelo fato que a família não aderiu à pesquisa. Após apresentar os participantes da pesquisa apresenta-se a seguir os instrumentos utilizados neste trabalho.

4.3. Instrumentos

O presente trabalho optou em utilizar a abordagem de multimétodos, uma vez que não é raro o uso de várias estratégias qualitativas na pesquisa qualitativa (Flick, 2004). Nesse sentido, este trabalho combinou os seguintes instrumentos de pesquisa: entrevistas semiestruturadas com o adolescente e seu responsável legal gravada em áudio, grupo multifamiliar, jogos dramáticos, produção gráfica, genograma e completamento de frases. A seguir elucida-se brevemente sobre cada um desses instrumentos.

A entrevista semiestruturada é um conjunto de perguntas abertas feitas oralmente, em uma sequência previamente organizada. Durante a entrevista, há a possibilidade do entrevistador criar novos questionamentos para maiores esclarecimentos (Laville & Dionne, 1999). (Vide anexo 1).

O grupo multifamiliar, como já foi citado anteriormente, é um instrumento de pesquisa e de intervenção terapêutica. Ele foi estruturado em sete encontros com temas específicos adaptados da proposta de Costa, Penso e Almeida (2005). O primeiro encontro teve como tema “proteção”, o segundo “sexualidade”, o terceiro “fantasias”, o quarto “violência é um crime”, o quinto “genograma”, o sexto “apresentação dos genogramas” e o sétimo “projeto de futuro das relações familiares”.

O jogo dramático promove o envolvimento emocional dos participantes com as atividades propostas. E estas procuram facilitar, aos membros do grupo, a expressão livre de sentimentos, pensamentos, histórias e fantasias. (Yozo, 1996).

A produção gráfica representa a elaboração de desenhos e colagens produzidos pelos participantes na pesquisa. A confecção desse material representa um registro poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais. A informação visual desempenha também papéis importantes na vida social, política e econômica (Loizos, 2004).

O genograma é um meio para a compreensão dos padrões familiares. Por meio do esboço da estrutura familiar é possível rastrear histórias transgeracionais e os vínculos familiares de modo que possibilite a construção de hipóteses sobre os problemas clínicos familiares (McGoldrick, Gerson & Petry, 2012).

O completamento de frases (vide anexo 2) é uma técnica desenvolvida por González Rey (2002, 2005) a partir da técnica junguiana da associação livre. Consiste na apresentação de frases incompletas (neste trabalho, foram propostas 26 frases) para os participantes da pesquisa completarem com o conteúdo que emergisse na mente em primeiro lugar. As frases incompletas estão construídas de modo que suscite a iniciação sexual dos adolescentes, suas fantasias e posicionamentos da família em relação à sexo e sexualidade.

4.4. Procedimentos

O contato com a instituição iniciou em agosto de 2010 com a participação do presente pesquisador na pesquisa coordenada pela Prof.^a Dra. Liana Fortunato Costa sobre adolescentes que cometem abuso sexual, a qual está inserida no Programa de Atendimento e Prevenção à Violência (PAV) do COMPP. Este programa objetiva

atender, por meio de equipe interdisciplinar, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (maus tratos, negligência e abuso sexual). Tem como foco o fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente em consonância com as diretrizes e normas do ECA. O PAV tem duas ações: PAV-vítimas (atendimento para crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de violência) e PAV-ofensores (atendimento de adolescentes que cometem abuso sexual).

O contato foi estabelecido diretamente com a equipe interdisciplinar do PAV - ofensores. Várias reuniões entre a equipe interdisciplinar e o pesquisador deste trabalho foram realizadas, com o objetivo de levantar a bibliografia do tema em pesquisa, de estabelecer a quantidade de encontros com os participantes e definir como os temas de cada encontro seriam trabalhados. A seguir são descritas as etapas da pesquisa.

4.4.1. Primeira Fase – Participantes

A primeira fase da pesquisa iniciou com o recebimento de encaminhamentos de adolescentes que cometeram violências sexuais da V. I. J. e dos conselhos tutelares das regiões administrativas do Distrito Federal e do entorno. Todos os adolescentes encaminhados foram entrevistados com algum responsável familiar, de modo que a seleção dos adolescentes e familiares a participarem da pesquisa seguisse rigidamente os fatores de inclusão e de exclusão. Foram selecionados sete adolescentes acusados de cometer abuso sexual e suas respectivas famílias. Um dos sete adolescentes, a despeito de ser atendido no GM, não foi inserido na pesquisa, a pedido de sua mãe, que não autorizou a gravação da entrevista semiestruturada. Outro adolescente selecionado para a pesquisa apenas compareceu na entrevista e em dois encontros do GM. Por ele ter faltado os demais encontros do GM, as informações obtidas na entrevista, bem como a sua participação no grupo não foram utilizadas neste trabalho.

4.4.2. Segunda Etapa – Realização do GM

4.4.2.1. Estrutura do GM

Após a seleção das famílias e da realização de todas as entrevistas, iniciou o GM. Este foi estruturado, previamente, em seis encontros, e ao longo da pesquisa, mais um encontro se fez necessário. Cada encontro teve a duração de três horas. Em relação à equipe de atendimento, esta foi composta pelo presente pesquisador, quatro psicólogas, uma assistente social, dois estagiários de psicologia (um do sexo masculino e uma do sexo feminino) e uma estagiária de pedagogia. A infraestrutura foi composta por uma sala grande o suficiente para reunir todos os membros de todas as famílias, mais três salas médias para realizar atividades com grupos específicos.

Os subgrupos eram de pais e mães¹² (alocados na sala grande e tiveram como profissionais responsáveis uma psicóloga, uma assistente social e o apoio de um estagiário de psicologia, quem foi responsável pelo registro dos encontros), de adolescentes que cometeram abuso sexual (alocados em uma das salas médias e tiveram como profissionais responsáveis o presente pesquisador, uma psicóloga e o apoio de uma estagiária de psicologia, quem foi responsável pelo registro dos encontros), de adolescentes do sexo feminino (alocados em sala média e tiveram como profissional responsável uma psicóloga e o apoio de uma estagiária de pedagogia, quem foi responsável pelo registro dos encontros) e de crianças (alocados na outra sala média com uma psicóloga infantil). Antes de prosseguir, é importante fazer a seguinte nota. O subgrupo de adolescentes do sexo feminino só foi estabelecido a partir do segundo encontro. Em experiências anteriores do GM, os adolescentes não foram separados em dois grupos (fundamentados no sexo). Neste trabalho, tomou-se esta decisão, primeiro

¹² Com a finalidade de evitar confusões, o termo pais não se referirão aos genitores pai e mãe, mas apenas ao conjunto de genitores pai.

pela ênfase desta pesquisa nos temas relacionados à sexualidade e depois pelo fato de que uma das adolescentes no primeiro dia não conseguiu acompanhar as atividades do grupo.

4.4.2.2. Temas do GM

Os temas dos encontros foram fundamentados na proposta de Costa, Penso e Almeida (2005), de modo que se busque trabalhar questões relacionadas à proteção e ao cuidado tanto de crianças, como também de adolescentes que cometeram ofensas sexuais, a sexualidade dos membros familiares, a responsabilização psicológica dos adolescentes que cometeram abuso sexual, como também a responsabilidade dos pais e das mães, a transgeracionalidade da violência e um projeto de futuro das relações familiares. Dessa forma, os encontros foram assim estabelecidos: primeiro encontro: “Proteção”; segundo encontro: “Sexualidade”; terceiro encontro: “Fantasias”; quarto encontro: “Violência é um crime”; quinto encontro: “Genograma”; sexto encontro: “Apresentação dos genogramas¹³”; sétimo encontro: “Projeto de futuro”. Essa proposta possibilitou oferecer aos participantes um espaço de escuta para o sofrimento particular de cada família e de cada membro familiar, assim como suas dúvidas, sentimentos e pensamentos, de modo a promover mudanças na relação intrafamiliar.

O presente trabalho enfatizou o aspecto lúdico como recurso facilitador para compreender a sexualidade dos adolescentes acusados de cometerem abuso sexual. Como já foi citado na parte sobre instrumentos, o principal recurso lúdico utilizado foram os jogos dramáticos.

4.4.2.3. Etapas do GM

Cada encontro do GM se desenvolveu em três etapas definidas. A primeira etapa era o aquecimento, na qual todas as famílias foram reunidas com o objetivo de promover

¹³ A apresentação dos genogramas era para ocorrer no quinto encontro, mas a confecção do genograma ocupou todo o tempo do encontro. Dessa forma, a equipe decidiu criar mais um encontro para a apresentação do mapa familiar.

a integração do grupo, bem como preparar todos os participantes para o tema específico do encontro. A etapa posterior – desenvolvimento – aprofunda os objetivos do tema do dia. Subdivide o grupo em categorias: pais e mães, adolescentes do sexo masculino acusados de cometer abuso sexual, adolescentes do sexo feminino (a partir do segundo encontro) e crianças. As atividades propostas neste momento são jogos dramáticos, debates e simulações adequadas para cada subgrupo. Ao final desta etapa, cada subgrupo elabora um informe do que foi produzido em grupo. E por fim, o último momento – fechamento – consiste na reunião de todos os membros de todas as famílias, com o objetivo de compartilhar o informe elaborado na etapa anterior. É importante frisar que esta etapa é tão rica quanto às duas anteriores, pois ela configurou em um espaço onde as crianças tiveram voz para expressarem seus sentimentos, seus desejos de maior proteção e trocas de afeto; os adolescentes tiveram um momento legítimo para expressarem suas necessidades, seus arrependimentos, suas esperanças e firmarem novos compromissos com as famílias; e os pais e as mães tiveram a oportunidade de expressarem seus sentimentos de amor, de fazerem exigências plausíveis e de propor novas regras familiares. Em outras palavras, o GM possibilitou novas organizações familiares, com o compromisso de evitar os padrões disfuncionais e buscar relações familiares saudáveis.

Ao fim de cada encontro do GM, algumas atividades entre os profissionais ainda eram realizadas. Logo quando todas as famílias se retiraram do local de reunião, os profissionais se reuniram para compartilhar as impressões e análises de tudo que foi vivenciado e elaborado pelas famílias e pelos subgrupos. Esse momento foi muito importante, primeiro para compreender a história familiar por meio de diferentes perspectivas (do olhar das crianças, dos pais / das mães e dos adolescentes). Segundo pelo motivo que as informações compartilhadas possibilitaram a construção e ajustes dos

próximos encontros. E por fim, ao compartilhar os produtos de cada subgrupo, um sistema de apoio e orientação mútua (intervisão) entre os profissionais foi estabelecido.

Após descrever como a pesquisa se estruturou, a seguir pormenoriza os acontecimentos de cada encontro do grupo familiar e do subgrupo adolescentes que cometeram abuso sexual. Uma vez que os demais subgrupos não são o foco deste trabalho, os relatos das atividades e produtos daqueles não são descritos.

4.4.2.3.1. 1º Encontro: Proteção

Momento Aquecimento

O primeiro momento do GM foi realizado com a apresentação da equipe de trabalho / pesquisa, com a explanação da proposta dos encontros e respectivos objetivos e em seguida foi proposto um jogo dramático para a apresentação e integração das famílias.

Momento Subgrupo com Adolescentes

Foi proposto aos adolescentes participantes que eles debatessem sobre o significado da palavra proteção e suas implicações. Ao final do debate, os adolescentes elaboraram uma síntese do que foi discutido com a finalidade de apresentar para os demais subgrupos.

Momento Fechamento

Ao final do encontro, cada subgrupo apresentou para os demais participantes do GM o material produzido. Após as apresentações, foi feita uma dinâmica de grupo com o objetivo de avaliar como foi o encontro.

4.4.2.3.2. 2º Encontro: Sexualidade

Momento Aquecimento

Este dia iniciou com um jogo de apresentação com o objetivo de promover a integração do grupo. A proposta do jogo foi: com um pedaço de barbante em uma das

mãos o participante enrolava o fio no dedo indicador da outra mão, enquanto ele falava um pouco sobre sua pessoa e sobre como foi a semana. Após enrolar todo o barbante no dedo, o participante parava de falar e entregava o barbante para outra pessoa.

Momento Subgrupo com Adolescentes

Foi apresentado aos adolescentes o tema do encontro e logo em seguida pediu que eles falassem quais palavras ou imagens poderiam estar relacionadas com a palavra sexualidade. Com base nas associações dos adolescentes, propôs-se uma discussão sobre o tema do encontro. Ao fim da atividade, os adolescentes elaboraram uma síntese do que foi discutido.

Momento Fechamento

No final do encontro, cada subgrupo apresentou suas produções e compartilhou suas posições. Esse momento possibilitou que pais e adolescentes conversassem sobre sexualidade e negociassem regras intrafamiliares.

4.4.2.3.3. 3º Encontro: Fantasias

Momento Aquecimento

No início do encontro, cada participante falou um pouco sobre como foi a sua semana. Após este momento, foi proposto o jogo dramático “O gato e o rato”. Neste jogo, um participante, por livre escolha, faz o papel do gato, e outros três escolheram fazer o papel do rato. Os demais participantes do grupo fizeram uma grande roda com as mãos dadas. O objetivo do gato é furar a roda e pegar os ratos. O objetivo do grupo é proteger o rato, fazendo da união dos corpos uma muralha.

Momento Subgrupo com Adolescentes

Quando o grupo de adolescentes se reuniu, foi apresentada a proposta do encontro. Os adolescentes expressaram algumas fantasias que normalmente os homens têm. Após

essas falas, foi proposto aos adolescentes se dividirem em dois grupos e que criassem uma história por meio de colagens de revistas masculinas ou desenhos.

Momento Fechamento

Cada subgrupo apresentou a sua síntese, com exceção dos adolescentes. Eles tiveram o apoio da equipe de pesquisa que os acompanha. Essa decisão foi tomada, primeiro pelo fato da natureza dos cartazes e por considerar que havia crianças. E segundo para manter o sigilo da intimidade dos adolescentes. Contudo, foi colocado no grupo para que as famílias expressem as curiosidades sobre o tema trabalhado em casa.

4.4.2.3.4. 4º Encontro: Violência é um crime

Momento Aquecimento

Neste encontro houve atrasos da maioria dos participantes, pois o dia esteve chuvoso, e os pais relataram dificuldades no trânsito. Como o tempo do encontro foi reduzido, a equipe decidiu, para a atividade do aquecimento, realizar apenas a dinâmica do barbante, que já foi descrita no segundo encontro.

O encontro começou com a dinâmica do barbante. Em seguida foi apresentada o tema do encontro.

Momento Subgrupo com Adolescentes

Para trabalhar o tema do encontro foi escolhido um recorte de vídeo da novela Fina Estampa da Rede Globo que abordou o tema da violência intrafamiliar. Em cima do vídeo, foi proposto aos adolescentes um júri simulado para decidir se um dos protagonistas da cena era culpado ou não.

Momento Fechamento

Nesse momento, cada subgrupo apresentou uma síntese do que foi trabalhado. Após a fala de cada representante do subgrupo, os próprios participantes começaram a negociar as regras familiares.

4.4.2.3.5. 5º Encontro: Genograma

Neste encontro, o tempo todo do encontro foi destinado exclusivamente para construir o genograma de todas as famílias. Cada membro da equipe ficou como responsável por uma família que estava participando tanto da pesquisa, como do atendimento.

4.4.2.3.6. 6º Encontro: Apresentação dos Genogramas

Neste encontro, assim como no anterior, todo o tempo do encontro foi destinado exclusivamente à apresentação dos genogramas de cada família para os demais participantes. As famílias, quando estavam na posição de ouvintes, compartilharam seus posicionamentos diante dos conflitos da família que apresentava o genograma.

4.4.2.3.7. 7º Encontro: Projeto de Futuro das Relações Familiares

O último encontro foi trabalhado como as famílias poderiam se organizar e se estruturar de modo a atingir os objetivos que eles almejam no futuro. Foi feito uma linha no chão com fita adesiva, representando a linha do futuro. O início da linha representou o momento presente e o final dela representou o tempo nos próximos 20 anos.

4.5. Cuidados Éticos

Por se tratar de uma pesquisa já em andamento no COMPP, coordenada pela pesquisadora da Universidade de Brasília – UnB – Prof.^a Dra. Liana Fortunato Costa, a primeira etapa desta pesquisa foi realizar uma emenda a projeto (vide anexo 3) e obter a

aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da SES – DF (vide anexo 4), a qual foi obtida por meio do Projeto Número 331/09, no dia 04 de julho de 2011. É mister informar que as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos – Resolução 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 1996) e o Código de Ética do Psicólogo do Conselho Federal de Psicologia foram seguidos com o objetivo de resguardar os sujeitos participantes (CFP, 2005).

Informa-se que no mesmo dia da entrevista semiestruturada, mas antes da realização desta, foi explanado ao adolescente e seu responsável sobre o atendimento e sobre a pesquisa. Foi lido em voz alta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (vide anexo 5), explicou-se que a não adesão à participação da pesquisa não implicava no não atendimento do adolescente e da respectiva família na instituição e no programa. As famílias expuseram suas dúvidas, e estas foram esclarecidas. Em seguida, as famílias que aderiram à pesquisa assinaram o TCLE.

4.6. Análise das Informações

Para a análise das informações adotou-se a análise de conteúdo desenvolvida por González Rey (2005). Esta proposta não procura estabelecer categorias descritivas, nem relações universais, mas ressalta a natureza interpretativa, construtiva, singular e dialógica da pesquisa. Esse modelo de fazer ciência implica ao pesquisador ter outra postura diante de seu objeto de estudo. Ao pesquisador, então, são exigidos três princípios que González Rey (2002, 2005) assim desenvolveu:

- **Conhecimento como produção construtivo-interpretativa:** o pesquisador gerará sentido às expressões do sujeito em estudo. Por meio da interpretação, o pesquisador integrará, reconstruirá e apresentará diversos indicadores obtidos durante a pesquisa. O autor supracitado observa que não se trata de uma

interpretação fundamentada em categorias universais e invariáveis da teoria, mas a teoria será utilizada como “*instrumento a serviço do pesquisador em todo o processo interpretativo...*” (González Rey, 2002, p. 33).

- **O processo de produção do conhecimento possui caráter interativo:** Esse princípio exige do pesquisador que ele trate a relação com o sujeito pesquisado como condição necessária para o desenvolvimento da pesquisa nas ciências humanas. Em termos práticos, o pesquisador não se restringirá aos momentos formais da pesquisa, mas valorizará aos momentos informais desta, observando a sua relação com cada pesquisado e a relação os pesquisados entre si.
- **Significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento:** O conceito de singularidade não se refere ao de individualidade. A singularidade se refere como “*realidade diferenciada na história da constituição subjetiva do indivíduo*” (González Rey, 2002, p.35). A expressão da singularidade de uma pessoa poderá ser considerada como uma informação significativa para a produção de conhecimento, sem a necessidade de repetir todo o processo em outras pessoas.

Por meio desses princípios é possível estudar os indicadores (fenômenos observados, comportamentos) construindo zonas de sentido. Essas zonas são formas de inteligibilidade sobre a realidade, são representações da realidade. Esse conceito se refere à natureza criativa de produzir novos conhecimentos, de modo que essa criação não seja absoluta, nem esgote a possibilidade da questão estudada (González Rey, 2005).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a organização das informações obtidas foi realizada uma leitura exaustiva e detalhada de todo o material desenvolvido ao longo da pesquisa. O primeiro passo foi ler todas as entrevistas transcritas, com o objetivo de identificar semelhanças e proximidades nos relatos dos entrevistados. O passo seguinte foi ler o relato de todos os encontros do GM do subgrupo adolescentes que cometeram abuso sexual e identificar tópicos de análise. A terceira etapa foi analisar o material gráfico produzido pelos adolescentes na sessão sobre Fantasias do GM. Posteriormente, analisamos os genogramas de todas as famílias com o objetivo de identificar padrões nas histórias transgeracionais das famílias. E por fim, foram selecionadas, do instrumento Complementação de Frases, as frases que têm relação com o tema sexualidade. A partir da leitura desse procedimento, três núcleos de análise foram construídos: núcleo sobre a família, núcleo sobre a violência e núcleo sobre a sexualidade.

As interpretações do núcleo sobre a família foram retiradas da transcrição das entrevistas semiestruturadas, das observações do primeiro encontro (tema Proteção), do último encontro (tema Projeto de Futuro) e dos relatos do quinto encontro (tema Genograma). Analisou-se o que as famílias informaram sobre a estrutura da casa, sobre o tipo de regras e valores estabelecidos e sobre a dinâmica relacional.

A construção do núcleo sobre a violência foi fundamentada na análise das informações obtidas da transcrição das entrevistas semiestruturadas, das observações do primeiro encontro (tema Proteção), do quarto encontro (tema Violência é um Crime) e dos relatos do quinto encontro (tema Genograma). Analisou-se como a violência é expressa na família, o que comunica e como se desenvolveu ao longo das gerações.

E por fim, a construção do núcleo sobre a sexualidade constou dos seguintes materiais: relatos do segundo encontro (tema Sexualidade), material gráfico construído

pelos adolescentes no terceiro encontro (tema fantasias), dos relatos do quinto encontro (tema Genograma) e da complementação de frases que foi realizada no final do terceiro encontro. Analisaram-se como os adolescentes expressam suas sexualidades, como as famílias tratam esse tema com os adolescentes, quais valores sociais e culturais estão intrínsecos nessa expressão e quais aspectos transgeracionais estão envolvidos. Com base nas informações desses três núcleos, tentaremos identificar quais fatores podem ou não estar envolvidos no comportamento sexual ofensivo do adolescente. Para que isso ocorra, apresentam-se as histórias familiares transgeracionais e os respectivos genogramas.

5.1. Família do Alberto¹⁴:

Estiveram presentes para a realização do genograma, o casal Oscar e Maria e os filhos Geraldo, Alberto e Priscila, bem como o sobrinho Fernando. Oscar (41anos) e Maria (39 anos) são oriundos do Nordeste. O primeiro trabalha com serviços gerais em uma empresa pública e a segunda é auxiliar de serviços gerais em uma escola de línguas estrangeiras. Eles têm três filhos: Geraldo (19 anos), Alberto (17 anos) e Priscila (13 anos). Antes de Priscila nascer, quando a família ainda morava em Parnaíba, nasceu o terceiro filho homem (Waldo) que morreu aos sete meses. O bebê dormia em uma rede e caiu. No primeiro momento, a família considerou que não foi algo grave. Quando a criança começou a dar sinais de febre, a família levou Waldo para o hospital, porém, a situação foi irreversível e a criança veio a óbito.

Maria é filha de João. Ela não soube precisar a idade que seu pai faleceu. João teve que abandonar a esposa quando ficou grávida de Maria. Ele foi trabalhar no garimpo em

¹⁴ Frisa-se que todos os nomes que apareceram nas seguintes histórias e que estão descritos nos genogramas são fictícios.

outra cidade (Maria não lembrou que cidade era). A mãe de Alberto relatou que escutou histórias que seu pai foi assassinado quando achou pedras preciosas. Mesmo sabendo a causa da morte, Maria afirma que “*a morte dele foi assim, né, natural*”. Ela relata também que com um ano de idade foi abandonada pela mãe em um cabaré, e por esse motivo ela não lembra nada da mãe, nem o nome. O avô paterno Damião, quando soube do abandono, foi buscar Maria no cabaré. Durante o relato dessa história, Maria chorou. Aos sete anos, sua mãe regressou para Parnaíba e tentou buscá-la na casa de seu avô. Maria rejeitou a mãe e pediu para o avô não permitir que a mãe a levasse. E dessa forma, Damião assumiu a responsabilidade de cuidar de Maria.

Este avô foi casado com Franciele e juntos tiveram João. Após a morte de Franciele, Damião que tinha “*uma idade mais avançada e já usava até bengala*” (essa era a forma de Maria precisar a idade do avô) abusou sexualmente de Andrea (vizinha de João), que na época tinha 12 anos (atualmente, tem 45 anos). Mira, mãe de Andrea, quando soube do ocorrido, obrigou Damião a casar com a filha, pois “*a filha dela não podia ficar desvirginada e solteira*”. Damião casou com Andrea e continuou a violentar sexual e fisicamente a esposa. Juntos tiveram oito filhos. Mira ajudou a cuidar de todos os filhos do casal, e inclusive de Maria até ela sair de casa para casar com Oscar. Maria considerou Mira como mãe.

Oscar é filho de Serafim e de Rosilda. A mãe faleceu por complicações de pneumonia, aos 64 anos. Seu pai morreu de “*morte natural*” quando tomou café no desjejum. Serafim faleceu quando Oscar tinha nove meses. Rosilda casou com Jerivá e tiveram quatro filhos (Zélia, 39 anos; Edna, 35 anos; Eduardo, 32 anos; Mauro, 29 anos). Os avós maternos de Oscar são Iraci, com 94 anos e Paulo, que faleceu com 95 anos, devido a uma queda no banheiro.

Oscar e Maria se conheceram no interior do nordeste e lá construíram uma vida juntos. Com o falecimento de Waldo (aos sete meses de vida), Maria ficou muito triste e sentiu “*uma coisa muito ruim no peito*”. Dessa forma, ela tomou a decisão de ir para Brasília em busca de condições melhores e deixou o marido e os filhos no nordeste. Nessa época, o casal ainda não tinha a filha Priscila. Maria decidiu deixar Geraldo sob a tutela da bisavó paterna Iraci (período entre os quatro anos até os dez) e o filho Alberto ficou sob os cuidados daquela que considerou como sua mãe, Mira (período entre os dois anos até os oito anos).

Alberto passou boa parte de sua infância com esta avó. Mira, que em um acidente com água sanitária, ficou cega. Após esse evento, ela começou a ir para as ruas da cidade para pedir esmola, e frequentemente levou Alberto para ajudar a pedir. Alberto relatou que gostava, pois era divertido.

Maria expressou que sofreu muito nesse período, pois não aguentava o fato de ter deixado as crianças na sua cidade natal, mas se consolava por que sabia que era uma decisão temporária. Oscar disse que foi muito difícil para ele ter de ficar longe da esposa. Maria relatou que ele insistia muito para ir para Brasília.

Quando Maria começou a se estabilizar em Brasília, primeiro Oscar mudou de cidade para encontrá-la. Depois, então, quando o casal conseguiu equilibrar a situação financeira, eles decidiram que os filhos deveriam ir para Brasília. Geraldo não teve problemas em voltar a morar com a mãe, porém Alberto rejeitou muito o fato de ter que sair da casa da avó Mira, que aos oito anos já chamava-a de mãe. Maria não aceitou a rejeição do filho e trouxe-o para Brasília contra a vontade dele.

Alberto não aceitava os pais biológicos, não reconhecia a autoridade deles e frequentemente se comportou com rebeldia. Alberto relatou que sofreu muito por ter que deixar a mãe Mira no Nordeste e os tios, Viny e Roney, que eram considerados como

irmãos. Em uma situação que Alberto se opôs a família, Oscar disse que deu uma surra tão grande no filho, que ele mesmo ficou assustado com a agressão. Após esse episódio, o pai decidiu que nunca mais iria agredir fisicamente nenhum filho, e tomou consciência que precisava aprender a conversar com os filhos.

Após três anos da vinda dos filhos para Brasília, o casal decide ter mais um filho. Nasce, então, Priscila, que hoje tem 14 anos. Com o nascimento da filha, Oscar decide parar de beber álcool, já que sempre o fazia de forma abusiva.

Por volta de 2007 a 2009, a família passou por muitas dificuldades financeiras. Oscar buscou ajuda com a sua irmã Edna e seu marido. Edna casou com Tom ainda no interior do nordeste, antes de vir para Brasília. Ele é traficante de drogas ilícitas e a esposa auxilia no preparo e na venda dos entorpecentes. O casal tem quatro filhos: Nana, 18 anos; Guilherme, 16 anos; Fernando, 15 anos; Valério, 12 anos. Oscar conversou com Tom mostrando interesse em trabalhar temporariamente no tráfico de drogas, pois precisava de dinheiro para cuidar da família. Tom aceitou e Oscar e Maria se envolveram com o preparo e venda de drogas.

Quando Oscar começou a ter novas possibilidades de emprego formal, ele começa a sair do tráfico. Porém, a sua irmã e o esposo continuaram traficando e usando a casa de Oscar para produzir uma parte das drogas.

A investigação da polícia identificou os traficantes e prendeu tanto Tom, como Edna. Oscar e a esposa não foram presos. Dessa forma, Edna e Tom decidiram deixar cada filho com um parente. O filho Fernando (15 anos) ficou sob a tutela da família de Oscar e Maria. Geraldo e Alberto possuem uma relação muito amistosa com ele e o consideram como irmão. Ao final do genograma, a família nomeou-se como Família Buscapé. Primeiro por ser uma família que já se envolveu em muitas confusões. E segundo por ser uma família que buscou os filhos de volta quando tiveram que deixar sob

a responsabilidade da bisavó e da avó. Após refletirem sobre esses significados, a família deu um novo título: Família do Resgate. O genograma desta família está representado na Figura 1 e a legenda dos símbolos está representada na Figura 2.

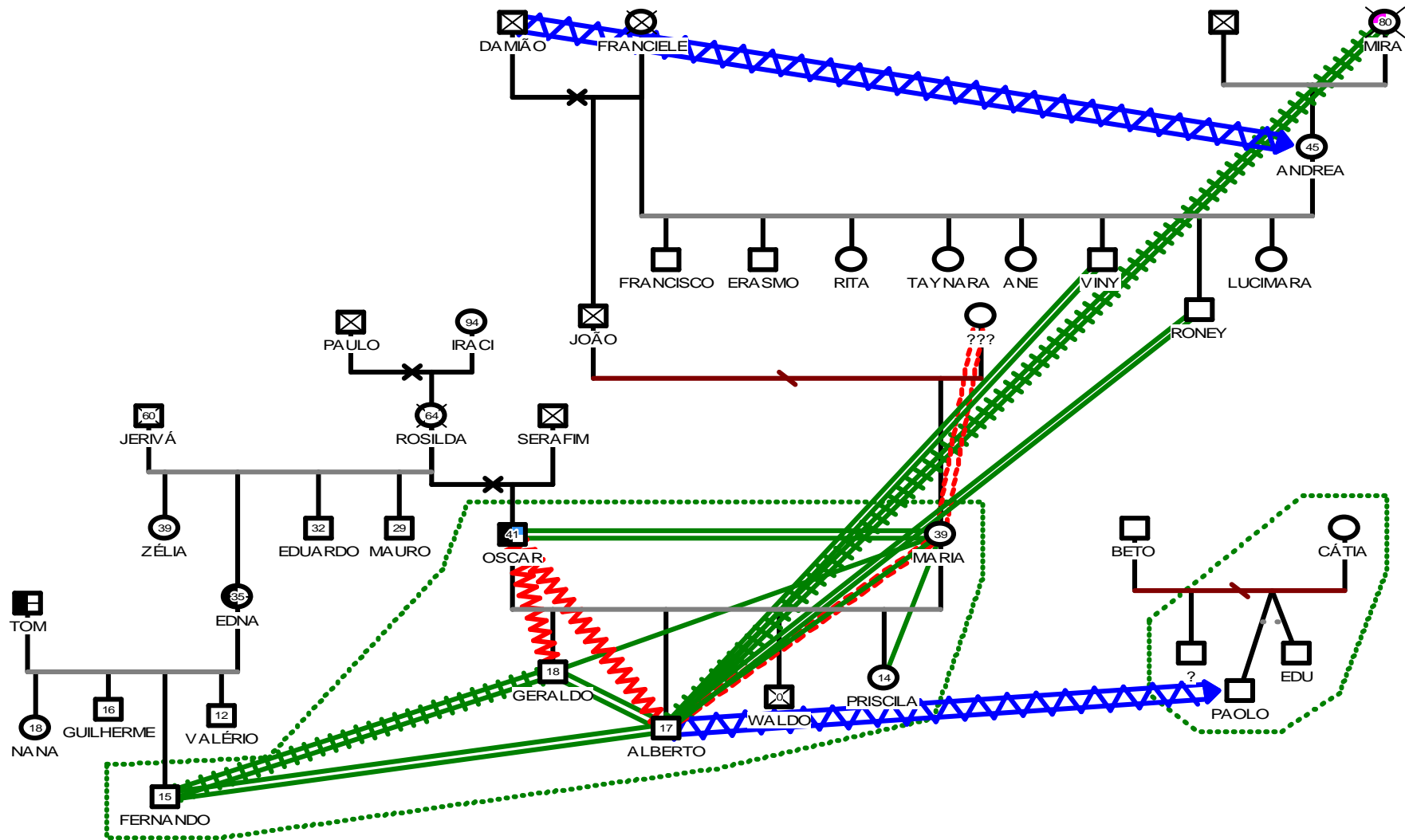


Figura 1

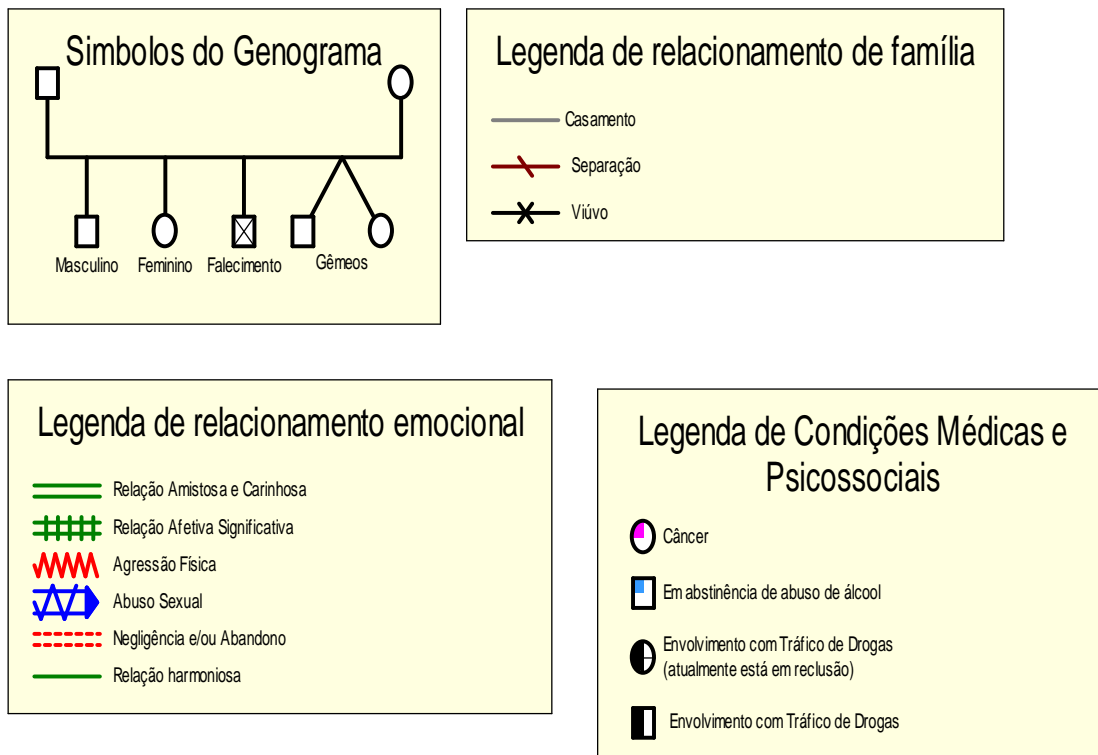


Figura 2

5.2. Família do Levi

O genograma foi realizado com a presença de Antônio (55 anos), Cláudia (51 anos) e Levi (12 anos). Antônio conheceu Cláudia aos 15 anos de idade. Eles moravam perto um do outro. Eles casaram e tiveram sete filhos (Lordes, 34 anos; Eli, 33 anos; Valéria, 30 anos; Almir, 24 anos; Aline, 17 anos; Alice, 15 anos e Levi). Eles estão casados há 35 anos. O casal congrega de uma igreja evangélica muito rígida e ritualística há 30 anos.

Os pais de Cláudia são Silas (faleceu aos 62 anos de cirrose) e Neiva (faleceu aos 83 anos). Cláudia disse que seu pai só sabia colocar os filhos para trabalhar. Ele foi agressivo com os filhos e com a esposa. Nos fins de semana, ele sempre fez uso abusivo de álcool. Relatou que nunca teve carinho dos pais, que nunca recebeu nenhuma orientação quanto a namoro, sobre ter filhos e sobre menstruação. Ela teve uma educação muito rígida e foi

impedida de brincar na rua e de sair com amigas para festas. Dessa forma, frequentemente ela fugiu, ao longo de sua adolescência, para ir às festas à noite.

Os pais de Antônio são Ronaldo (faleceu aos 84 anos) e Saloé (84 anos). Antônio relatou que seu pai foi muito violento. Ele agrediu fisicamente tanto a esposa, como os filhos. Ronaldo também fez ingestão abusiva de álcool. Frequentemente, Saloé fugiu de casa para não apanhar do marido. Disse que a mãe é muito estranha, que não trata bem seus filhos e é muito distante deles, apesar de morarem todos perto, no mesmo condomínio.

O segundo filho do casal, Eli, foi doado para Saloé. Esta havia pedido ao casal que se a criança fosse do sexo masculino, ela queria cuidar dela. Inicialmente, Antônio e Claudia concordaram em doar a criança. Quando ela nasceu, o casal resistiu em doá-la para Saloé. Esta fez muita pressão e chantagem, e o casal doou a criança. Claudia relatou que a sogra quis registrar Eli no nome desta, porém o cartório não foi permitido e que tinha que ser com os nomes dos pais biológicos. Claudia expressou que tem uma grande mágoa da sogra, pois a mesma disse para o neto, que seus pais o abandonaram. Ela ainda relatou que ele não os vê como pais e parece sentir muita raiva deles.

Eli é o membro da família que mais se envolve em situações conflituosas. Ele e sua esposa, Lívia, 31 anos, fazem uso abusivo de álcool e fumam muito. Eles não cumprem com as obrigações do condomínio (atividades rurais), não aceitam a religião da família, e vivem em atrito com a maioria dos familiares. Eli e Lívia moram com Saloé. A avó frequentemente viaja para o nordeste, para fugir do neto, pois ele a agride fisicamente. Claudia sente uma grande tristeza com essas atitudes do filho.

Antônio e Claudia relataram que nunca conversaram sobre sexo e namoro os filhos mais velhos. Com os três mais novos, Claudia conversa e alerta para “*os perigos do mundo*”. Claudia sempre fala para Levi que não está na hora de namorar, que ele tem

apenas que estudar. Ela orienta as filhas Aline e Alice que sexo antes do casamento é pecado. E, além disso, as adolescentes devem “*evitar namorar*” (no sentido de trocar carícias e beijos) toda hora. Claudia e Antônio reconheceram que todos os filhos adolescentes têm necessidade de conversar mais sobre sexualidade, mas os pais sentem muita dificuldade em como abordar o assunto.

Os pais estão muito preocupados com Levi, pois foram chamados pela coordenação da escola para conversar. Os pais relataram que o coordenador falou que Levi não se comporta bem e apresenta dificuldade para manter a atenção e a disciplina durante as aulas e atender aos comandos da professora. Claudia e Antonio também relataram que Levi tem confrontado a professora, que não faz os deveres de casa e está rebelde. O genograma desta família está representado na Figura 3 e a legenda dos símbolos está representada na Figura 4.

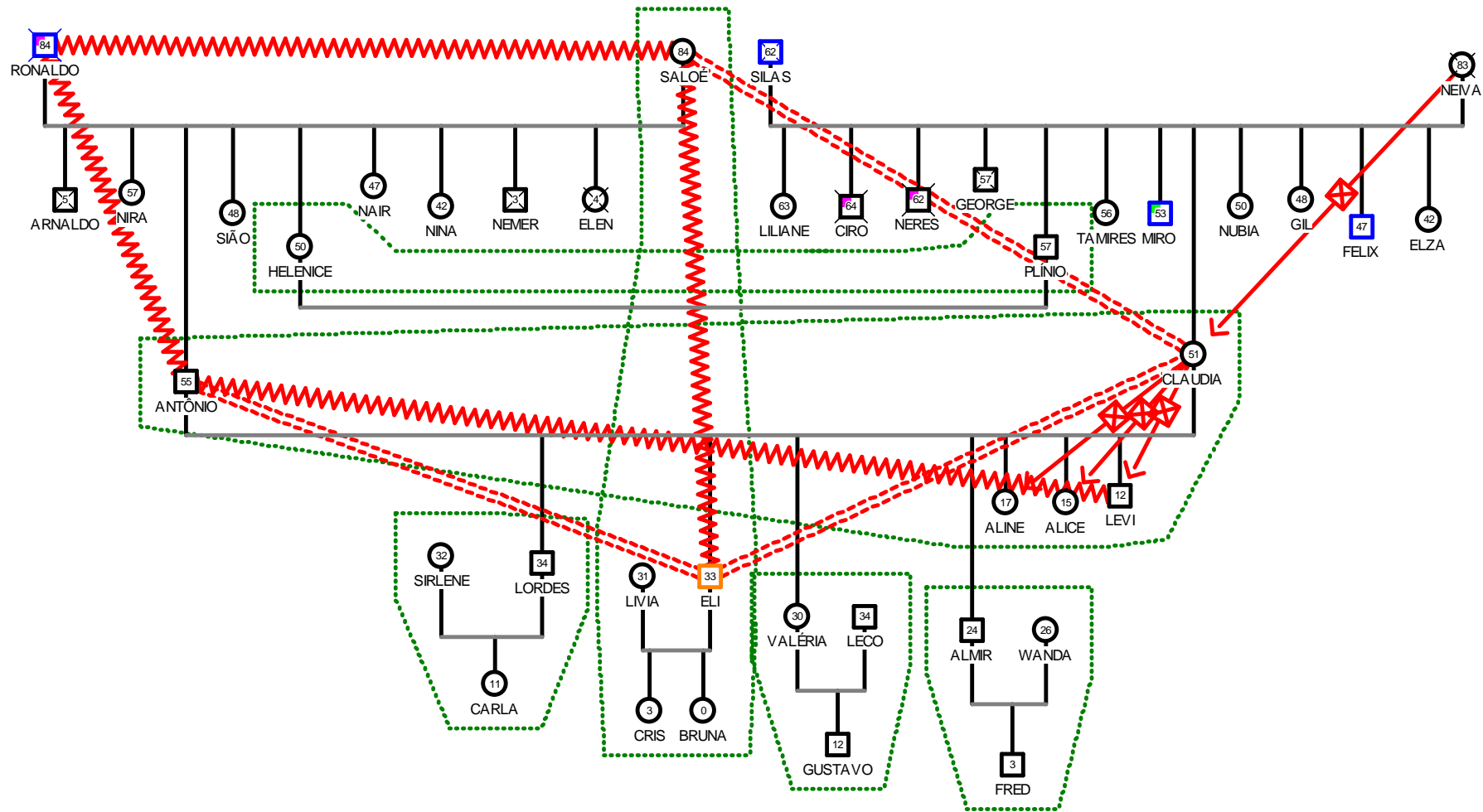


Figura 3

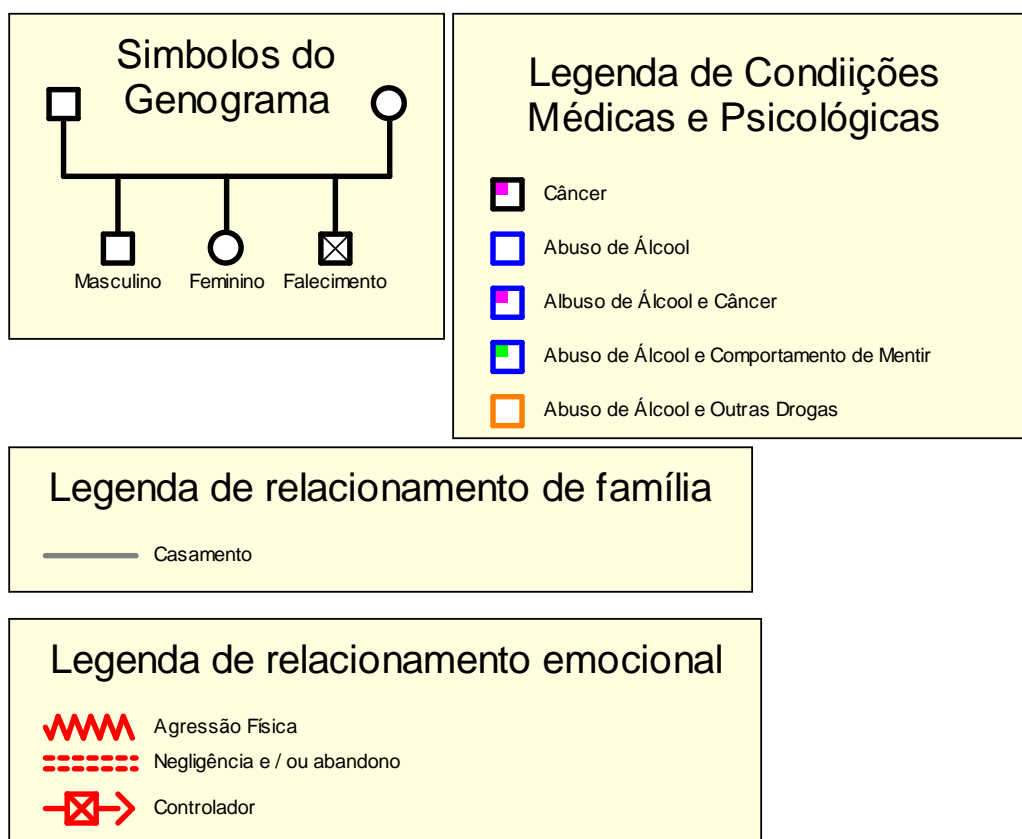


Figura 4

5.3. Família do Lino

Estiveram presentes para a realização do genograma Lino, 13 anos, sua avó materna, Maura, 53 anos, e os seus dois irmãos mais novos, Marcos, 10 anos e Paula, três anos. A mãe de Lino, Isabel, não compareceu, pois havia acabado de ser contratada em um novo emprego e estava receosa de faltar.

Maura relatou que é casada com Breno, 52 anos, e juntos tem quatro filhos Stefano, 31 anos, Isabel, 29 anos, Magda, 26 anos, e Abílio (filho adotivo que faleceu aos sete anos). Ela disse que Isabel “*é a filha mais sem juízo*”. Quando esta tinha 14 anos namorou Abel (atualmente com 37 anos), pai de Lino. No começo, os pais não aprovaram o namoro, principalmente pelo fato de Abel ser oito anos mais velho que Isabel. Entretanto, frente à

insistência da filha, Maura e o esposo resolveram aceitar, pois acharam melhor o namoro “*ser dentro de casa do que escondido na rua*”.

Maura relatou que foi muito rígida com esta filha e não a deixava sair para festas e estar com amigas. Ela sonhava em fazer uma festa de 15 anos para a filha. Pouco tempo após o início do namoro, Isabel engravidou inesperadamente de Lino. Foi uma decepção para os pais, mas decidiram aceitar e apoiar a gravidez. Maura disse que antes de começar a namorar este rapaz, Isabel a ajudava muito nas tarefas domésticas e era responsável.

Quando Maura começou a cursar Enfermagem em outra cidade, Isabel ficou responsável pelas tarefas da casa como cozinhar, lavar, cuidar do pai, dos irmãos e demais coisas. Maura fala dessa fase com muito pesar pelo afastamento da família, e em como Isabel, ainda tão jovem, teve que ocupar o papel deixado vago pela genitora na família.

A avó de Lino destaca que o rompimento entre a filha e o namorado decorre deste tempo. Abel sugeriu à família que a namorada fizesse um aborto. Indignados com a proposta, os pais de Isabel proibiram o contato dela com Abel, como também proibiram Abel de conhecer o filho. Desde este momento, foi Maura quem assumiu a responsabilidade de cuidar e educar Lino. De acordo com ela, a mãe auxilia financeiramente na educação dos três filhos, mas a tutora deles é a avó.

Maura disse que há algum tempo Isabel resolveu se mudar da casa dos pais com os filhos, porém estes não quiseram ir, pois preferiram ficar com a avó. Ela disse que Isabel ficou indignada e levou os meninos contra a vontade deles. Contudo, as crianças passam o dia todo sob os cuidados da avó.

Isabel sai para trabalhar e deixa os filhos na casa de sua mãe, Somente antes de ir para a faculdade e à noite, após as aulas, ela conversa com os filhos. Na hora de ir para casa, não é raro, apenas a caçula, Paula, retornar com a mãe para casa. Maura relatou que Isabel se esquece dos filhos e só pensa em curtir sua vida, frequentando festas e bares.

Entretanto, Maura admitiu que a filha é muito dedicada (trabalhando e estudando), e, conseqüentemente, Isabel não tem tido condições de administrar tudo, e como recurso deixa os filhos sob a responsabilidade da avó.

Maura relatou que após ter tido Lino, Isabel conheceu Éder. Desse relacionamento, sua filha ficou grávida de Marcos. Ela disse que este “*era um bom homem*”. Ele queria casar com sua filha, porém esta não quis manter o relacionamento. Lino expressou afetos e apreço por Éder. Este, muitas vezes, supria o papel paterno para o adolescente. Outra pessoa que Lino disse ter um valor paternal foi o avô Breno.

Maura relatou que a neta Paula é fruto da relação entre Isabel e Waldir. A relação entre o casal foi breve, e pouco tempo após o nascimento da filha, eles romperam. Atualmente, Isabel está solteira.

Há aproximadamente dois anos, Lino voltou a ter contato com o pai. Está muito feliz. Disse que o pai, diferentemente da mãe, o deixa mais solto, mais livre para sair na rua e ir a festas com amigos. Essas coisas são proibidas pela mãe e pela avó. No final do encontro, Lino relatou que sua família parte mãe e o pai tem uma semelhança: avôs, mãe e pai gritam muito. E o avô e a mãe, muitas vezes, para educar, batem nele. O título que Lino deu à família foi Macedes¹⁵ (sobrenome da família do pai). O genograma desta família está representado na Figura 5 e a legenda dos símbolos está representada na Figura 6.

¹⁵ O título da família foi alterado para um sobrenome fictício, com a finalidade de manter todas as informações pessoais em sigilo.

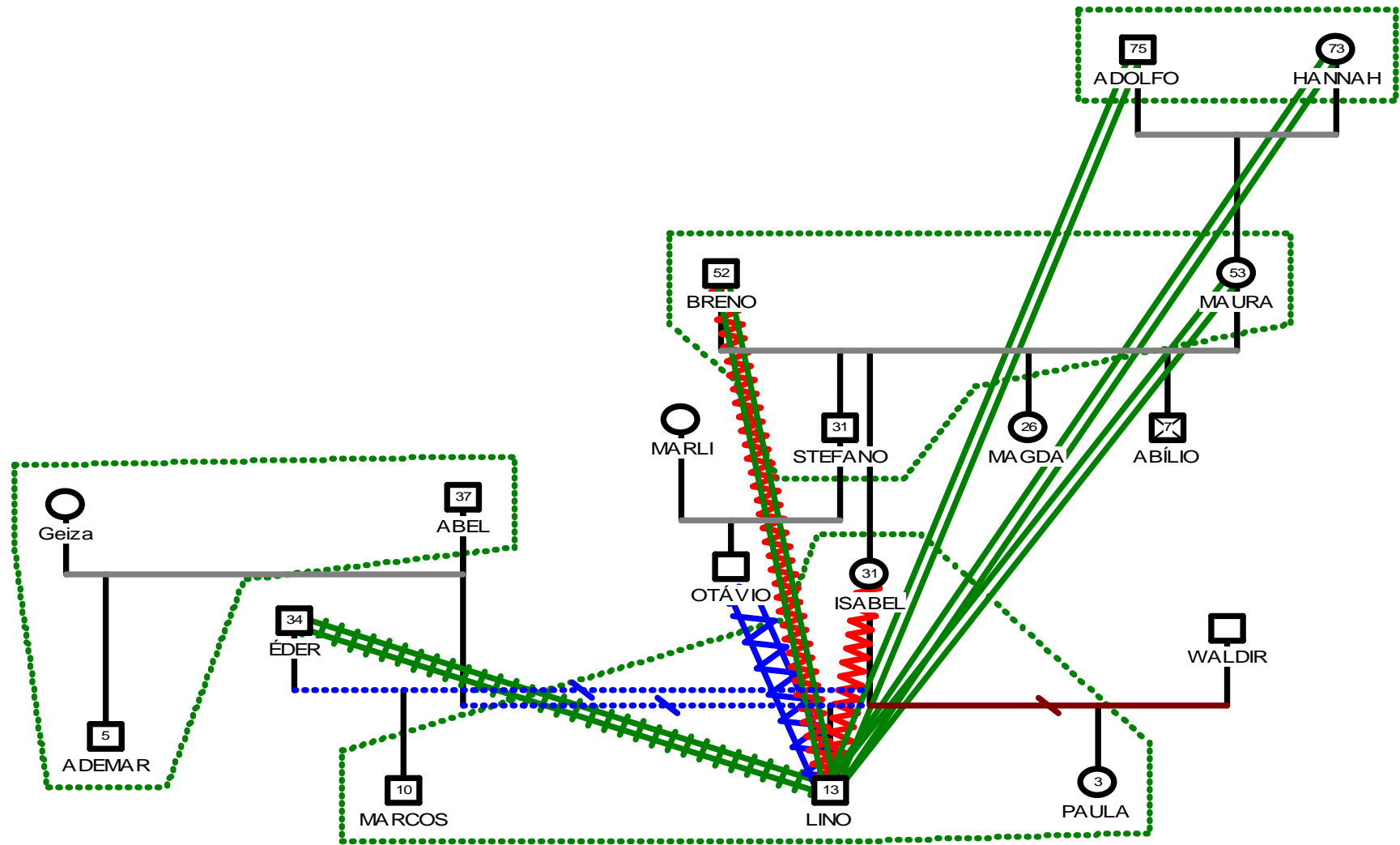


Figura 5

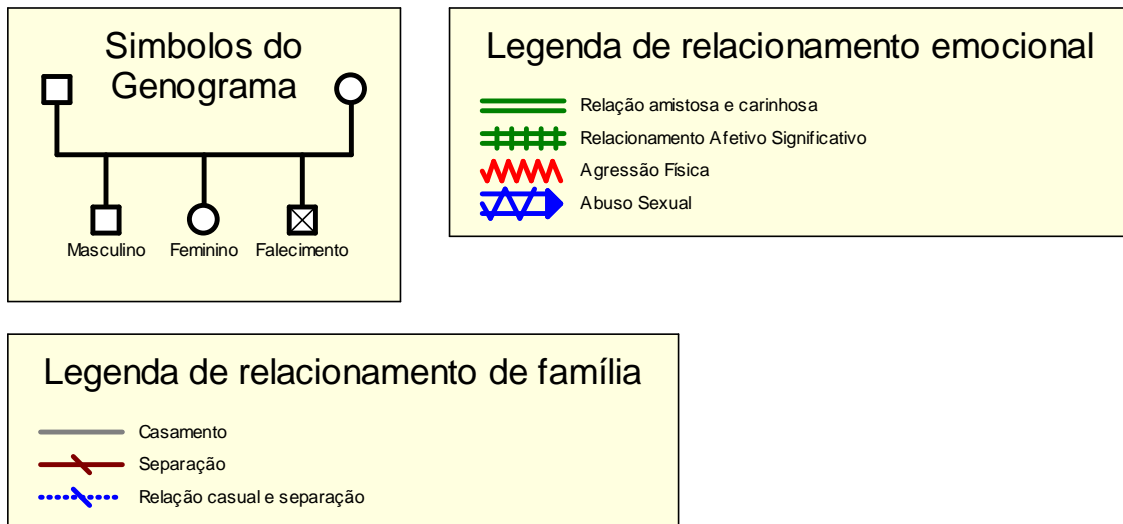


Figura 6

5.4. Família do Rafael

Estiveram presentes para a realização do genograma Helena (32 anos), Odair (35 anos), Deise (11 anos) e Roberto (sete anos), e a avó materna de Rafael, Graça (65 anos). O adolescente Rafael (15 anos) faltou este encontro por motivos de saúde (garganta inflamada).

Helena teve o seu primeiro filho (Rafael) aos 16 anos com o seu primo de primeiro grau Mário (30 anos). Foi um relacionamento afetivo-sexual breve. Quando Helena contou para o primo que engravidou, ele não acreditou que o filho fosse dele e solicitou o teste de paternidade. Dessa forma, Helena escondeu a gravidez da família nos primeiros meses e não revelou quem era o pai da criança durante um ano. Ela afirmou que o pai era um ex-namorado que ela teve antes de Mário. Helena expressou que *“tinha medo das possíveis retaliações por parte da família”*. A revelação só ocorreu quando Graça ameaçou sua filha que colocaria o ex-namorado na justiça se ele não registrasse, nem assumisse o filho. Diante dessa postura de Graça, Helena desmentiu e revelou que o pai de Rafael é o primo

Mário. Mesmo com a revelação, Mário não registrou o filho, não assumiu o filho financeiramente, nem afetivamente.

Rafael nasceu com um conjunto de anomalias físicas: assimetria pulmonar, doença de Blount – abaulamento do osso da perna, escoliose e *Pectus excavatum* – deformidade do osso externo. Além disso, ele tem sopro cardíaco e distúrbios gastrointestinais.

Helena disse que tinha medo de se relacionar com alguém que não tivesse a capacidade de assumir o seu filho afetivamente. Alguns anos após o nascimento de Rafael, Helena voltou a engravidar, e novamente o atual namorado não iria assumir o filho. A gravidez teve riscos e por volta dos nove meses, ocorreu aborto espontâneo.

Um ano após o aborto, Helena reencontrou seu primo de segundo grau – Odair – com quem está casada e tem os filhos Deise e Roberto. Odair assumiu a paternidade de Rafael e pediu que nem Helena, nem o adolescente tivessem contato com Mário. Rafael só soube que o pai biológico não era Odair, mas sim Mário, aos 11 anos de idade.

A avó Graça que levou Rafael para conhecer o pai. Graça relatou que Rafael sempre fala que *“o pior dia da vida dele foi quando conheceu o Mário”*. A avó disse que *“quando os dois se viram, Rafael ficou amarelo e tremia muito e Mário só ficou pálido... Nenhum dos dois falou nada. Apenas se olharam e permaneceram em silêncio.... Após um certo período, Rafael me pede para ir embora...”*.

Graça disse que houve mais um contato entre Rafael e o pai biológico. Foi aos 13 anos do adolescente. Este estava na casa de sua tia (irmã de Mário). Mário chegou alcoolizado na casa e disse ao filho que tinha um presente para ele. Era um relógio. Rafael *“responde com a voz alterada (alta)”* diante do presente: *“de você eu não quero nada!”* e Rafael vai embora para a casa dos pais. A seguir, relatam-se as relações familiares de Helena e Odair. Frisa-se que como Rafael não esteve presente, não foi possível escutar o seu próprio relato das relações familiares.

Helena é a quarta filha de um total de cinco filhos de Graça e Gabriel. Este faleceu aos 47 anos – teve um infarto do miocárdio. Quando o pai de Helena faleceu, ela tinha apenas seis anos de idade. O primeiro filho é Décio, 47 anos; o segundo é Dedimar, 46 anos; o seguinte é Delano, 44, anos (como já citado, Helena é a quarta filha) e a caçula é Araci, com 27 anos.

Com o falecimento do pai, quem passou a cuidar tanto de Helena como de Araci foi o terceiro filho Delano. Ele foi responsável em levá-las para tomar vacina, para levá-los para o hospital quando estava doente, e levá-los para a escola. A relação paternal entre Delano e Araci é tão forte que até hoje esta chama o irmão de pai.

Helena afirmou que tem mais proximidade afetiva com Araci, até pelo fato de ter ajudado a mãe a cuidar da irmã. Ela também é muito próxima do irmão Dedimar, por ele ter exercido o papel de pai. Com irmão Décio, ela tem menos afinidade. Independente de quem ela é próxima ou distante, ela demonstrou preocupação com todos os irmãos homens, pois eles estão envolvidos com drogas lícitas e ilícitas (álcool, maconha, cocaína, merla e cola). Todos os três estão separados de suas respectivas parceiras.

A relação entre Helena e a mãe, historicamente, foi de abandono e negligência. Graça respondeu que teve que agir assim para proteger os filhos homens, que já estavam adolescentes, do pai. Gabriel era um homem muito rígido com os filhos. Ele falava sempre para os filhos “*Vai trabalhar, vagabundo!*”. Diante dessa situação, a mãe começou a trabalhar arduamente, e conseqüentemente, passou menos tempo com os filhos, e estes tinham que cuidar um do outro.

O afastamento de Graça se intensificou quando Gabriel faleceu e ela começou a namorar Batista. O pouco tempo que a mãe passava com os filhos, ela passou a dedicar esse tempo para o namorado. A inserção do namorado na família não configurou em uma relação paterna, mas sim em uma situação de risco. Batista começou a violentar

sexualmente Helena. De acordo com seus relatos, em nenhum dos episódios ocorreu penetração. As atitudes foram carícias, beijos e passar a mão nas partes íntimas de seu corpo. Foi penoso para Helena revelar essa história, ela chorou e ficou um período em silêncio. Ela disse também que *“é muito difícil contar isso ao lado da minha mãe...”*. Helena afirmou que nunca relatou essa história detalhadamente para a mãe. O ritual de entrada de Batista era: *“ele sempre começava assim, oh... ele me chamava para ir para algum lugar com ele, como cemitério, ir para a casa dele e outros lugares e oferecia dinheiro para mim para eu ir... e aí eu ia né... com muito medo... e nestes locais ocorria o abuso (choro)”*. Durante o relato de Helena, Graça permaneceu cabisbaixa e em silêncio.

O recurso que Helena desenvolveu para se proteger de Batista foi o refúgio nas ruas e a relação com os amigos. Ela nunca revelou essa história para mãe, parentes, professores ou amigos na época. Helena tinha medo de contar para a mãe na época por que Graça *“estava muito envolvida, apaixonada”*. Helena explica que o medo era de ser expulsa de casa. Helena escutou a história de *“uma menina que estava sendo abusada sexualmente pelo padrasto e a mãe expulsou a filha de casa”*. Helena temia muito a mãe ter o mesmo tipo de atitude. A sensação relatada por Helena foi de *“sufoco”*. E esta mesma sensação a ajudou a revelar a violência que sofreu para uma tia: *“Eu não aguentava mais aquele sufoco, e aí eu acabei contando para a minha tia”* (irmã de Graça).

Odair é filho de Fátima, 64 anos, e Jarbas, 52 anos. Antes do casamento entre os pais de Odair, Fátima teve uma relação afetivo-sexual breve com César (já falecido). Desta relação, nasceu Nariana, 38 anos, primeira filha de Fátima. Do casamento entre Jarbas e Fátima nasceram seis filhos: Odair, 35 anos, Valmiro, 33 anos, Luma, 32 anos, Jéssica, 31 anos, Ana, 29 anos e Débora, 25 anos.

Odair teve uma forte relação afetiva com o pai. Esse laço afetivo foi rompido quando ele teve o conhecimento que Jarbas abusava sexualmente da enteada Nariana. A relação de violência sexual gerou um filho (Nilmar).

Odair também teve raiva da mãe, pois Fátima permitia que o esposo dormisse junto com a enteada. Odair teve o conhecimento que o pai também violentou sexualmente a própria sobrinha. Como medida de proteção, Odair não deixa os filhos perto de Jarbas. Afirma que não confia no pai. Quando foi questionado se ele se já passou por alguma situação de violência, ele respondeu: *“Eu nunca passei e já passei... Foi assim, tinha um amigo da família conhecido por todos na cidade. Era o Márcio. Ele entregava as coisas, chamava a gente para a fazenda. E teve um dia que ele me chamou para ir ao rio. À beira do rio ele diz para mim: tira a calça para a gente fazer igual a seu pai e sua mãe. Eu tinha entre cinco ou seis anos de idade. E respondi para ele. Isso vai doer. Ele disse que não. E aí saí correndo e contei tudo para a minha mãe”*. Perguntei se alguém tinha feito alguma denúncia na delegacia e ele respondeu: *“Olha, não adiantava, por que até o delegado era pedófilo. O Raimundo (delegado) tinha um monte de casos que nós sabíamos”*.

Odair, por ser o filho mais velho do casamento entre Fátima e Jarbas, cuidou de todos os irmãos. Relatou que o *“sentimento”* que nutriu por eles foi *“de pai”*. Quando os seus pais se separaram, Fátima ficou com depressão e cometeu várias tentativas de suicídio. Ele ainda afirmou que a mãe é uma pessoa *“muito humilde”* (no sentido de não ser firme nos seus posicionamentos).

Ao questionar a família sobre a violência sexual que Rafael cometeu duas vezes contra Roberto, Odair, Helena e Graça responderam:

Odair: *“Olha, eu tenho muita insegurança dele lá (na casa de Odair – frisa-se que atualmente Rafael mora na casa da avó). A primeira vez que aconteceu eu deixei para a mãe dele resolver, não quis interferir. E me arrependo disso, pois aconteceu de novo. Eu*

me arrependo muito. Aí levamos na psicóloga e ela disse que não era para a gente se preocupar por que isso faz parte do desenvolvimento. Isso eu não sei... eu nunca tive isso, uai...”.

Helena interrompe Odair: *“Assim, o que eu acho é que falta perdão da parte do Odair, para o Rafael voltar para casa. Eu não pressiono, nem nada, mas quero meu filho morando comigo. É muito difícil para mim ver o meu filho longe da minha casa. Ainda mais agora que tá chegando o natal, a gente celebrando lá em casa e o meu filho longe de mim. É muito triste isso. Não tem o que celebrar...”* (Helena chora).

Graça: *“Mas isso eu falei... falei para deixar o Rafael comigo, por que eu sabia o que ia acontecer. Não falei para você, Odair. Falei que quando eles casassem e tivessem os próprios filhos ele não iria mais cuidar do Rafael. Era melhor ele ter ficado comigo”.*

Odair: *“Olha, eu gosto do Rafael, sou apegado a ele. Mas eu tenho que proteger os meus filhos. Eu não confio. Não é questão de perdoar. Eu já perdoei o Rafael. Mas ele não faz nada para mudar. Não quer trabalhar. É preguiçoso. Já arrumei vários trabalhos para ele, mas ele falta, chega atrasado...”.*

Graça: *“Mas ele tem que estudar. Rafael gosta muito de você. Para você ver, ele chama o Odair de pai. Chama de pai!!! Ele considera o Odair como o pai dele”.*

Helena: *“Eu quero muito o meu filho de volta, não vou pressionar, mas já falei a pouco tempo para o Odair. Se ele não quer o meu filho em casa, tudo bem, mas aí eu vou deixar o Odair e vou cuidar do meu filho. Olha só, tem dia que ele quer ir lá almoçar, pergunta se tem almoço e falo, oh! Meu filho pode vir. Aí ele vai lá em casa e o Odair nem gosta quando ele (Rafael) vai para fazer trabalho da escola na internet. Odair fica fazendo um monte de brincadeira pesada com ele. Isso não é bom! Às vezes, o Roberto quer brincar com ele (Rafael) no computador, e ele (Rafael) olha assim para mim com aquele olhar dizendo é ele que quer brincar e eu falo que eles podem brincar. Eu quero meu filho*

de volta, e acho que falta perdão”. Odair: “Mas olha, *que garantia eu tenho que isso não acontecerá de novo, não é falta de perdão...*”.

Ao final do genograma, perguntei que título a família queria dar para o genograma: Graça foi a primeira a responder: “*Família desestruturada*”. Em seguida, Helena disse: “*Família que falta perdão*”. Odair disse: “*Não é desestruturada... não sei... sinceramente, eu não sei...*”.

Sobre o tema sexualidade e relações sexuais, tanto Helena, como Odair não tiveram a mediação de adultos para conversar e ter orientações sobre. A mediação de Helena foi com amigos, nas experiências de rua e com os namorados. A mãe nunca conversou com ela sobre sexo e sexualidade.

Odair relatou que ninguém nunca conversou sobre esse assunto com ele, nem familiares, nem amigos. Odair afirmou que sua família nuclear disse que ele tinha que sair de casa e casar. Ele então saiu de casa e começou a se relacionar com a sua primeira namorada já aos vinte anos. E foi com ela que ele teve suas primeiras experiências sexuais. Ele não sabia como agir, nem o que fazer. Foi esta namorada que foi ensinando o que fazer e como fazer. Odair disse que se não fosse essa experiência, ele “*nunca teria casado, nem conhecido sexo*”.

Com Rafael não é diferente. Rafael não teve orientações de adultos sobre sexo e sexualidade. Helena disse que esse é o papel de Odair com o filho. Odair respondeu que não pode orientar o filho. “*Ninguém pode dizer para eu fazer isso, por que eu não sei como fazer. Ele vai ter que ter outra pessoa. Ninguém me ensinou!*”. Odair ainda perguntou: “*Por que Rafael fez isso, sendo que assim como ele, ninguém nunca falou dessas coisas (sexualidade, relações sexuais) para mim e em vivi parado (sem cometer ofensas)*”. O genograma desta família está representado na Figura 7 e a legenda dos símbolos está representada na Figura 8.

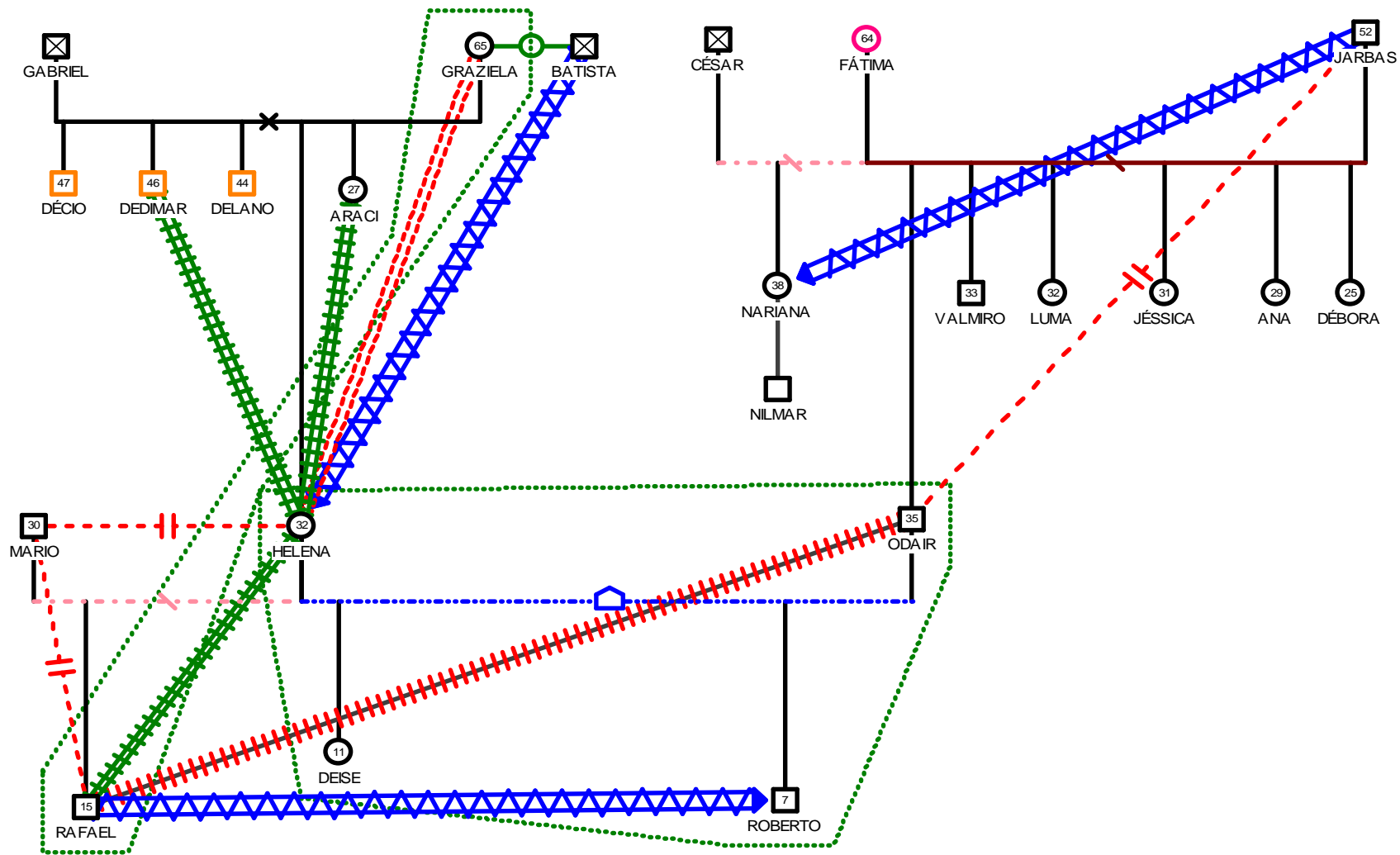


Figura 7

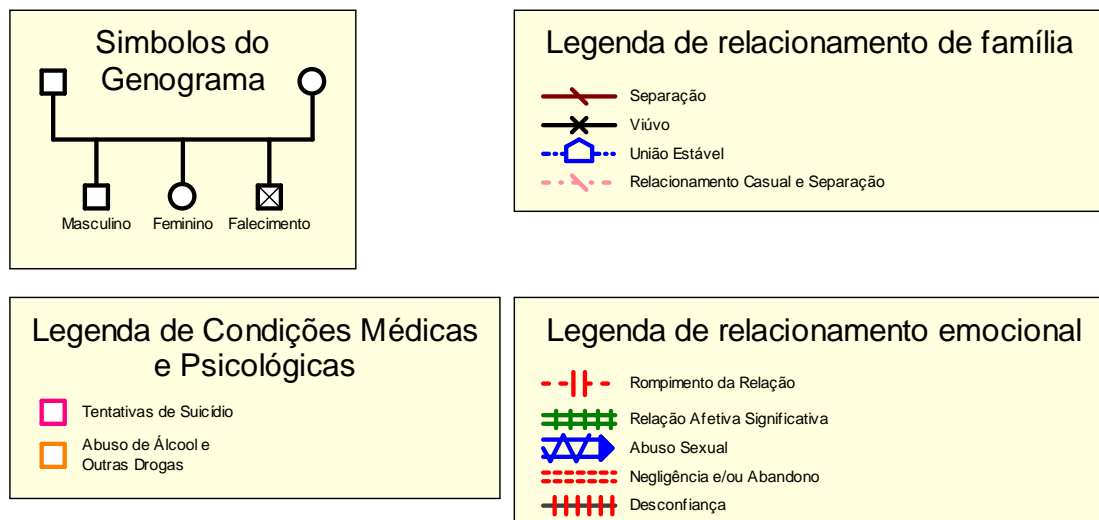


Figura 8

5.5. Família do Sabino

Estiveram presentes para a realização do genograma Raquel (32 anos) e os filhos Sabino (13 anos) e Daniela (10 anos). O primeiro casamento de Raquel foi com Pedro (33 anos), que hoje está casado com Magali. Daquele casamento, nasceu Sabino. Tanto Raquel, como Daniela relataram não conhecer o pai biológico. Raquel relatou que essa gravidez foi “*fruto do carnaval*” e não lembra quem pode ter sido. Porém, ao longo do genograma o relato de Sabino deixou implícito que ele e a irmã tinham contato com o pai biológico de Daniela. Quando confrontados, Raquel disse que preferia não falar o nome do pai “*por ser uma pessoa conhecida*” e que “*tudo estava resolvido*”. Informa-se ainda que Raquel teve depressão pós-parto nas duas vezes que ficou grávida.

Raquel é a filha de Agostinho (a família não soube precisar a idade) e Tamara (51 anos). Antes de se casar com Agostinho, Tamara foi casada com um homem que Raquel não soube precisar o nome. No primeiro casamento de Tamara, ela teve a filha Ângela (35

anos). Raquel não sabe por qual motivo a mãe e o pai de Ângela se separaram. Ela imagina que pode ser pelo fato da mãe “*beber demais*”.

Após o primeiro casamento, Tamara casou com outro homem que Raquel não soube dizer o nome novamente. Nesse relacionamento, o casal teve quatro filhos: Anita (34 anos), que tem uma filha de 13 anos (Isadora); uma filha que faleceu com cinco anos (Raquel também não soube precisar a causa da morte) e um casal de gêmeos (natimortos).

Tamara também separou deste homem e casou com Agostinho. Raquel relatou que desde a infância dela a mãe já “*bebia muito*”. Relatou também que devido ao alcoolismo da mãe, os pais “*brigavam muito*”. Frequentemente, ela presenciou agressões físicas de ambas as partes. Após a situação ficar tão violenta, o pai pediu divórcio e se separou de Tamara.

A mãe de Raquel casou novamente. Na quarta vez foi com Fagundes. O casal teve seis filhos, sendo duas mulheres e quatro homens. Uma das meninas morreu três meses depois de ter nascido. Raquel não soube o motivo. Um dos meninos (Danísio) nasceu natimorto. E o filho Lindomar foi assassinado em um assalto, quando tinha 15 anos. Os outros filhos são: Alba (27 anos), que tem um bebê, Ênio; Célio (22 anos) e Wilson (20 anos) que tem um filho de cinco anos chamado Kaka.

Raquel também relatou que nesse casamento de sua mãe a relação de violência continuou. Sempre houve muita agressão física. “*Minha mãe podia estar bêbada, mas ela batia (risos)*”. Com as agressões, Tamara e Fagundes se separaram. Raquel ainda relatou que como os pais se separavam sempre, e a condição de ebriedade da mãe era frequente, ela teve que cuidar de todos os irmãos mais novos. Raquel também relatou que odeia álcool, pois não aguenta ver a condição da mãe.

Tamara é filha de Jurema (34 anos) e do avô que faleceu que Raquel o nomeou como Velho. Este era alcoolista. Raquel lembra que os avós se agrediam muito. Jurema e o Velho tiveram mais sete filhos. Com as agressões, o casal se separou, e Jurema casou com

outro homem (Raquel também não sabe quem é) e eles tiveram um filho chamado Antônio. Com o alcoolismo do pai e a passividade de Jurema, Tamara passa a cuidar de todos os irmãos mais novos, inclusive de Antônio.

A filha Marlene, assim como Tamara, também comete abuso de álcool. E o filho Marcone, além de abusar do álcool, faz uso frequente de drogas ilícitas. Marcone cometeu abuso sexual em Ângela e em Raquel. Há mais ou menos três anos, este filho de Jurema está desaparecido.

Raquel disse que o motivo de ter se separado de Pedro foi pelo fato de ele cometer uso abusivo de álcool. Quando Pedro estava ébrio, ele era agressivo com Raquel. Esta enfrentava Pedro, não ficava passiva, ela se defendia batendo nele.

Após o nascimento da filha Daniela, Raquel começou a trabalhar como doméstica na casa de Marcos. Empregador e empregada ficaram amigos. Dessa amizade passaram a namorar. Eles estabeleceram união estável e passaram a morar juntos. Marcos pediu para Raquel parar de trabalhar como doméstica. Ela começou a estudar biologia e a renda da casa passou a ser o aluguel de um imóvel que o casal tinha. Sabino relatou que Marcos e Raquel brigam muito. O adolescente falou rindo que a mãe bate mais que o padrasto.

Raquel relatou no fim da atividade que está preocupada com Sabino. A mãe já pegou o filho embriagado. *“Teve uma vez que ele tomou um porre... e eu não aceito ele beber”*. A mãe disse que ela não sabe como agir com os filhos, e muitas vezes conta com a ajuda da mãe. Ela relatou que a mãe, apesar de beber ainda, é com quem ela pode contar nas horas de aflição. Dois momentos de aflição citados por Raquel foram os episódios de abuso sexual. A primeira vez, quando Sabino tinha seis anos foi abusado sexualmente pela prima Roberta, com 16 anos na época (hoje com 23 anos) e depois quando ele abusou sexualmente do primo Kaka, aos cinco anos, no ano de 2010. O título que a família usou

foi: Família Santos¹⁶. O genograma desta família está representado na Figura 9 e a legenda dos símbolos está representada na Figura 10.

¹⁶ O título da família foi alterado para um sobrenome fictício, com a finalidade de manter todas as informações pessoais em sigilo.

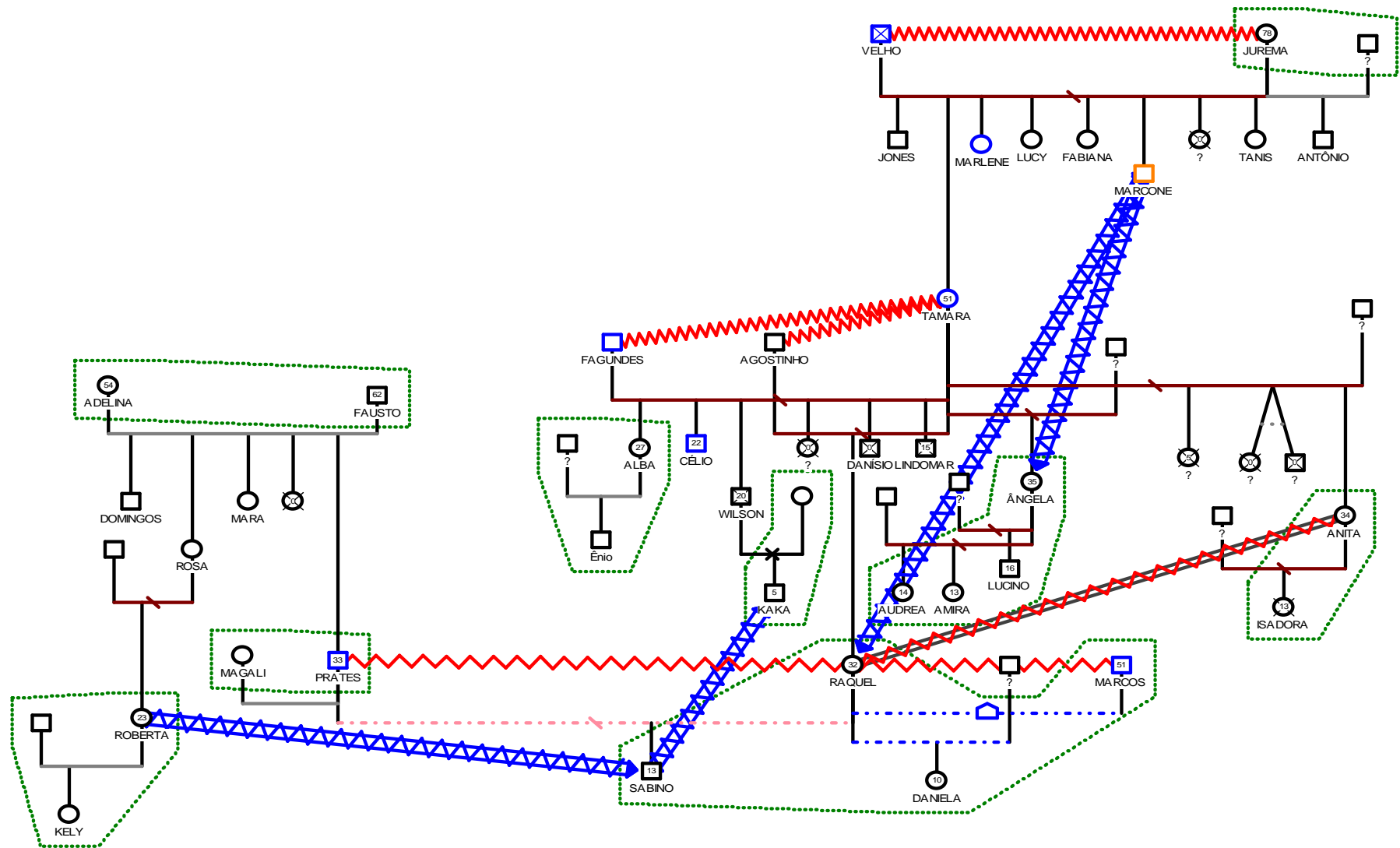


Figura 9

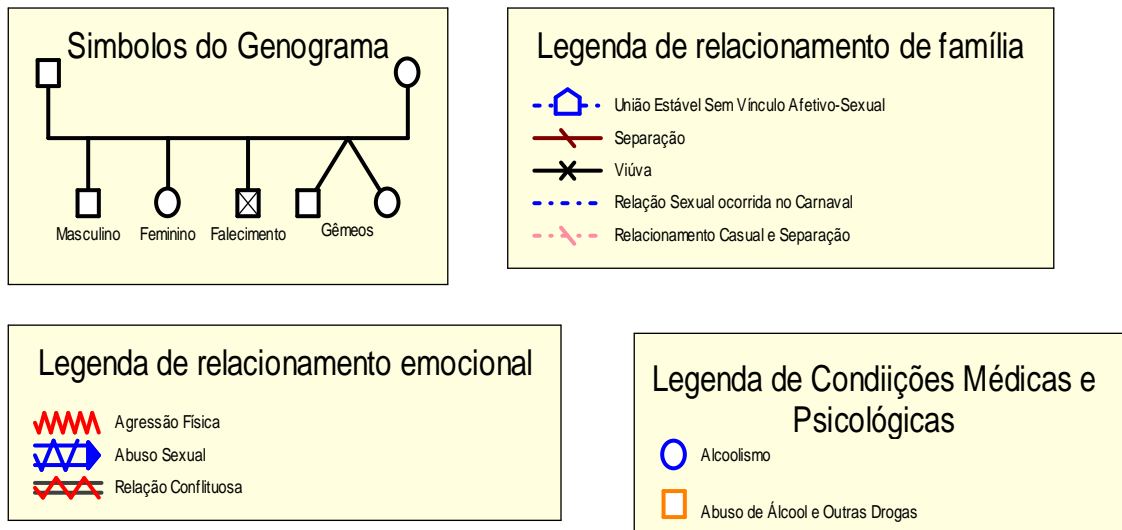


Figura 10

5.6. Núcleo de Análise sobre a Família: Cerceamento e Valores Patriarcais Influenciando a Expressão Sexualmente Ofensiva dos Adolescentes

É importante frisar que o contexto que a pesquisa abordou foram famílias de ACAS. A instituição família desenvolve padrões de interação, e estes padrões constituem a estrutura familiar. A estrutura estabelecerá as regras, os valores e comportamentos que governam o funcionamento dos membros familiares (Minuchin, 1982; Minuchin & Fishman, 1990).

Além disso, elas são famílias com filhos adolescentes, o que representa que uma mudança acentuada ocorre na instituição familiar, devido aos novos elementos e aprendizagens que são apresentados aos adolescentes, como os grupos de pares, a forma de se vestir, estilos de vida, percepção de futuro e valores sobre sexo, drogas e álcool. Essa mudança exigirá das famílias o desenvolvimento de novos padrões relacionais e negociação de regras, controle e autonomia (Minuchin & Fishman, 1990).

Ainda deve ser considerado que são famílias que pertencem às classes sociais D e E, o que significa que são famílias imersas em desigualdades históricas quanto aos modos de ser e de viver. São famílias que passam por dificuldades peculiares, como a do desemprego, baixo rendimento, acesso limitado aos serviços de saúde, que, não raro, são de baixa qualidade e segregação socioespacial (Azeredo, 2010). (Tabela 2).

5.6.1. Organização Espacial da Casa

A organização espacial das casas das famílias pesquisadas revelou que estas dividiram as partes da casa de modo que exista o espaço específico do casal (quarto dos pais), o específico dos filhos (quarto dos filhos) e os espaços que a família pode estar reunida (sala e cozinha). É evidente que a condição econômica das famílias é o principal fator determinante de como a casa pode ser estruturada e construída. Porém, diferente de outras famílias que se encontram em situações econômicas semelhantes, não há uma aglutinação dos membros em um único espaço, como Ribeiro, Rodrigues e Lápido (2005) identificaram em outras famílias incestuosas. Nelas pode ocorrer um rompimento das fronteiras interpessoais e intrassistêmicas. Dessa forma, tanto as condições externas (a falta de privacidade, a promiscuidade, a convivência de adultos com adolescentes e crianças e adolescentes com crianças), como as internas devem ser observadas para se intervir na família com eficácia e eficiência (Faleiros, 2008).

Este tipo de ordenação espacial configura-se em um fator de proteção, pois protege a sexualidade dos cônjuges da percepção e da presença dos filhos. Em algumas famílias, essa estrutura espacial foi planejada de forma não intencional, em outras foi de forma intencional, como foi o caso da família de Rafael. Sua mãe (Helena), quando criança, presenciou uma relação sexual dos pais, e para ela esta experiência foi “*assustadora*”. “*Por causa dos gemidos, eu pensei que meu pai poderia estar agredindo a minha mãe...*”. Esse

fato levou Helena a organizar a sua casa de modo que o quarto dos pais fique o mais distante possível do quarto dos filhos.

Esta estrutura do espaço doméstico promove fronteiras que privilegiam a proteção da conjugalidade do casal. Esse tipo de fronteira permite que os casais das famílias tenham espaços próprios para ter sua privacidade, sua intimidade e seus momentos de trocas afetivo-sexuais. Os espaços reservados aos filhos possuem restrições, como o fato do quarto ser dividido entre dois ou mais irmãos. Essa distribuição exige dos adolescentes que eles se organizem de modo que tenham seus momentos de privacidade e intimidade.

Porém, em algumas famílias, a distribuição dos membros nos quartos configura uma situação de vulnerabilidade. É o que ocorre na família de Alberto. A sua irmã Priscila (14 anos) dorme no mesmo quarto com o primo Fernando (15 anos). Esta distribuição pode demonstrar uma falta de desconfiança (ou até mesmo de cuidado) dos pais de uma possível situação de relacionamento sexual entre os primos.

A despeito de haver um menor cuidado na distribuição dos membros na casa, esta ordenação espacial revela que não há uma promiscuidade nas relações familiares. As relações sexuais do casal ocorrem de forma privada, ou seja, de modo que os filhos não presenciem estas relações. Portanto, não nos parece que a organização espacial da casa, deste grupo em particular, influencia na expressão de uma sexualidade ofensiva dos adolescentes pesquisados.

5.6.2. Regras da Família

O tipo de interação nas famílias pesquisadas foi a complementar, isto é, o relacionamento é baseado nas diferenças e na distinção de papéis (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/2005), de modo que os cuidadores e os adolescentes tenham direitos e deveres diferentes. Por meio dessa interação, as famílias estabeleceram regras rígidas e regras flexíveis. Não foram encontrados processos paradoxais como a dupla vinculação,

que é a transmissão de instruções que se excluem mutuamente, e, conseqüentemente, são desprovidas de significado. Não são regras e instruções que desafiam os filhos a obedecerem às instruções, de modo que para segui-las, é necessário desobedecê-las primeiro (Watzlawick, Beavin, & Jackson, 1967/2005). Malgrado esse tipo de mensagem distorcida ser encontrada em situações de violência intrafamiliar (Baptista, 2002; Lima, 2008; Santos & Costa, 2004), nas famílias pesquisadas não houve relatos desse tipo de jogo relacional.

Contudo, percebe-se, por meio das características familiares citadas, a presença de hierarquia nas relações familiares. Mas como essa hierarquia se expressa? Quais recursos as famílias utilizam para fazer valer as normas e para construir valores?

De uma forma geral, as principais regras que os cuidadores estabelecem estão fundamentadas em sentimentos de medo em relação ao contexto comunitário. Os pais e as mães, bem como as avós e os avôs, ao considerarem a possibilidade do adolescente se envolver com drogas, brigas e gangues, estabelecem a regra para os adolescentes de não sair de casa. Percebe-se que a forma como o sistema externo (comunidade) está organizado e gerido, e a forma como os cuidadores deste grupo percebem a organização e a gestão desse sistema influencia na organização e na gestão do sistema interno (família). Em outras palavras, a violência social atual influencia a construção de regras, a organização das atividades familiares e as fronteiras entre a família e a comunidade. Os posicionamentos mais representativos desse tipo de regra foram de Odair, padrasto de Rafael, e de Raquel, mãe de Sabino:

De acordo com a esposa Helena, Odair afirma aos filhos que *“filho que é criado do portão para fora, vai virar marginal, vai virar um ladrão, vai virar um bandido. Filho meu é criado do portão pra dentro.”*. Já Raquel afirma que Sabino *“não pode ir pra rua de nenhuma forma... porque eu moro atrás de um bar. O lugar onde moro é perigoso. Eu não*

vejo nenhuma criança da idade dele que tenha ido para um caminho bom. Então eu vejo que criança tem que ficar dentro de casa”.

As ameaças vindas do meio que foram citadas levam os pais a estabelecer para os filhos um movimento de direcionar o investimento relacional destes para dentro do contexto familiar, de modo que as fronteiras externas em torno da família fiquem fechadas e a fronteiras pessoais entre os membros fiquem afrouxadas. Esse modelo de relação configura em um estilo familiar centrípeto (Rolland, 1995). Apesar de esse estilo proteger os adolescentes das ameaças sociais, ele impede os adolescentes de ter experiências em outros contextos sociais e comunitários que os auxiliem a desenvolver a autoconfiança, a independência emocional dos pais e das mães e a autonomia nas decisões (Rolland, 1995). Conseqüentemente, apesar da rigidez nas relações familiares promovida pelos cuidadores ter a intenção de fazer valer a ordem no contexto doméstico, por meio do movimento centrípeto, eles não permitem, nem encorajam os adolescentes a serem mais responsáveis por si mesmos e a ter mais controle sobre as decisões tomadas.

Outra situação que corrobora o direcionamento relacional dos adolescentes para dentro da família promovido pelos cuidadores é em relação às práticas de lazer do adolescente e da família. Há momentos de lazer em família e há momentos de lazer com os amigos em família, de modo que os pais e demais parentes, nestas famílias, devem estar presentes. Um exemplo é o caso que o irmão de Levi – Lordes – relatou no dia da entrevista semiestruturada: *“se eu fizer o almoço lá em casa¹⁷, e vamos supor vocês (equipe de entrevistadores), por exemplo, vocês viraram meus amigos, aí eu faço um almoço, vou fazer uma janta e vou convidar vocês né... aí eu chamo vocês, aí eu tenho que chamar eles (os pais e demais irmãos), porque eu não vou fazer uma janta lá em casa, e vocês vão chegar lá, vão levar seus familiares e eles vão ficar aqui (sem ser convidados).”*

¹⁷ É importante frisar que a maior parte da família paterna de Lino mora em um mesmo condomínio.

Outra situação é a fala dos adolescentes no grupo no primeiro encontro (Proteção), denunciando a rigidez dos pais ao não deixarem eles brincarem em outros contextos, como na vizinhança e nas quadras poliesportivas da comunidade.

Estas famílias mais do que serem aglutinadas em suas atividades de lazer, os cuidadores provocam o cerceamento dos filhos. Eles permitem e promovem atividades prazerosas, mas elas estão restritas no contexto familiar e sob o controle das mães e dos pais. Parafraseando Foucault (1988/2011, p.52-53), o controle familiar pode ter o objetivo global e aparente de dizer não a toda situação de ameaça social, mas esta postura funciona como mecanismo de dupla incitação: a primeira é de prazer em desenvolver estratégias e tecnologias que ajudam a fugir ou travestir o poder familiar. Um exemplo disso é a mãe de Levi, que na sua adolescência fugia de casa à noite para ir para festas com as amigas, uma vez que seus pais estabeleceram a regra que lugar de criança e de adolescente, principalmente se for mulher, é dentro de casa. Agora que ela é mãe, ela mantém a mesma regra com os seus filhos. E, da mesma forma, estes desenvolvem estratégias para escapar desse poder cerceador.

O outro mecanismo é o de disputa de poder que se afirma no prazer que o adolescente tem em resistir ao poder familiar e de criar soluções para as necessidades que eles experimentam. Dessa forma, *“prazer e poder não se anulam... (pelo contrário), eles encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e incitação”* (Foucault, 1988/2011, p. 56). É importante considerar que, mesmo confrontando o poder estabelecido pelos pais, inevitavelmente, as famílias pesquisadas construíram para si uma rede social restrita e apertada.

5.6.3. Rede Social e Rede Familiar de Apoio

Rede social é um sistema aberto que possibilita o intercâmbio dinâmico entre seus membros e entre estes e as instituições sociais, com o objetivo de otimizar os recursos disponíveis (Elkaïm, 1989). A rede social é uma fonte transmissora de cultura, promotora de adaptação e de apoio emocional (Sluzki, 2006).

Ao estudar sobre a rede social de apoio das famílias pesquisadas, elas relataram que não tinham tantos laços sociais com pessoas fora da família, principalmente após a revelação e acusação dos adolescentes. Das cinco famílias pesquisadas, apenas duas (família de Levi e de Rafael) participavam ativamente de outras redes de apoio. Estas redes eram as religiões que as famílias congregavam. Lima (2009), ao estudar famílias no contexto de abuso sexual, identificou que a igreja desempenha importante papel social na vida das pessoas. Para as famílias desta pesquisa, o contexto religioso pode representar uma forma da pessoa se situar socialmente, de modo que suas relações interpessoais se ampliem (Lima, 2009). E por meio dessas relações, aumenta a possibilidade de superar o drama que vivem. Um exemplo é a oração que Helena relatou que o padrasto de Rafael fez em um ritual do movimento do neocatecumenato¹⁸ que o casal participa. *“Depois de tudo que aconteceu ele pediu pelo Rafael: ‘eu queria pedir pelo Rafael que tá afastado da comunidade que Deus possa tá tocando no coração dele que ele possa voltar’. E assim no momento que ele fez a prece ele chorou muito e eu não quis falar nada. Deixei ele sentir o que tinha que sentir. Achei que foi bom. Até porque se a gente vive numa comunidade a gente tem que viver no amor e viver no amor significa viver no perdão.”* Por meio deste relato, percebe-se que as famílias significam, discursivamente, a religiosidade como meio de perdão, reconciliação e mudança de comportamento.

¹⁸ Movimento vinculado à Igreja Católica Apostólica Romana.

As outras famílias pesquisadas não possuíam relações com a sua comunidade, nem tinham vínculos significativos com instituições religiosas. As relações no contexto laboral não fluíam para além da formalidade. Foi assim com as famílias de Lino, de Sabino e de Alberto. Pode-se afirmar que a rede social destas famílias se encontra empobrecida. Este empobrecimento pode configurar em situações de vulnerabilidade. Um exemplo de vulnerabilidade foi apresentada pela mãe de Alberto. Quando questionada com quem ela poderia pedir ajuda ou compartilhar sobre o drama que sua família estava vivendo, ela respondeu “*Fora da família, eu acho que eu conto com a ajuda de pessoas estranhas, entendeu?*”. A postura da mãe de Alberto revela a situação de vulnerabilidade que ela se encontra. Primeiro pelo risco de manter em segredo as suas dificuldades familiares e sociais, bem como suas angústias e ansiedades pessoais. E quando ela compartilha esses sentimentos, ela compartilha para pessoas que não tem um relacionamento socioafetivo estável. Desse modo, a pessoa estranha que ela procura aleatoriamente pode tanto ajudá-la, com palavras de acolhimento e conforto, como prejudicá-la no sentido de transmitir as informações para outras pessoas.

O que se pode concluir de todas as famílias é que todos os cuidadores e a maioria dos adolescentes possuem redes sociais empobrecidas, inclusive as famílias que têm a religião como rede social de apoio. Em termos funcionais, a religião possibilita às famílias as condições de realizar atividades em conjunto (ritos religiosos e atividades comunitárias), oferece apoio emocional, realiza aconselhamento, por meio de orientações espirituais, promove controle social, reafirmando as responsabilidades das famílias, possibilita o conhecimento de novas pessoas e em algumas situações, até mesmo apoio e ajuda material. Porém, em termos estruturais, há muitas limitações. Primeiro pelo tamanho da rede, que é considerada limitada a duas instituições (família e religião). De acordo com Sluzki (2006), as redes sociais pequenas podem ser geradoras de tensão pela razão que as informações dos

membros podem sobrecarregar o sistema. Em termos de composição e distribuição, a rede social se encontra no mesmo contexto. Essa característica não promove uma diversidade de pensar e ver o mundo, e conseqüentemente, as famílias não possuem recursos para terem um leque maior de opções para tomar decisões. Por fim, as redes dessas famílias são predominantemente homogêneas, o que significa que elas não permitem a auto-observação pela diferença, de modo que cada membro construa a sua identidade e consciência de si apenas pelas semelhanças.

Este empobrecimento configura como fator de vulnerabilidade social (Muramoto & Mângia, 2011) ou até mesmo como fator de risco (Andrade & Vaitsman, 2002). Se pessoas que se encontram na condição de sofrimento psíquico grave vivenciaram várias rupturas sociais provocadas ora pela institucionalização do sujeito, ora pela própria expressão de crise psicológica, e a consequência desses fenômenos levaram a pessoa que se encontra nesse tipo de sofrimento “*para um empobrecimento generalizado de relações e trocas afetivas e materiais*” (Muramoto & Mângia, 2011, p. 2167), então, um processo semelhante de incapacidade para solucionar os conflitos familiares, sentimentos de culpa que imobilizam a família (Furniss, 1996) e fragilização da própria identidade da família e de seus membros ocorreu com as famílias desta pesquisa, colocando-as em uma situação de isolamento social, e conseqüentemente desenvolvendo um processo de “*desvitalização do intercâmbio interpessoal*” (Andrade & Vaitsman, 2002, 927).

O isolamento social em ACAS e adultos que cometeram abuso sexual também foi identificado na pesquisa de Gutiérrez-Lobos *et al.* (2001), que mostrou que essas pessoas apresentaram um suporte social pobre no que tange a compartilhar sentimentos e situações conflituosas e confiar em alguma pessoa (sendo que nas pessoas que cometeram um grau

de violência maior¹⁹, a restrição do suporte social foi maior em relação ao grupo que aplicou um nível de violência menor²⁰).

Como recurso de apoio na rede familiar, as famílias buscaram a ajuda de avós e avôs. Nos encontros dos GM, os avós estavam presentes ora no discurso dos pais, principalmente quando estes afirmavam que a figura de apoio na família eram os próprios pais, e ora presentes fisicamente como foi o caso das famílias de Rafael, lembrando que este adolescente morava junto com a sua avó materna, e de Lino, quem era cuidado pelos avós maternos. Percebe-se que a figura dos avós é parte integrante na interação familiar e forte influência sobre a educação dos adolescentes.

A primeira impressão identificada sobre a contribuição e participação dos avós na vida dos adolescentes é que estes estavam exercendo um papel de substituto das mães e dos pais, a despeito de que cada família tinha uma justificativa diferente para colocar os avós nesta condição. A mãe de Lino terceirizava a sua responsabilidade para os seus pais pelo motivo de trabalhar o dia inteiro e estudar à noite. A mãe de Rafael colocou o seu filho sob a total responsabilidade e cuidado de sua mãe para construir um fator de proteção para o seu filho caçula, que tinha sido abusado sexualmente duas vezes pelo adolescente. Os pais de Alberto, durante a infância e início da adolescência, tiveram que deixar o filho sob os cuidados da avó materna e de tias. Esta configuração relacional representa uma forma de explorar os avós como fonte de ajuda econômica e como babás gratuitas. Por consequência, impede os avós de viverem uma vida sem o desgaste emocional e sem a preocupação cotidiana das tarefas de assistência e educação dos adolescentes e de seus irmãos (Dias, 1994, 2002).

Outra característica identificada na configuração supracitada é que os avós que assumem o papel de cuidadores são da linhagem materna. A pesquisa de Dias (1994)

¹⁹ Aplicação de força física, agressão sexual com lesão física (independente de ter tido penetração vaginal ou anal) e homicídio após a violência sexual.

²⁰ Uso de coerção verbal e sexo forçado sem lesão.

revela que os avós maternos, principalmente a avó, extrapolam o seu papel para além de dar apoio e cooperação aos pais no cuidado e na educação dos filhos. Os avós passam a desenvolver a importante função socializadora depois dos pais dos adolescentes (Dias, 2002). Assim como na pesquisa de Dias (1994), neste estudo acredita-se que é o tipo de vínculo entre mãe e filha que possibilita e autoriza os avós a ter direito de interferir na educação e cuidado dos adolescentes. Na família de Lino, por exemplo, a avó materna, apesar de reconhecer o esforço que a sua filha faz trabalhando o dia inteiro e estudando à noite, significa-a como incapaz de cuidar dos filhos e como uma pessoa que se preocupa mais em ter momentos de diversão com os amigos em festas e bares. Portanto, é a atitude da mãe de Lino significada como irresponsável pela avó que autoriza esta a decidir a educação do adolescente. A avó de Rafael – Graça – sempre solicitou a filha para deixar o adolescente sob os cuidados dela, antes mesmo do ato abusivo de seu neto. Esse pedido se justificou pelo fato de que Helena, mãe de Rafael, teve o filho em idade precoce e, conseqüentemente, “*não demonstrava maturidade*²¹” para cuidar do filho.

Além da ajuda financeira e afetiva, a intervenção dos avós na vida dos adolescentes da pesquisa também teve a importante função de contrabalançar a violência intrafamiliar (verbal e física) contra o adolescente e de protegê-los de demais situações constrangedoras. Dessa forma, a particularidade destas famílias é que os avós exerciam a função de alívio de tensão (principalmente aquela oriunda dos abusos sexuais cometidos pelo adolescente) com o objetivo de restabelecer a harmonia familiar.

Apesar desses exemplos que mostram como os avós extrapolam os seus papéis, isso não significa que o cansaço no cuidar dos netos e o interesse dos avós por outras atividades próprias da atual etapa do ciclo vital não existam. O avô de Lino – Breno – fez o seguinte comentário no segundo encontro do GM: “*Não tem como, no final de tudo, sempre sobra*

²¹ Fala de Graça, mãe de Helena.

para os avós”. Essa fala ocorreu no contexto que o grupo de pais discutiu sobre a responsabilidade de práticas educativas e sexualidade. Breno afirmou que os pais dos filhos não conseguem educar e cuidar dos filhos.

As informações levantadas sobre a rede de apoio familiar nesta pesquisa não difere dos resultados levantados na pesquisa de Gutiérrez-Lobos *et al.* (2001), que identificou que os sujeitos pesquisados possuem suporte familiar empobrecido. Nenhuma família demonstrou buscar apoio com outros membros familiares nesta pesquisa. E quando buscou, a ajuda foi solicitada aos avós apenas, exigindo muita energia deles. E, conseqüentemente, sensações de fadiga e desgaste, como Breno, Maura e Graça expressaram, ocorreram (Dias, 1994, 2002).

Em relação à rede familiar das famílias pesquisadas foi identificado que, como o ato abusivo foi no contexto intrafamiliar, a informação da revelação e da acusação foi transmitida e compartilhada para a família extensa. Os cuidadores dos adolescentes tentaram manter em segredo a atitude abusiva do filho, pois, para estes responsáveis, já era o suficiente que o sistema legal e o sistema de proteção da criança soubessem do fato. Os pais e as mães dos adolescentes não souberem afirmar como os membros da família extensa e pessoas da comunidade souberam da atitude sexualmente abusiva dos filhos.

5.6.4. Valores Familiares

Outra característica da organização relacional das famílias estudadas é que elas são marcadamente adjetivadas de valores patriarcais. Helena, mãe de Rafael, afirmou que em casa as decisões são unilaterais: *“O que ele (Odair, padrasto de Rafael) fala é aquilo é aquilo e pronto. Tudo tem que ser do jeito dele”*. Breno, avô de Lino, relatou como é a postura dele em casa: *“eu tento manobrar a família... procuro trazer a família no nível correto... tenho que manusear a família... em casa tem que ter hierarquia... eu tento*

controlar a família, esse é o meu papel". Esses relatos são representativos dos valores patriarcais.

É importante sinalizar que o patriarcado não representa o poder dos pais sobre os filhos, mas sim o poder do masculino sobre o feminino. Poder este que coloca as mulheres em uma situação de subordinação perante os homens, os jovens se encontram hierarquicamente subordinados aos mais velhos (Scott, 1995), e sequencialmente, os filhos mais novos estão subordinados aos irmãos mais velhos.

A importância de considerar a influência do patriarcado neste estudo, primeiro se justifica pelo fato dele ocorrer como discurso normativo de papéis familiares, segundo pelo motivo que os valores patriarcais atravessam os tempos e deixam marcas significativas nas famílias contemporâneas e terceiro pela razão que o patriarcado legitimou o controle da sexualidade e dos corpos femininos e infantis e estabeleceu papéis sexuais e sociais de modo que o homem tenha privilégios (Narvaz & Koller, 2006; Saffioti, 1987). Dessa forma, fica claro que este valor é um dos fatores que pode ter influenciado a ação sexualmente abusiva dos adolescentes pesquisados.

O que essas famílias estão informando é que a violência sexual do adolescente não é explicada por meio de uma confusão de papéis, nem por meio de uma ambiguidade na comunicação, nem por meio de uma falta de limites. Apesar de ter uma negligência de cuidados na distribuição dos membros nos cômodos da casa, há sim uma organização relacional fundamentada em fronteiras nítidas. Muitas dessas fronteiras possuem um caráter de cercear as experiências do adolescente. Os adolescentes pesquisados não desenvolveram tecnologias de confrontar esse poder dos pais, mas desenvolveram formas de transgredir esse poder que restringe, de modo que eles vivenciam as atividades que desejam, e busquem desenvolver a autonomia que almejam. O risco pode aumentar quando a forma de transgredir esse poder tem a influência de valores patriarcais, que, por

consequência, pode influenciar no desenvolvimento de uma expressão ofensiva direcionada àqueles que são hierarquicamente subordinados aos adolescentes – as crianças.

Ao saber que a família possui a configuração acima descrita, é válido questionar por meio de quais recursos os cuidadores utilizaram para fazer valer as regras, os valores e a hierarquia nas relações com os adolescentes? Quais repercussões, nos adolescentes, da adoção dessas tecnologias? E como esses procedimentos podem ter, de alguma maneira, influenciado no comportamento sexual ofensivo dos adolescentes?

5.7. Núcleo de Análise sobre a Violência: Violência Como Recurso para a Solução de Problemas

5.7.1. Aspectos Intergeracionais: Quando Educar é Violar

O uso do genograma possibilitou o levantamento de informações sobre a estrutura familiar e sobre os padrões familiares ao longo de gerações. Identificou-se em todas as famílias histórias de violência intrafamiliar em nível intergeracional. A violência foi expressa de diversas formas: abuso físico, abuso sexual, abandono, humilhações verbais e situações de risco como envolvimento de uso abusivo de álcool e drogas ilícitas.

Esse resultado comunica que a maioria das pessoas que agredem outros membros familiares aprendeu a usar a violência como resultado de experiências em sua família de origem. A natureza intergeracional da violência pode ser uma transmissão não-genética de atitudes e comportamentos que são aprendidos ao longo de várias gerações (Nichols, 1986).

Os resultados apontaram que os cuidadores utilizaram a violência como recurso para educar os filhos. Situações em que os adolescentes cometem algum tipo de travessura ou promovem algum tipo de desordem, a intervenção dos pais para estabelecer a disciplina não ocorre por meio do diálogo, mas por meio de gritos, tapas, socos, murros e arremesso

de objetos. Maria, mãe de Alberto relatou que uma vez o adolescente “*aprontou, não lembro o que foi... aí ele (o pai Oscar) tinha acabado de chegar do serviço, aí fulano chegou para ele e falou: olha seu filho fez isso, isso e isso. Ele (Oscar) pegou esse aqui (Alberto), mas ele deu uma surra, uma surra tão violenta nele, que até com fio, que ele passou um bom tempo sem poder tirar a camisa*”. Todos os adolescentes relataram histórias semelhantes a esta e os pais e as mães confirmaram o relato das histórias ao longo do GM.

Para situar sobre o jogo relacional da família que maltrata, é necessário situar como a violência intrafamiliar está inserida na sociedade. O uso da violência para educar crianças e adolescentes é amplamente aceito na sociedade ocidental (Arias & Pape, 1994). As histórias identificadas no GM são reflexos de que a violência intrafamiliar representa um problema social e uma questão de saúde pública. Esse fenômeno é historicamente construído, e é permeado por eixos que estruturam as relações sociais como o poder, o gênero, a etnia e a cultura dos diversos grupos sociais, ultrapassando as classes sociais (Leal, 1998; Magagnin & Almeida, 2000, Minayo, 2004; Tavares dos Santos, 2002).

Dessa forma, o uso da violência dos pais para educar os filhos refletem duas características sociais e culturais intrinsecamente articuladas: a primeira é que as relações familiares são marcadamente fundamentadas em valores patriarcais, como foi identificado também no núcleo anterior. Apesar de que a responsabilidade pela educação dos filhos foi destinada às mulheres (sejam elas as mães ou as avós), é ao homem (pais ou avôs) que lhe cabe aplicar o castigo diante das travessuras dos filhos. Dessa forma, “*a autoridade permanece nas mãos daquele que não educa. A responsabilidade cabe àquela que não detém a autoridade*” (Saffioti, 1987, p.37).

A outra característica é o modelo adultocêntrico de constituir as relações familiares e sociais. As relações estabelecidas entre adultos e crianças são constituídas por “*uma*

hierarquia, na qual o poder do adulto destina-se a socializar a criança (e o adolescente) e transformá-la em um adulto à sua imagem e semelhança. Trata-se do fenômeno da repetição, responsável pela transmissão dos padrões de conduta dos adultos às novas gerações”. (Saffioti, 2000, p. 17).

Ao considerar estes dois valores presentes nas famílias pesquisadas, a violência representa uma das características do cotidiano dos adolescentes ao longo de suas histórias de vida. E são estes valores que justificam a aplicação de medidas violentas da parte dos pais para estabelecer limites e disciplina para os filhos, sob a máscara de pais responsáveis e comprometidos, como afirma Oscar, quando respondeu ao filho Alberto, quando este disse que sabia de seus direitos: *“ah você sabe dos seus direitos, pois eu sei dos meus, é o seguinte, eu vou te bater, e quando eu terminar de te bater você vai lá na delegacia e pode me denunciar, pois eu vou preso, mas eu vou preso com gosto, prefiro eu te bater do que eu ver você apanhando da polícia”*. A postura de Oscar revela que os pais utilizam a punição física em decorrência de conflitos entre adultos e crianças e entre adultos e adolescentes (Aucoin, Frick, & Bodin, 2006; Deater-Deckard, 2011; Gershoff *et al.*, 2010), reafirmando o mito de que os comportamentos desobedientes e malcriados devem ser punidos e o mito de que a punição física é para o próprio bem da criança, de modo que o bem é decidido pelo adulto sem considerar, muitas vezes, a voz da criança ou do adolescente (Azevedo & Guerra, 2001, Nichols, 1986).

Odair, padrasto de Rafael, também relatou que defende o uso de tapas como medida educativa. *“Olha, vocês que me perdoam, mas antes de bater, eu falo, falo, falo, não é assim, é assim, mas eles não escutam, aí só quando eu bato é que eles (filhos e enteado) obedecem. Não tem outro jeito. Se não fizer nada, se não bater, aí como faz?”*. Essa fala representa o mito das virtudes mágicas da punição física (Azevedo & Guerra, 2001), e a crença nestes mitos citados não permitem que os cuidadores percebam que bater para

educar é o mesmo que bater para maltratar (Martins & Bucher-Maluschke, 2005). Pois toda e qualquer violência direcionada à criança e ao adolescente deixa marcas do tipo físicas, que podem ser temporárias (lesões ou inflamações), permanentes (cicatrizes, queimaduras graves, etc.) e às vezes podem levar até a morte, e do tipo psicológicas, que são sempre permanentes (Martins & Bucher-Maluschke, 2005; Nascimento, 2002).

Esse modelo de educar, por ser tão repetitivo, leva os adolescentes pesquisados a confundirem o que é e o que não é violência. Lino, por exemplo, colocou que “*o cascudo do meu pai é tão forte que é como se estivesse batendo de verdade*”. A repetição leva também os adolescentes a tolerarem qualquer ato de ofensa física. Levi e Sabino disseram que estavam acostumados quando o pai e a mãe, respectivamente, batiam neles. A tolerância dos adolescentes diante das atitudes agressivas constantes dos pais leva-os a concordarem que os pais estão corretos ao aplicar a medida corretiva adotada.

Uma consideração ainda deve ser feita sobre o uso da violência dos pais para disciplinar os filhos. A primeira é que este recurso pedagógico dos pais demonstra que as famílias possuem um problema de fronteiras invadidas. Essa invasão pode expressar um padrão interacional permissivo entre pais e filhos, caracterizada com uma dinâmica relacional rígida e autoritária. Esse padrão transacional pode representar a falta de capacidade da família para lidar com as demandas e necessidades dos adolescentes, como pode representar também a impotência dos pais em lidar com as travessuras, desobediências, falhas, dificuldades e impertinências dos filhos (Minuchin, 1984). Portanto, por mais que a intenção dos pais seja a de promover uma ação corretiva, a consequência é sempre punitiva.

Este modelo corretivo, compreendido como intrusão de fronteiras, produz efeitos pouco efetivos para a educação dos filhos (Aucoin, Frick & Bodin, 2006; Azevedo & Guerra, 2001; Martins & Bucher-Maluschke, 2005; Gershoff *et al.*, 2010; Deater-Deckard,

2011, Nichols, 1986). Além disso, ele pode gerar sentimentos nos adolescentes relacionados à impotência, raiva, revolta, medo, abatimento e confusão (Fishman, 1988), pois ao invés da família promover proteção, cuidado, confiança e respeito para os filhos (Bronfenbrenner, 2011; Martins & Bucher-Maluschke, 2005; Fishman, 1996; Minuchin, 1984), estas famílias têm promovido violências.

Por fim, é importante destacar que a informação de histórias de violência em adolescentes que cometem abuso sexual não é um fator exclusivo desta pesquisa. Pelo contrário, várias pesquisas internacionais e algumas nacionais encontraram essa característica familiar (Costa, 2012; Esber, 2009; Loh & Gidyca, 2006; Marshall, Serran, & Cortoni, 2000; Penso *et al.*, 2012; Schimickler, 2006; Smallbone & McCabe, 2003; Stirpe & Stermac, 2003). Portanto, ao reconhecer que esse modelo transacional representa uma característica dessas famílias, pode-se afirmar que este fator somado a outros fatores contribui no desenvolvimento de uma expressão sexualmente ofensiva dos adolescentes.

5.7.2. O Homem Adulto na Família: Pode Ser Marido, Mas Não É Pai

Outra marca significativa das famílias pesquisadas é a forma como os pais dos adolescentes (e no caso de Rafael, o seu padrasto) constroem a sua interação na família e como participam nela. Identificou-se que as mulheres da casa (mães e avós) podem contar com a colaboração dos maridos na manutenção da casa, nos compromissos financeiros, na troca de afetos e até mesmo em algumas tarefas domésticas nos finais de semana. Porém, a participação destes homens na vida dos adolescentes se restringe no papel de estabelecer limites (e como foi colocado acima, muitas vezes por meio da violência). Nem nos momentos de lazer, os pais, mesmo sendo convidados a participar, eles se mantêm distantes, como é o caso de Oscar, pai de Alberto, que não participa dos jogos familiares, nem participa dos jogos que o filho compete. A mesma atitude é identificada no pai de

Levi, que não acompanha o filho nas competições de tambor. Os outros pais biológicos existem fisicamente, mas relacionalmente não. Nem financeiramente a família pode ter a ajuda, como são os casos de Lino, Rafael e Sabino.

Tanto os adolescentes, como as mães, ao longo do GM, colocaram que os pais não são procurados para dialogar sobre assuntos diversos e de interesses do adolescente. Até mesmo para assuntos relacionados a sexo ou sexualidade²², quando os adolescentes buscam informações dentro de casa, eles procuram a mãe. O exercício da paternidade exige que os pais nutram as suas relações com os filhos, que guiem estes nas suas demandas e controlem a situação de modo a promover a autonomia deles. Mas, nestas famílias, parece que o papel de pai está restrito a estabelecer limites.

Se a mãe está presente na vida dos adolescentes, e o pai está ausente, esta inter-relação precisa ser vista como complementar (Penso *et al.*, 2012). O padrasto de Rafael, assim como os pais de Alberto e Levi, trabalha mais de 12 horas por dia. Quando chegam a casa, chegam estafados, sem energia física e desmotivados para exercer a paternidade. A forma como o cotidiano está estruturado, o tipo de trabalho (o pai de Levi e o de Alberto trabalham com atividades rurais), a quantidade de horas que eles precisam separar para chegar pontualmente no trabalho e para retornar para o lar, a quantidade de horas investidas no trabalho, o estresse próprio da atividade, e o retorno cansativo para o lar (devido à péssima qualidade do transporte público) impedem os pais de ter energia e tempo para investir nos filhos, pois quando chegam a casa, eles definem esse tempo como momento de descanso.

A ausência de uma figura paterna significativa (compreendida como ausência de vínculo afetivo positivo) na história de vida de adolescentes que cometeram abuso sexual foi encontrada tanto em pesquisas nacionais (Costa, 2012; Costa *et al.*, 2012; Penso *et al.*,

²² Este assunto será melhor detalhado no próximo núcleo de análise.

2012), como internacionais (Marshall, 2001; Zankman & Bonomo, 2004). Penso *et al.* (2012) afirmam que essa ausência é uma constante na vida desses adolescentes. E por isso ela é naturalizada e banalizada pelos adolescentes (no próximo tópico – A Violência Tem Justificativa – relata-se como os adolescentes desta pesquisa naturalizam a postura do pai). As autoras concluíram que o pai existe fisicamente, mas, pelo fato de não estar em relação com o seu filho, ele não existe simbolicamente como figura que protege e que interdita.

Marshall (2001) identificou que as relações entre pais²³ e filhos são pobres e distantes, e não raro, os cuidadores são insensíveis às necessidades dos filhos. Essa insensibilidade também foi identificada nesta pesquisa. Os pais não permitem que os filhos explorem o mundo exterior. Eles estabelecem regras rígidas que mantêm os adolescentes dentro de casa – *“filho do portão para fora vai virar marginal, vai virar ladrão, vai virar bandido...”* (Odair) – e não percebem que os filhos precisam ter experiências fora de casa para conhecer outras formas de relacionamento familiar, outros valores, outras regras, de modo que por meio de elaborações, os adolescentes desenvolvam a sua autonomia. Portanto, é necessário resgatar e reaproximar os pais dos filhos, de modo que eles possam estabelecer uma relação de figura paterna que protege e educa os adolescentes, e que também seja um mediador na construção de valores (B. N. S. Costa, 2012; Penso *et al.*, 2012; Zankman & Bonomo, 2004).

Pode-se perceber, além do que foi exposto, que quando os adolescentes não causam algum tipo de infortúnio na família, a relação entre pais e filhos fica desligada. As relações familiares pautadas em fronteiras desligadas tende a não haver respostas, quando estas são solicitadas (Minuchin, 1984). As respostas paternas, nas famílias pesquisadas, só ocorrem quando o adolescente comete comportamentos que os pais consideram como inadequados. E essas respostas são, geralmente, violentas.

²³ O autor utiliza o termo *parents*, fazendo referência tanto aos pais como às mães.

5.7.3.A Violência Tem Justificativa

Enfatiza-se neste tópico uma dinâmica elaborada para os adolescentes refletirem sobre violência intrafamiliar. Para este objetivo, foi proposto aos adolescentes que eles realizassem um júri simulado sobre uma cena de violência intrafamiliar da novela global *Fina Estampa* (2011).

A cena do vídeo descreve o seguinte: o personagem Baltazar²⁴ entrou em casa e ficou furioso ao ver a filha (Solange) dançando funk com o som no volume alto. Ele arrancou o aparelho da tomada, e gritou com Solange perguntando de quem é o aparelho. Celeste (mãe de Solange e esposa de Baltazar) chegou neste exato momento. Ao mesmo tempo em que Solange respondeu que pegou emprestado com uma amiga, a mãe disse que foi ela quem comprou. “Uma das duas está mentindo e vai pagar por isso!” – ameaçou o pai. Celeste tentou se explicar, mas Baltazar não quis saber e avisou que vai jogar o som na lagoa, como fez com o antigo. A esposa tentou impedi-lo: “Você não tem o direito de fazer isso! O som é meu! Comprei com meu dinheiro!”. O casal discutiu e Baltazar bateu no rosto de Celeste. Esta, em um ato reflexo, contragolpeou com toda força no rosto do marido. Ao ver o que fez, a esposa tentou pedir desculpas: “Desculpa... Eu não queria fazer isso... Foi sem querer”. Mas o motorista ficou furioso e retornou a agredi-la. Solange tentou conter a fúria do pai: “Larga ela! Você vai matar a minha mãe”, mas só com as palavras não consegue impedir o motorista e decidiu pegar o som que está no chão e bateu com força na cabeça de Baltazar. Este caiu no chão desmaiado²⁵.

A consigna proposta aos adolescentes foi que eles analisassem e julgassem o comportamento de Solange bater no pai com o som. Para a realização da atividade, os adolescentes foram separados em dois grupos: um em defesa da atitude de Solange e o

²⁴ Este personagem interpreta um homem de família que é homofóbico, sexista e comete violência intrafamiliar.

²⁵ Descrição retirada do site <http://www.videolog.tv/OPSJF/videos/703909> com adaptações.

outro para acusar a personagem. Todos os adolescentes exerceram, em momentos diferentes, dos dois papéis. O primeiro grupo de acusação foi formado por: Alberto, Sabino, Levi e Rafael. O grupo de defesa foi formado por: Lino, Fernando, Geraldo e mais um adolescente²⁶ que cometeu abuso sexual, mas não aderiu à pesquisa.

O grupo de acusação inicia o debate com Alberto afirmando que “*o comportamento da Solange foi de tentar matar o pai*”. Sabino explica que isso aconteceu “*porque ela queria se vingar, pois o pai não deixava a adolescente dançar Funk*”. Lino rebate ao dizer que “*Solange agiu por legítima defesa, afinal o pai estava enforcando sua mãe e ela queria defender a mãe*”. Alberto responde que “*... ela poderia ter matado ele, e que uma tentativa de homicídio é pior que um homicídio*”. Sabino completa que “*foi uma vingança da filha, pois o pai não queria que ela fosse uma piriguete*”.

Levi relembra a cena em que o pai (personagem Baltazar) apanhou por causa da filha Solange. Lino disse que o pai só apanhou porque foi tentar retirar a Solange a força da boate. Sabino disse que “*o pai tem razão de tentar tirar a filha de lá, pois o local estava cheio de velhos colocando dinheiro na roupa dela... um velho daquele só quer outra coisa*”.

A equipe problematiza para ambos os grupos se tem algo na relação que justifica a violência na família. Rafael afirmou que “*quem sabe se ela não dançasse, ela não criaria problema*”. Lino, do outro grupo, defende que “*bater não adianta, que a filha tá em busca de seu sonho, de ter sucesso e a mãe comprou o som, pois queria apenas ajudar*”. Este adolescente ainda afirmou que a profissão da Solange justifica ela usar essas roupas. Sabino disse que é culpa da mãe, porque é a mãe que a incentiva, e que o pai só bate na filha para tirar ela da má vida, e questiona os meninos do grupo da defesa dizendo: “*vamos supor, se você tem uma filha que vai para essa vida, você ia gostar?*”.

²⁶ Frisa-se que todas as informações deste adolescente foram excluídas deste trabalho.

Os adolescentes trocam de papéis, de modo que os adolescentes que estavam no papel de defesa passaram a exercer o papel da acusação, e o grupo de acusação passaram para o papel de defesa. O grupo de acusação retoma o raciocínio e acusa Solange de ter agredido o pai. Lino disse que *“ela agrediu com o som do dinheiro que a menina roubou”*. Levi defende Solange ao afirmar que *“o som foi comprado por um dinheiro que a Solange ganhou, e que Solange apenas se defendeu”*. Lino disse que *“não existe denúncia de que seu cliente (Baltazar) batia nelas”*. Rafael disse que *“elas não fizeram a denúncia porque elas estavam com medo”*. Lino retruca com o argumento que *“elas são é safadas porque rouba ele”* e acrescenta *“meu cliente foi espancado pela filha. Elas falaram que havia comprado o som do dinheiro delas, e de onde vem esse dinheiro, sendo que elas não trabalham. Elas roubaram e bateram nele, ele podia ter um coma, poderia ficar sem trabalhar”*. Sabino disse que *“ela só bateu porque foi defender a mãe dela, porque ela estava cansada de apanhar, então foi legítima defesa, e o Baltazar batia nela sem motivo, até quando ela estava quieta lavando a louça”*. Rafael lembra que *o Baltazar já havia passado por um processo da Lei Maria da Penha, e disse que “mesmo que ela esteja se prostituindo, isso não tem nada a ver”*.

Antes de refletir sobre a forma como os adolescentes debateram sobre a cena da novela, resgata-se a pergunta feita antes de começar este núcleo: quais as repercussões da violência praticada pelas famílias nos adolescentes? Primeiro, pode-se identificar que o debate dos adolescentes é polarizado, baseado no que é certo ou errado. Ademais, o discurso deles é fundamentado em valores patriarcais. Mesmo quando os adolescentes estiveram no grupo da defesa, eles não citaram o direito de escolha da adolescente. Eles também não consideraram a possibilidade dos três personagens conversarem entre si sobre a música, a dança e o contexto onde se dança, de modo que os três personagens tivessem voz, e que o consenso fosse uma possibilidade.

Por meio do jogo ataca-defende, os adolescentes naturalizaram os papéis de mãe e de pai. Quando eles afirmaram que a culpa da filha estar em um contexto do funk é da personagem Celeste, eles responsabilizam apenas a mãe pela educação da filha, e não problematizam a participação do pai nesse processo, reconhecendo que este é coadjuvante. Quando os adolescentes afirmaram que o personagem Baltazar só bate na filha para “*tirar da má vida*” (Sabino), eles reconhecem o recurso da violência como uma forma de estabelecer a autoridade na família e como forma de solução de problemas, pois, de acordo com Rafael, os problemas existem pelo motivo da filha dançar funk. Penso *et al.* (2012) afirmam que esse modelo de restabelecer a ordem na casa não representa o uso da autoridade (quando o filho reconhece a legitimidade da solicitação da figura parental), mas sim o uso do autoritarismo (respostas não coerentes dos pais e das mães que não responsabilizam os filhos, nem promovem a autonomia dos filhos).

Quando os adolescentes exerceram o papel de acusação, o discurso adotado foi fundamentado em posicionamentos moralistas e fortalecidos pela crença em valores patriarcais e na dominação-exploração masculina sobre a mulher e a adolescente. A conclusão desta atividade é que para os adolescentes, a violência praticada é justificada, assim como os pais e as mães destes adolescentes justificaram as violências cometidas ao longo do GM. Possivelmente, os motivos dos adolescentes não terem conseguido elaborar outras respostas, para além do discurso polarizado, é que eles estavam identificados com os conteúdos do debate. Além disso, a postura de os adolescentes justificarem o uso da violência para resolver conflitos pode fazer referência que eles estão repetindo padrões familiares (Carter & McGoldrick, 1995), estão mantendo os mitos familiares (1985), de modo que a unidade do sistema seja mantida e o sentido de identidade seja reafirmado através dos tempos e das gerações (Penso, Costa, & Ribeiro, 2008).

5.8. Núcleo de Análise sobre a Sexualidade: Como os Discursos Familiares Afetam os Adolescentes?

Antes de apresentar a análise deste núcleo, é importante lembrar que este núcleo é constituído dos seguintes materiais: relato do 2º encontro (tema sexualidade) do GM, material gráfico construído pelos adolescentes no 3º encontro (tema fantasias), genograma e complementação de frases.

Fantasias: Em busca de uma expressão sexual lasciva

O primeiro cartaz foi construído pelos adolescentes Levi, Rafael e Sabino (que cometeram abuso sexual) e Geraldo (irmão de Alberto, lembrando que ele apenas estava participando do GM como membro da família de Alberto). É importante relatar que este grupo tinha adolescentes de 17 anos (Rafael) e um adulto de 18 anos (Geraldo). Os outros dois adolescentes tinham 12 anos. A seguir apresenta-se o cartaz e a história que os adolescentes criaram.



O título da história dos adolescentes é “*Um dia de sorte*”. A história foi contada por Geraldo: “*De manhã cedo a mulher acorda para molhar as plantas... de uma forma bem sensual (risos)... Aí ela liga para uma amiga dela ir para a casa dela... elas ficam lá conversando e começam a se pegar (se beijar), vão tomar banho juntas e transam (risos)... Aí as duas pensam: Vamos fazer uma festinha (risos). Elas chamam mais uma amiga e um cara. Aí as camisinhas, a gente colocou, assim, por que eles passaram a noite toda, né... assim (risos)... assim... transando, né (risos)... Aí colocamos o superman para representar o superpoderes de ver através das coisas (risos). Levi interrompe Geraldo e afirma: esse cara aqui (a figura grande do homem sem blusa no meio do cartaz) ele vai bater nessas mulheres aqui, ó (foto das mulheres acima da figura do homem citada). Geraldo fala para Levi: Que bater o que cara, cê tá doido. E Geraldo continua: Aí é isso. Foi o dia de sorte do cara. Ele passou a noite toda no esquema (fazendo sexo)”.*

As fantasias eróticas ocorrem em crianças de ambos os sexos, desde a idade primeva. Por volta dos cinco anos, as fantasias eróticas se manifestam tanto por meio de eventos sexuais, como de forma independente, sem nenhuma estimulação (Langfeldt, 1984). As fantasias eróticas fazem parte dos scripts sexuais intrapsíquicos, que “*utilizam elementos de origens muito diversas – elementos simbólicos fragmentários, cenários culturais mais amplamente compartilhados e elementos de experiência pessoal –, que são organizados em esquemas cognitivos estruturados e tomam a forma de sequências narrativas, planos e fantasias sexuais*” (Bozon, 2004, p. 130). Este script coordena a vida mental e o comportamento social de modo a discriminar situações sexuais e os estados corporais.

É importante frisar que estes scripts são uma construção sócio-histórica-cultural (Bozon, 2004; Weeks, 2000; Vance, 1995), de modo que as fantasias sexuais (como também os outros atos sexuais) e os significados sexuais são variáveis (Loyola, 1999; Heilborn, 1999; Vance, 1995), ou seja, a importância social e o significado subjetivo

dependem da definição e da compreensão das diferentes culturas em seus diferentes períodos históricos. “*Na verdade, as culturas geram categorias, esquemas e rótulos muito diferentes para estruturar as experiências sexuais e afetivas*” (Vance, 1995, p. 16-17). Com isso, a autora quer afirmar que essas construções organizam e significam a experiência sexual coletiva por meio do impacto das identidades, definições, ideologias e regulações sexuais. Dessa forma, compreende-se que as fantasias sexuais são vivências subjetivas derivadas de um determinado momento histórico (Bozon, 2004).

Como os scripts sexuais têm como efeito inserir a sexualidade em uma dramaturgia (Bozon, 2004), parece que na história relatada acima, a despeito dos adolescentes apresentarem uma relação homossexual (frisa-se, entre duas mulheres que compartilham afetividade e intimidade), esta história é fundamentada em desejos heteronormativos. O desenrolar da história traduz que o ato sexual entre o homem e as mulheres está dissociado de uma expressão afetiva ou de romantismo. Pelo contrário, o script remete à lascívia e à orgia tanto masculina como feminina, de modo que o anonimato e a impessoalidade sejam as características marcantes da história construída.

Essas características, primeiro, revelam a genitalização da sexualidade masculina dos adolescentes. A concentração da sexualidade dos homens nos órgãos genitais é um processo histórico-cultural. Esse processo derivou a expressão falocracia, que representa o endeusamento do pênis, reduzindo as zonas erógenas no homem apenas a zona genital, impedindo o homem de sentir prazer em outras zonas corporais (Saffioti, 1987). Quando os adolescentes finalizaram a história (“*Foi o dia de sorte do cara. Ele passou a noite toda no esquema*”), fica claro a presença de um empobrecimento da relação sexual (Saffioti, 1987), fundamentada em uma otimização do corpo e na busca intensa e a curto prazo do prazer.

Dessa forma, é marcante também o caráter hedonista da sexualidade. Por meio da história e do cartaz construído por estes adolescentes, a sexualidade está direcionada para

uma vivência instantânea e imediata, e o prazer, que é vivido com o outro, é sentido individualmente. A experiência é baseada na brevidade da relação e na percepção do corpo como objeto descartável (Bauman, 1998). O fato da história dos adolescentes ser intitulada como “*UM DIA DE SORTE*” explicita que o projeto da sexualidade é baseado na eventualidade e no acaso.

Outra característica do cartaz é a dimensão da virilidade representada nas seguintes figuras: homem com o corpo hipertrofiado e a figura do *superman* demonstrando seus superpoderes. A virilidade está indissociável das características físicas, das provas de potência sexual (Bourdieu, 1998/2010). A manifestação da virilidade objetiva buscar a honra por meio da exploração e dominação da outra pessoa (mulheres). Dessa forma, a expressão da sexualidade é concebida como um ato agressivo (Bourdieu, 1998/2010).

A virilidade também está presente no discurso dos adolescentes, que é caracterizado por um apetite sexual intenso (relação sexual entre um homem e três mulheres). Aqui a virilidade é transvestida pela capacidade e potência sexual. Tanto a virilidade compreendida como violência dirigida às mulheres (como foi expresso por Levi), como a virilidade compreendida como o *superman sexual* (consenso de todos os adolescentes), deve ser validada e reconhecida por outros homens. É importante frisar que apenas um dos participantes na dinâmica confrontou a fala de Levi. A virilidade é “*uma noção eminentemente relacional, construída diante de outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo*” (Bourdieu, 1998/2010, p. 67).

Contudo é importante destacar que a despeito da virilidade demonstrar força, coragem, e conceder poder ao homem, ela esconde, paradoxalmente, vulnerabilidades. O preço que o homem tem que pagar por esses benefícios é a carga de que ele constantemente precisa afirmar e reafirmar a sua virilidade, por meio de provas diferentes

com desejo de pegar o cara (figura da boca). Aí o cara pega uma delas forte... (risos) já no esquema. Mas de repente chega a polícia fazendo baculejo no cara. Aí ela descobre que o cara meche com tráfico de drogas. Ela tenta conversar com os policiais, tenta negociar para ele ser liberado e tal, mas não consegue. O cara vai em cana (preso). Aí ela esquece o cara, e já fica de olho em outros dois caras. Aí ela pega os dois e fica que nem Dona Flor e seus dois maridos (risos). Aí ela tinha que decidir por um deles e não conseguia e ficou um tempo assim, né, com os caras e pensando. Como ela não conseguia escolher um dos dois, aí ela pegou outro cara... um terceiro. Com esse cara ela casou e teve um filhinho... E assim passaram juntos o resto da vida... até ficar bem velhinhos”.

O script sexual dessa história apresenta algumas semelhanças com a história do outro grupo, isto é, parece representar ainda um modelo de relação considerada como “*o homem (ser humano) sem vínculos*” (Bauman, 2004, p.8). Ao longo da história criada pelos adolescentes deste grupo, ocorreram várias relações sexuais pautadas no anonimato (não há identificação dos personagens, nem a história destes), na busca de um prazer individual, imediato, breve e impessoal. De acordo com Monteiro (1999), os adolescentes masculinos valorizam a experiência sexual na constituição de uma sexualidade masculina. E apesar de não estar explícita no discurso dos adolescentes deste grupo, a virilidade continua presente graficamente. Os adolescentes escolheram figuras que mostram o corpo do homem hipertrofiado representando o seu poder e a sua masculinidade.

É interessante notar que a despeito dos cartazes mostrarem figuras de mulheres expressando uma sexualidade lasciva, durante este encontro, os adolescentes afirmaram que a mulher com esse tipo de comportamento é considerada como “*mulher banda*”. E essa mulher não deve ser considerada como uma mulher para casar, mas apenas para ter relações sexuais casuais. Lino ainda tentou problematizar essa situação ao questionar se um dos pesquisados ficasse apaixonados por uma mulher banda. As respostas dos

adolescentes foram: “*Mulher assim não presta não, você entra e sai fora*” (Alberto); “*Você curte apenas o momento, cara*” (Rafael); “*É complicado, pois os amigos estão sempre influenciando, e pode acabar não ficando com a menina por conta dos amigos*” (Lino).

Mas o que chama atenção neste cartaz são dois aspectos. O primeiro é que história, a despeito de ser intitulada como “*UMA HISTÓRIA INDECISA...*” houve um projeto de sexualidade que não foi fundamentado no acaso, pelo contrário, houve uma decisão e um direcionamento. E o outro aspecto é a presença da polícia na história.

Em relação ao roteiro da história, parece que a constituição da sexualidade (destes adolescentes) precisa passar por várias etapas sexuais, com o objetivo de adquirir maturidade afetiva e sexual. A primeira é ter várias relações sexuais com pessoas diferentes e realizar fantasias sexuais (constituição da sexualidade masculina e maturação sexual). A segunda etapa é namorar, com o objetivo de casar (maturação afetiva) e constituir a família e viver um relacionamento afetivo eterno (maturação social). Leal e Fachel (1999) identificaram, na sua pesquisa com jovens da periferia de Porto Alegre, que os adolescentes masculinos significam a acumulação de experiências sexuais como parte do processo de amadurecimento físico, emocional e moral.

Essa representação emerge um modelo de iniciação sexual romântica (Leal & Fachel, 1999). As autoras afirmam que esse tipo de iniciação sexual se refere à “*vida sexual ativa* (dos adolescentes), (à) *vida reprodutiva*, (ao) *casamento* e (à) *‘adulterz’*, *tudo isso mais ou menos encadeado de forma a aparentemente não haver possibilidade social de escolher apenas um desses eventos: eles vêm em pacote*” (Leal & Fachel, 1999, p. 105). A despeito de a história ser intitulada como indecisa, ela apresenta processos de escolha sob a conotação de desejos (Leal & Fachel, 1999).

Em relação ao segundo aspecto, a polícia aparece na história com o objetivo de prender uma pessoa envolvida com o tráfico de drogas. Essa cena faz parte da realidade de

alguns adolescentes (como foi visto anteriormente). Porém, a polícia representa não apenas a repressão da desordem, mas atua como símbolo de uma ordenação / regularização da sexualidade. Foucault (1988/2011) identificou que o sexo e a sexualidade não se limitavam a uma questão da intimidade, mas representam também uma questão política, de modo que o Estado precisa desenvolver procedimentos de gestão. Esses procedimentos eram formas de mecanismos de poder com o objetivo de regular a sexualidade por meio de discursos públicos e não pelo rigor de uma proibição.

No cartaz em questão, a polícia simbolicamente representa os pais, as mães, as avós e os avôs dos adolescentes. Os cuidadores não estabelecem uma censura, mas procuram administrar a sexualidade dos adolescentes por meio de discursos que negam diretamente o desenvolvimento psicosssexual dos adolescentes (como Cláudia, mãe de Levi disse ao filho “*que não está na hora de namorar, tem apenas que estudar*”), ou indiretamente santificando a sexualidade humana (como foi o caso da mãe de Rafael, que orientou o filho a ter um relacionamento intitulado de “*namoro santo*” que tem como característica principal a castidade). Os outros discursos são a banalização da sexualidade (como exemplo, a reação da avó de Lino, quem flagra o adolescente e seu irmão vendo filme com cenas de nudez – “*vocês estão vendo essas porcarias, é seus merdas*”) e a desqualificação dela por meio de anedotas e brincadeiras sobre o tema (como foi a atitude tanto de Oscar, pai de Alberto, como de Odair, padrasto de Rafael).

Esses discursos, por terem uma tonalidade moralista e autoritária, não permitem que os adolescentes reflitam sobre o fenômeno que vivenciam com a devida seriedade que o tema exige. E quando os cuidadores procuram os adolescentes para conversar de forma mais séria sobre o tema, o discurso se reduz a questões biológicas: doenças sexualmente transmissíveis – DST’S –, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA, e gravidez precoce. Não que esses temas sejam desmerecidos de preocupação, mas a sexualidade

implica em refletir sobre questões afetivas, relacionais, sociais, econômicas e culturais (Louro, 2010; Hooks, 2010; Parker, 2010).

Oliver (2007) orienta os pais e os responsáveis a observarem que comportamentos de adolescentes, como ter poucos amigos, passar muito tempo brincando com crianças (comportamentos apresentados pelos cinco adolescentes desta pesquisa) e conversar com estas sobre sexo de forma explícita (sinal apresentado por Levi e Rafael), podem representar sinais de alarme de que o abuso sexual pode acontecer. Para que isso não ocorra, o pesquisador oferece três sugestões para prevenir o abuso sexual: dialogar com os adolescentes sobre suas fantasias sexuais, conversar com os adolescentes sobre sexo consentido, sexo não consentido e os danos do abuso sexual; e intervir quando os adolescentes apresentam algum desses sinais supracitados (orientando-os a ter amigos de faixa etária mais próxima, passar mais tempo em outras atividades e não apenas brincando com as crianças e não falar sobre o tema sexo e sexualidade com as crianças, que essa tarefa é dos adultos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a intenção de ser didático, apresentam-se as considerações finais nos seguintes tópicos. Primeiro, resgata-se os objetivos deste trabalho e os articula com os resultados da pesquisa. Em seguida, discursa sobre qual o peso os resultados têm no comportamento sexual ofensivo dos adolescentes desta pesquisa. Em terceiro, reflete-se sobre a proposta do GM. E por fim, apresentam-se os limites deste trabalho e sugestões para futuras pesquisas.

O objetivo deste trabalho foi estudar como a expressão da sexualidade desses adolescentes ocorreu em família. Identificou-se que nem os cuidadores, nem os adolescentes da pesquisa trocam informações sobre crenças, comportamentos e histórias relacionadas à própria sexualidade. De um lado tem as mães que sofreram violência sexual. Elas poderiam até não contar sobre essa ocorrência, uma vez que lembrar desse fato pode trazer à tona uma revivência de sentimentos relacionados ao abuso, mas elas poderiam orientar os filhos sobre formas de expressar a sexualidade e sobre cuidados que se deve ter, mesmo dentro da família. Do outro lado tem os pais, que de forma consensual, as mães afirmaram que esse papel de conversar sobre sexo e sexualidade pertence a eles. Esses achados estão relacionados com pesquisas que identificaram que há uma distância nas relações entre pais e filhos caracterizada como uma indisponibilidade materna ou ausência de uma figura paterna. (Baker *et al.*, 2003; Costa, 2012; Penso *et al.*, 2012).

Outro fator que representa mais um tijolo no desenvolvimento de uma expressão sexual ofensiva dos adolescentes pesquisados se encontra em um dos legados transgeracionais – a violência. Tanto nas atuais relações familiares, como nas transgeracionais, os cuidadores (pais, mães, avós e avôs) utilizaram da tecnologia da violência tanto para resolver problemas familiares e conflitos com os filhos, como para

fazer valer os valores e as regras da família. Dessa forma, pôde-se identificar, por meio dos genogramas, que as famílias demonstraram fronteiras intergeracionais rompidas (Furniss, 1993), de modo que ocorresse o fenômeno do ciclo repetitivo da violência / abuso (Cirillo & Di Blasio, 1997; Penso & Neves, 2008; Pedersen & Grossi, 2011; Ribeiro & Bareicha, 2008). Essa característica das famílias foi encontrada também em pesquisas que nomearam essa atitude dos pais como práticas educativas erradas (Chagnon, 2008), vínculos paterno-filiais destrutivos (Marshall, 2001), vinculação insegura com os pais (Marshall, Serran & Cortoni, 2000) e despreparo para a maternidade e paternidade (Pedersen & Grossi, 2011).

Além dessa estrutura da família, quando os adolescentes criaram oportunidades para os cuidadores abordarem o tema da sexualidade, os responsáveis expressaram, ao menos, três ações. A primeira é a de negar o desenvolvimento psicosssexual do adolescente, e direcionar / reduzir as atividades dele apenas para / aos estudos. A outra forma é banalizar essa dimensão humana, chamando-a de “*porcaria*” (Breno, avô de Lino). E a terceira é a desqualificação da sexualidade por meio de brincadeiras e piadas. Dessa forma, pode-se dizer que os adolescentes pesquisados não aprenderam sobre sexualidade com as suas famílias?

Não. Não podemos afirmar isso. Pelo contrário. Os adolescentes aprenderam muito sobre sexualidade por meio da negação, da banalização e da desqualificação. Primeiro eles aprenderam que esse assunto não deve ser compartilhado com os pais, mas deve ser socializado com os amigos. Eles também aprenderam que as posturas tradicionais dos pais, como “*namoro santo*”, “*tudo na vida tem uma hora certa para fazer (sexo após o casamento)*” e “*não vai fazer o que você não quer que aconteça com a sua irmã*” não devem ser consideradas, pois não são valores atuais, como se pode perceber na resposta dos adolescentes: “... *isso não é da sua época não*” (Alberto). Em outras palavras, os adolescentes não reconhecem a autoridade dos pais para abordar esse assunto. Isso

representa o terceiro aprendizado: a autoridade sobre o assunto sexualidade não está dentro de casa, mas fora de casa (amigos, escola, internet).

A despeito de considerar que os resultados identificados correspondem aos tijolos da construção de uma sexualidade ofensiva do adolescente, é de suma importância afirmar que não se pode reduzir a construção / desenvolvimento do adolescente apenas na sua relação com a família, pois outros sistemas (escola, comunidade, esporte, amigos, Estado) se relacionam com esse sujeito.

A estrutura familiar, a violência intrafamiliar e as práticas educativas familiares sobre sexualidade não são determinantes diretos e isolados desse desenvolvimento. Primeiro, há de considerar que há outros fatores influenciando esses três tijolos. E segundo, porque há fatores de outras naturezas envolvidos nessa construção.

Em relação à família e a violência intrafamiliar, observa-se que ela é um fenômeno historicamente construído a partir das relações de poder, gênero, etnia e classe social. Dentro dessas relações, permeiam valores do patriarcalismo, do machismo, da inferioridade de gênero e de dominação / exploração da mulher e da criança (Faleiros, 1998; Pedersen & Grossi, 2011; Safiotti, 1987). Há de considerar também os fatores sociais facilitadores desse processo como a miséria, o desemprego, as más condições de vida e de sobrevivência (Pedersen & Grossi, 2011). Em outras palavras, a violência intrafamiliar possui relação com a violência estrutural, que é manifestada na desigualdade, na exploração, nas relações de poder e na precariedade de condições do capitalismo moderno, *“pois a estrutura das relações violentas é ao mesmo tempo econômica, cultural e de poder”* (Leal & César, 1998, p. 76).

A mesma observação pode ser estabelecida em relação à sexualidade do adolescente. Não é apenas o sistema familiar responsável nesse processo. A sociedade, a escola, a comunidade e os amigos também influenciam os adolescentes no seu desenvolvimento

sexual, na sua percepção de relacionamento afetivo-sexual, nas suas concepções de se relacionar com o próprio corpo e com o corpo da outra pessoa (Heilborn, 1999; Louro, 2010; Weeks, 2010).

Diante do que foi exposto, é relevante comentar sobre a proposta do GM adaptado para o atendimento de famílias com adolescentes que cometem abuso sexual (Costa *et al.*, 2011). Primeiro que a proposta de cada encontro do GM é congruente com as demandas que as famílias pesquisadas apresentaram. O primeiro encontro, que tem como tema proteção ajudou a problematizar os modelos parentais de educar, de modo que uma nova regra seja construída na família – não causar dano / não fazer o mal (Fishman, 1996). O segundo e o terceiro encontros (sexualidade e fantasias) ajudaram tanto os cuidadores a reconhecerem o desenvolvimento psicosexual dos adolescentes, como possibilitaram aos adolescentes a reflexão de como eles expressam a própria sexualidade. A partir dessa reflexão, foi possível direcionar o desenvolvimento de uma expressão sexual que respeite as crianças e que busque momentos, espaços e pessoas próximas de sua idade e do seu desenvolvimento psíquico. O quarto encontro (violência é um crime) ajudou os pais, novamente, a refletir sobre as tecnologias utilizadas para estabelecer hierarquia, autoridade, regras e valores. Este encontro também possibilitou aos adolescentes a tomarem consciência de seus atos violentos, e que estes atos possuem raízes em diversos solos (individual, família, escola e sociedade). Além disso, foi possível mostrar a eles a importância de se responsabilizarem pelas atitudes cometidas diante da criança e da família. O quinto e o sexto encontros destinados ao procedimento do genograma ajudaram as famílias a compreenderem o ciclo familiar, a herança familiar e fenômenos como a repetição. E o último encontro ajudou as famílias a projetarem um futuro consciente e planejado.

Além desses resultados esperados, tanto os familiares, como os próprios adolescentes construíram uma rede social de apoio. Em vários encontros alguns cuidadores relataram que se encontraram nos finais de semana para conversar sobre os adolescentes e as questões que eles apresentavam. Os adolescentes também se encontraram ao longo da semana ou nos finais de semana para conversarem sobre assuntos relacionados tanto sobre as dinâmicas do GM, como sobre a escola, a família e garotas de interesse. A importância da construção dessa rede, de acordo com Gutiérrez-Lobos *et al.* (2001), é que ela pode exercer um impacto importante sobre a gestão de crise (tanto da família, como do adolescente) e pode influenciar estratégias de prevenção (de recaída). Com esses resultados, pôde-se compreender que o GM configurou como um fator de proteção para os adolescentes que cometeram abuso sexual e para as suas famílias para que não reincidem em novas violências.

Contudo, é importante relatar os limites da pesquisa. O primeiro limite é o próprio contexto onde se desenvolveu a pesquisa. Não foi possível realizar uma avaliação psicológica pormenorizada de cada adolescente, com o objetivo de identificar detalhes do desenvolvimento psicológico, familiar e escolar. Infere-se que uma avaliação dessa natureza pode apresentar outras informações relevantes e esclarecedoras do comportamento sexual dos adolescentes pesquisados.

Outro limite foi que, mesmo com o apoio de estagiários como relatores, a dinâmica do GM não permitiu uma atenção / observação exclusiva de cada adolescente / família. Desse modo, nem todas as informações emitidas pelos participantes em cada atividade foram recuperadas.

Além do exposto, novos desafios são lançados à proposta de atendimento adotada nesta pesquisa. Dois desafios aqui se colocam em relevo. O primeiro é que uma boa parte dos adolescentes pesquisados apresentou demandas de desenvolvimento de habilidades

sociais, mais especificamente na área de relacionamentos afetivo-sexuais. Sugere-se que um momento para o desenvolvimento dessas habilidades no GM pode ajudar o adolescente a direcionar a sua sexualidade de acordo com os padrões e regras sociais, bem como melhorar sua competência social.

O outro desafio beneficia os cuidadores. A maioria deles concordou que é necessário utilizar outros recursos para educar, porém os pais não sabem como usar outros métodos, uma vez que eles têm domínio apenas do recurso da violência. Pode ser positivo, que durante o atendimento, um momento seja destinado aos cuidadores para desenvolverem estratégias educacionais construtivas.

Para concluir, frisa-se que este trabalho fez um pequeno recorte, isto é, buscou compreender a sexualidade do adolescente em família. Portanto, novas pesquisas devem ser realizadas com o tema da sexualidade, porém buscando compreender os aspectos políticos, sociais, culturais, religiosos e escolares que podem influenciar no desenvolvimento de uma sexualidade ofensiva. Sugere-se também que futuros estudos sejam realizados com o objetivo de identificar fatores de risco envolvidos na expressão sexualmente abusiva de adolescentes que cometeram abuso sexual. Consequentemente, é fundamental pesquisar sobre os fatores de proteção, de modo que as famílias, as comunidades, as escolas, a sociedade e o governo possam fazer uso desses fatores para proteger os adolescentes e as famílias. E por fim, é necessário pesquisar sobre métodos de supervisão e monitoramento dos adolescentes que cometeram abuso sexual após o atendimento terapêutico, tanto para conhecer a eficiência e eficácia da proposta terapêutica, como para identificar fatores que promovem ou que estão envolvidos com a reincidência.

REFERÊNCIAS

- Abrapia. (2003). *Relatório anual de denúncias de abuso e exploração sexual de 2002*. Retirado em 07, de novembro de 2011. Do site <http://www.observatoriodainfancia.com.br/IMG/pdf/doc-96.pdf>.
- Aded, N. L. O.; Dalcin, B. L. G. S., & Cavalcanti, M. T. (2007). Estudo da incidência de abuso sexual contra crianças do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(8), 1971-1975.
- Andrade, G. R. B. & Vaitsman, J. (2002). Apoio social e redes: Conectando solidariedade e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4), 925-934.
- Arias, I. & Pape, K. T. (1994). Physical Abuse. In: L. L' Abate (Ed.). *Handbook of developmental family psychology and psychopathology* (pp. 284-308). New York: John Wiley & Sons, INC.
- Ariès, P. (2006). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman, trad.). 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC.
- Azeredo, V. G. (2010). *Entre paredes e redes: O lugar da mulher nas famílias pobres*. *Serviço Social & Sociologia*, 103, 576-590.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (2001). *Mania de bater: A punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Iglu.
- Baker, A. J. L., Tabacoff, R., Tornusciolo, G., & Eisenstadt, M. (2003). Family secrecy: A comparative study of juvenile sex offenders and youth with conducts disorders. *Family process*, 42(1), 105-116.
- Baptista, M. A. N. (2002). Violência doméstica: As contribuições da terapia familiar como uma possibilidade de tratamento. In L. M.P. Silva, (Ed.), *Violência doméstica contra a criança e o adolescente* (pp. 181-238). Recife: Edupe.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Bauman, Z. (2004). *O amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beauvoir, S. (1949/1970). *O segundo sexo: Fatos e mitos*. (S. Millet, Trad.). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Bianchini, F. & De Antoni, C. (2012). Adolescentes que abusam sexualmente de crianças ou de outros adolescentes. In L. F. Habigzang & S. H. Koller (Eds.), *Violência contra crianças e adolescentes: Teoria, pesquisa e prática* (pp. 43-68). Porto Alegre: Artmed.
- Blanchard, R. & Barbaree, H. E. (2005). The strength of sexual arousal as a function of the age of the sex offender: Comparisons among pedophiles, hebephiles, and teleiophiles. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17(4), 441-456.
- Bock, A. M. B. & Liebesny, B. (2003). Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens de São Paulo. In S. Ozella (Ed.). *Adolescências construídas: A visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez editora.
- Bourdieu, P. (1998/2010). *A dominação masculina*. (M. H. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bozon, M. (2004). *Sociologia da sexualidade*. (M. L. Menezes, Trad.). Rio de Janeiro: FGV.
- Bozon, M. & Heilborn, M. L. (2006). Iniciação à sexualidade: Modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In M. L. Heilborn; E. M. L. Aquino; M. Bozon & D. R. Knauth (Eds.), *O aprendizado da sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros* (pp. 156-206). Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.

- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos* (A. C. Barreto, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Butler, J. (2010). Corpos que pensam: Sobre os limites discursivos do sexo. In G. L. Louro (Ed.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 125-150). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, S. M. & Seto, M. C. (2002). Distinguishing two types of adolescents sex offenders. *American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 41(1), 83-90.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar. (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cirilo, S. & Di Blasio, P. (1997). *Niños maltratados: Diagnóstico y terapia familiar*. Barcelona: Paidós.
- Costa, B. N. S. (2012). O filho de ninguém: Estudo de caso de adolescente que cometeu ofensa sexual. In M. A. Penso, M. I. G. Conceição, L. F. Costa, & T. C. O. C. Carreiro, (Eds.), *Jovens pedem socorro: O adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual* (pp. 139-152). Brasília: Liber.
- Costa, L. F. (2003). *E quando acaba em malmequer? Reflexões acerca do Grupo Multifamiliar e da visita domiciliar como instrumentos da psicologia clínica na comunidade*. Brasília: Universa.
- Costa, L. F. & Lima, H. G. D. (2008). *Abuso sexual: A justiça interrompe a violência*. Brasília: Liber livro.
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. M. C. (2005). O Grupo Multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicologia USP*, 16(4), 121-146.

- Costa, L. F., Penso, M., A. & Almeida, T. M. C. (2006). Nos bastidores da pesquisa: dificuldades no procedimento metodológico em situações-limite. *Psico*, 37(2), 175-181.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Almeida, T. M. C., & Ribeiro, M. A. (2008). “A justiça é demorosa, burra e cega”: Percepções de famílias sobre a dimensão jurídica dos crimes de abuso sexual. *Boletim de Psicologia*, 58(128), 85-102.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Almeida, T. M. C., & Ribeiro, M. A. (2009). Grupo Multifamiliar: Espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 21-30.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Junqueira, E. L., & Meneses, F. F. F. (2011). “Ministério da Obrigação adverte”: É preciso proteger os adolescentes ofensores sexuais. *Avances em Psicología Latinoamericana/Bogotá*, 29(1), 33-46.
- Coutinho, M. P. L., Estevam, I. D., Araújo, L. F., & Araújo, L. S. (2011). Prática de privação de liberdade e, adolescentes: Um enfoque psicossociológico. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 101-109.
- Demo, P. (2006). *Avaliação Qualitativa*. (9ªed.). Campinas: Autores Associados.
- Dias, C. M. S. B. (1994). A importância dos avós no contexto familiar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10(1), 31-40.
- Dias, C. M. S. B. (2002). A influência dos avós nas dimensões familiar e social. *Revista Symposium*, 6(1/2), 34-38.
- Drezett, J., Caballero, M., Juliano, Y., Prietto, E. T., Marques, J. A., & Fernandes, C. E. (2001). Estudo de mecanismos e fatores relacionados com o abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino. *Jornal de Pediatria*, 77(5), 413-419.

- Esber, K. M. (2009). *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: Um estudo a partir da teoria sócio-histórica*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Esteves de Vasconcellos, M. J. (2010). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. São Paulo: Papyrus.
- Faleiros, E. T. S. & Campos, J. O. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Cecria.
- Faleiros, V. P. (1998). A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In M. F. P. Leal & M. A. César (Eds.). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes* (pp. 6-17). Brasília: CECRIA.
- Faleiros, V. P. (2008). Parar o abuso e desenvolver a proteção. In L. F. Costa & H. G. D. Lima (Eds.). *Abuso sexual: A justiça interrompe a violência* (pp. 159-170). Brasília: Liber Livro.
- Fishman, H. C. (1996). *Tratando adolescentes com problemas: Uma abordagem da terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa (3ª Ed.)*. (J. E. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artmed e Bookman.
- Foucault, M. (1988/2011). *História da sexualidade: A vontade de saber* (Vol. 1). (M. T. C. Albuquerque & J. A.G. Albuquerque, Trad.). São Paulo: Graal.
- Furniss, T. (1996). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Fuziwara, A. S. & Fávero, E. T. (2011). A violência sexual e os direitos da criança e do adolescente. In M. R. F. Azambuja & M. H. M. Ferreira (Eds.), *Violência sexual contras crianças e adolescentes* (pp. 35-47). Porto Alegre: Artmed.

- Gabel, M. (1997). Algumas observações preliminares. In M. Gabel (Ed.), *Crianças vítimas de abuso sexual* (S. Goldfeder, Trad.) (pp. 9-14). São Paulo: Summus.
- Gee, D. G., Devilly, G., J. & Ward, T. (2004). The content of sexual fantasies for sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 16(4), 315-331.
- González Rey, F. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios*. (M. A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação*. (M. A. F. Silva, Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Green, R. (2002). Is pedophilia a mental disorder? *Archives of Sexual Behavior*, 31(6), 467-471.
- Gutiérrez-Lobos, K., Eher, R., Grünhut, C., Bankier, B., Schmidl-Mohl, B., Früwald, S. & Semler, B. (2001). Violent sex offenders lack male social support. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45(1), 70-82.
- Habigzang, L. F. & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2011). *Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: Manual de capacitação profissional*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Heilborn, M. L. (1999). Construção de si, gênero e sexualidade. In M. L. Heilborn (Ed.) *Sexualidade: O olhar das ciências humanas* (pp. 40-58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Hooks, B. (2010). Eros, erotismo e processo pedagógico. In G. L. Louro (Ed.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 113-124). Belo Horizonte: Autêntica.

- Hunter, J. A., Figueredo, A. J., Malamuth, N. M., & Becker, J. V. (2003). Juvenile sex offenders: toward the development of a typology. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15, 27-48.
- Kamphuis, J. H., De Ruiter, C., Janssen, B., & Spiering, M. (2005). Preliminary evidence for an automatic link between sex and power among men who molest children. *Journal of Interpersonal Violence*, 20 (11), 1351-1365.
- Koller, S. H., & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: uma visão ecológica. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 297-314). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2003). *World report on violence and health*. Washington, D.C.: World Health Organization.
- Landini, T. S. (2005). *Horror, honra e direitos: Violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Langfeldt, T. (1984). Processos de desenvolvimento sexual. In L. L. Constantine & F. M. Martinson (Eds.). *Sexualidade infantil: Novos conceitos, novas perspectivas*. (R. Schoueri Jr. & P. C. Lindemberg, Trad.) (pp. 33-39) São Paulo: Roca.
- Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. (H. Monteiro & F. Settineri, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Leal, M. F. P. (1998). Violência intrafamiliar: Um estudo preliminar. In: M. F. P. Leal & César, M. A. César (Eds.). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes* (pp. 18-22). Brasília: CECRIA.
- Leal, M. F. P., & César, M. A. (1998). Grupos de trabalho sobre exploração sexual comercial e violência intrafamiliar. In M. F. P. Leal & César, M. A. César (Eds.).

Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (pp. 69-74). Brasília: CECRIA.

Leal, O. F., & Fachel, J. M. G. (1999). Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: M. L. Heilborn (Ed.), *Sexualidade: O olhar das ciências sociais* (pp. 96-116). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lima, A. C. C. (2008). Espaços de subjetivação em processos violentos na relação amorosa. *Fazendo o Gênero: Corpo, violência e poder* (UFSC). Acessado em 11 de abril, 2012, disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST35/Ana_Cristina_Costa_Lima_35.pdf

Lima, C. M. (2009). *Infância ferida: Os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais*. Curitiba: Juruá editora.

Loizos, P. (2004). Video, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Ed.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp. 137-155). (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes.

Loh, C. & Gidycz, C. A. (2006). A prospective analysis of the relationship between childhood sexual victimization and perpetration of dating violence and sexual assault in adulthood. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(6), 673-688.

Louro, G. L. (2010). Pedagogias da sexualidade. In G. L. Louro (Ed.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 07-34). Belo Horizonte: Autêntica.

Loyola, M. A. (1999). A sexualidade como objeto das ciências humanas. In M. L. Heilborn (Ed.). *Sexualidade: O olhar das ciências humanas* (pp. 31-39). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lussier, P., Beaugregard, E., Proulx, J., & Nicole, A. (2005). Developmental factors related to deviant sexual preferences in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(9), 999-1017.

- Magagnin, A. T. & Almeida, A. M. O. (2000). Violência contra a infância e a adolescência. In A. M. O. Almeida, & L. H. C. Z. Pulino (Eds.), *Fórum de combate à violência: Projeto Bem-Me-Quer*. (pp. 21-30). Brasília: Prática.
- Marcelli, D. & Braconnier, A. (1989). *Manual de psicopatologia do adolescente*. (A. E. Filman, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Marshall, W. L. (2001). *Agressores sexuais*. Barcelona: Ariel.
- Marshall, W. L., Marshall, L. E., Serran, G. A., & Fernandez, Y. M. (2006). *Treating sexual offenders: An integrated approach*. New York: Routledge.
- Martins, M. A. F., & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2005). Bater para educar ou maltratar: Contribuições ao estudo da violência intrafamiliar. In L. F. Costa, & T. M. C. Almeida (Eds.). *Violência no cotidiano: Do risco à proteção* (pp. 59-74). Brasília: Liber.
- Martins, C. B. G. & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: Perfil das vítimas e agressores em um município do sul do Brasil. *Texto & Contexto Enfermagem*, 19(2), 246-255.
- McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2012). *Genogramas: Avaliação e intervenção familiar*. (S. M. M. Rosa, Trad.). (3ª Ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Meyer, D. E. (2010). Gênero e educação: Teoria e política. In G. L. Louro, J. Felipe, & S. V. Goellner (Eds.), *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação* (pp. 09-27). Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. (2ª edição). São Paulo: Hucitec
- Miner, M., Borduin, C., Prescott, D., Bovensmann, H., Schepker, R., Du Bois, R., Schladale, J., Eher, R., Schmeck, K., Langfeldt, T., Smit, A., Pfäfflin, F.(2006).

- Standards of Care for Juvenile Sexual Offenders of the International Association for the Treatment of Sexual Offenders. *Sexual Offender Treatment*, 1(3), 1 – 7.
- Ministério da Saúde. (2002). *Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: Um passo a mais na cidadania em saúde*. Brasília: Secretaria de Assistência Social.
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (2011). *Relatório de Pesquisa: Perfil do adolescente infrator*. Brasília: MPDFT/SECPLAN.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S. & Fishman, H. C. (1990). *Técnicas de terapia familiar*. C. Kinsch & M. E. F. R. Maia (Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Monteiro, S. (1999). Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In M. L. Heilborn. *Sexualidade: O olhar das ciências humanas* (pp. 117-145). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Morin, E. (1996). Epistemologia da complexidade. In D. F. Schnitman (Ed.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. (pp. 274-289) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Muramoto, M. T. & Mângia, E. F. (2011). A sustentabilidade da vida cotidiana: Um estudo das redes sociais de usuários de serviço de saúde mental no município de Santo André (SP, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(4), 2165-2177.
- Narvaz, M. G. (2010). Grupos multifamiliares: História e conceitos. *Contextos Clínicos*, 3(1), 1-9.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.
- Nichols, W. C. (1986). Understanding family violence: an orientation for family therapists. *Contemporary Family Therapy*, 8(3), 188-207.

- O'Hanlon, W. H. & Davis, M. W. (1994). Em busca de soluções: Novos rumos em psicoterapia. (E. E. Patsch, Trad.). Campinas: Editoria PsyII.
- Oliver, B. E. (2007), Three steps to reducing child molestation by adolescents. *Child Abuse and Neglect*, 31, 683-689.
- Ozella, S. & Aguiar, W. M. J. (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 97-125.
- Parker, R. (2010). Cultura, economia, política e construção social da sexualidade. In: G. L. Louro (Org), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 125-150). Belo Horizonte: Autêntica.
- Parks, G. A., & Bard, D. E. (2006). Risk factors for adolescent sex offender recidivism: Evaluation of predictive factors and comparison of three groups based on victim type. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 18, 319-342.
- Pedersen, J. R., & Grossi, P. K. (2011). O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural. In M. R. F. Azambuja & M. H. M. Ferreira (Eds.), *Violência sexual contras crianças e adolescentes* (pp. 25-34). Porto Alegre: Artmed.
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F., & Carreteiro, T. C. O. C. (2012). História de vida e transmissão geracional familiar em adolescentes que cometeram ofensa sexual. In M. A. Penso, M. I. G. Conceição, L. F. Costa, & T. C. O. C. Carreteiro, (Eds.), *Jovens pedem socorro: O adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual* (pp. 51-64). Brasília: Liber.
- Penso, M. A.; Conceição, M. I. G.; Costa, L. F. & Carreteiro, T. C. O. C. (2012). Cadê o pai? A relação dos adolescentes que cometeram ofensa sexual e dos adolescentes que cometeram ato infracional com a figura materna. In M. A. Penso, M. I. G. Conceição, L. F. Costa, & T. C. O. C. Carreteiro, (Eds.), *Jovens pedem socorro: O*

- adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual* (pp. 65-78). Brasília: Liber.
- Penso, M. A.; Conceição, M. I. G.; Costa, L. F. & Carreteiro, T. C. O. C. (2012). Histórias de violência presentes nas vidas dos adolescentes.. In M. A. Penso, M. I. G. Conceição, L. F. Costa, & T. C. O. C. Carreteiro, (Eds.), *Jovens pedem socorro: O adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual* (pp. 107-112). Brasília: Liber.
- Penso, M. A. & Neves, V. L. (2008). Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. In M. A. Penso & L. F. Costa (Eds.), *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção* (pp. 123-142). São Paulo: Summus.
- Ribeiro, M. A. & Bareicha, I. C. (2008). Investigando a transgeracionalidade da violência intrafamiliar. In M. A. Penso & L. F. Costa (Eds.), *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção* (pp. 251-281). São Paulo: Summus.
- Ribeiro, M. A., Rodrigues, D. A. S., & Lápido, A. M. A. (2005). Violência intrafamiliar: Um estudo sobre a convivência da mãe em um caso de abuso sexual dos filhos. In L. F. Costa & T. M. C. Almeida (Eds.), *Violência no cotidiano: Do risco à proteção* (pp. 13-28). Brasília: Liber Livro.
- Rich, P. (2009). *Juvenile sexual offenders: A comprehensive guide to risk evaluation*. New Jersey, John Wiley & Sons, Inc.
- Rolland, J. S. (1995). Doença crônica e o ciclo de vida familiar. In B. Carter & M. McGoldrick (Eds.), *As mudanças do ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (2ª edição) (pp.373-392). (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

- Ronis, S. T. & Borduin, C. M. (2007). Individual, family, peer, and academic characteristics of male juvenile sex offenders. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 35, 153-163.
- Ryan, G., Lane, S., Davis, J., & Isaac, C. (1987). Juvenile sex offenders: Development and correction. *Child Abuse and Neglect*, 11(3), 385-395.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Sanfelice, M. M. & De Antoni, C. (2010). A percepção do abusador sexual sobre a (sua) sexualidade. *Revista Interamericana de Psicologia*, 44(1), 131-139.
- Santos, B. R. (2007). *O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil*. Goiânia: Cânone editorial.
- Santos, L. V. & Costa, L. F. (2004). Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6(1), 59-72.
- Schmickler, C. M. (2006). *O protagonista do abuso sexual: Sua lógica e estratégias*. Chapecó: Argos.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20, 71-99.
- Seto, M. C. (2008). *Pedophilia and sexual offending against children: theory, assessment, and intervention*. Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Skyner, A. C. R. (1979). *Pessoas separadas em um só corpo: Princípios da psicoterapia familiar e conjugal*. (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Sluzki, C. E. (2006). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. (3ª Ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Smallbone, S. W. & McCabe, B. A. (2003). Childhood attachment, childhood sexual abuse, and onset of masturbation among adult sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(1), 1-9.

- Snyder, H. N. (2000). *Sexual assault of young children as reported to law enforcement: Victim, incident, and offender characteristics*. Pittsburgh: National Center for Juvenile Justice.
- Stirpe, T. S. & Stermac, L. E. (2003). An exploration of childhood victimization and family of origin characteristics of sexual offenders against children. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47(5), 542-555.
- Thornton, J. A., Stevens, G., Grant, J., Indermaur, D. Chamarette, C., & Halse, A. (2008). Intrafamilial adolescent sex offenders: Family functioning and treatment. *Journal of Family Studies*, 14, 362-375.
- Vance, C. S. (1995). A Antropologia redescobre a sexualidade: Um comentário teórico. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, 5(1), 7-31.
- Vezezano, C.; Veneziano, L. & LeGrand, S. (2000). The relationship between adolescent sex offender behaviors and victim characteristics with prior victimization. *Journal of Interpersonal Violence*, 15(4), 363-374.
- Ward, T., Gannon, T. A., & Birgden, (2007). Human rights and the assessment and the treatment of sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 19, 195-216.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Jackson, D. D. (2005). *Pragmática da comunicação humana: Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da comunicação*. (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Weeks, J. (2010). O corpo e a sexualidade. In G. L. Louro (Ed.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 35-82). Belo Horizonte: Autêntica.
- Witt, P. H., Bosley, J. T., & Hiscox, S. P. (2002). Evaluation of juvenile sex offenders. *The Journal of Psychiatric & Law*, 30, 569-592.

- Worling, J. R. & Langström, N. (2003). Assessment of criminal reicidivism risk with adolescents who have offended sexually. *Trauma, Violence, and Abuse*, 4, 341-362.
- Yozo, R. Y. K. (1996). *100 jogos para grupos: Uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas*. São Paulo: Ágora.
- Zankman, S. & Bonomo, J. (2004). Working with parents to reduce juvenile sex offender recidivism. *Journal of a Child Sex Abuse*, 13(3/4), 139-156.

ANEXOS

ANEXO 1

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ADOLESCENTES E CUIDADORES

- Entrevista para o GM Data: _____

Nome: _____

DN: _____ R.A: _____

Profissionais responsáveis: _____

01 – Sujeito:

02 – Descrição do caso:

03 – Perfil da família:

. Figura de referência nesta família:

. Atividades de lazer em família:

. As regras desta família:

. Com quem esta família pode contar?

. Quem conversa com o filho sobre sexualidade?

. Como é realizada esta conversa?

. O filho tem abertura para perguntar, para falar sobre sexualidade?

04 – Ecomapa

06 – Genograma

07 – Situação atual do sujeito.

08 – Condições socioeconômicas da família.

09 – Perfil da vítima.

10 – Perfil da família da vítima.

11 – Condição socioeconômica da família da vítima.

12 – Situação atual da vítima.

13 – Perfil da Violência. (Foi denunciado? Onde foi denunciado? Quem denunciou?)

14 – Procedimentos adotados: Houve a denúncia? Instituições envolvidas?

(CT, VIJ, DPCA)

15 – Medida Socioeducativa.

16 – Observações Finais:

ANEXO 2

COMPLEMENTAÇÃO DE FRASES

O meu primeiro beijo foi com _____ anos.

O tipo de menina que me atrai _____
_____.

No futuro eu serei um homem _____
_____.

Eu comecei a ter interesse por sexo _____.

Uma fantasia que tenho é _____
_____.

Eu converso sobre sexo com _____.

As qualidades que um homem tem são _____
_____.

Eu imagino que a menina ideal para mim seja _____
_____.

Minha família quando fala sobre sexo, ela fala _____
_____.

Eu imagino que namorar _____
_____.

Minha mãe fala que homem _____
_____.

A mulher mais gostosa para mim é a _____.

Minha primeira experiência sexual foi _____
_____.

Eu imagino que no sexo pode _____
_____.

Quando estou excitado, eu imagino _____
_____.

Se meus pais fossem diferentes, eu imagino _____
_____.

Quando me masturbo, eu imagino _____
_____.

Eu imagino que ser macho é ser _____
_____.

Meu pai (ou padrasto) fala que sexo _____
_____.

Minha primeira experiência sexual foi _____
_____.

Meu corpo é _____.

Minha família fala que menina _____
_____.

Minha mãe com meu pai (ou padrasto) é _____
_____.

Meus amigos falam que ser homem é ser _____
_____.

No sexo não pode rolar _____
_____.

Meu pai (ou padrasto) com minha mãe é _____
_____.

ANEXO 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do Projeto: Grupo Multifamiliar III – Ofensores Sexuais. O nosso objetivo é atender ao adolescente ofensor sexual e sua família.

O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que o seu nome não aparecerá e será mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de qualquer informação que permita identificá-lo (a).

A sua participação será através da entrevista e participação no Grupo Multifamiliar (GM). Informamos que o senhor (a) poderá se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir da participação na pesquisa, sem nenhum prejuízo para o senhor (a).

Os resultados da pesquisa serão divulgados aqui no COMPP/SESDF.

Caso o (a) senhor (a) tenha qualquer dúvida com relação a pesquisa, entre em contato com Fernanda Meneses no COMPP/SESDF, através do telefone (61) 3326-3757, no turno matutino, das 08:00 às 12:00 hs ou com Bruno Nogueira da Silva Costa (mestrando da UnB), através do telefone (61) 9177-2803.

Este Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da SESDF e qualquer dúvida com relação a assinatura da TCLE ou dos direitos do sujeito da pesquisa, podem ser obtidos através do telefone 3325-4955.

A elaboração deste documento foi realizada em 02 vias, sendo 01 via do sujeito da pesquisa e outra via do pesquisador responsável.

Nome:

Nome:

Pesquisador responsável

Brasília, _____ de _____ de 2011.

ANEXO 4

EMENDA A PROJETO

PESQUISA TITULO: Grupo Multifamiliar com Adolescentes Ofensores Sexuais

PROTOCOLO DO CEP: _____ / _____

Encaminhamos para análise e conhecimento desse Comitê de Ética em Pesquisa as seguintes alterações no projeto acima mencionado:

Por meio de intervenções de Grupo Multifamiliar, compreender a sexualidade de adolescentes ofensores sexuais em suas respectivas famílias.

Compreender como os adolescentes ofensores sexuais expressam sua sexualidade na família e como a família percebe essa expressão;

Compreender como a família expressa a sua sexualidade e como o adolescente percebe essa expressão;

Identificar como a família expressa a sexualidade ao longo das gerações.

Justificativa:

A sexualidade é compreendida como a descrição das crenças, valores, sentimentos, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas, historicamente modeladas (Weeks, 2000) e culturalmente transmitidas em relação ao corpo, ao prazer e ao sexo. Em outras palavras, a sexualidade não se desenvolve de forma inata, ela é, sim, de natureza intersubjetiva, construída nas relações familiares, interpessoais, sociais e políticas. Sob esta perspectiva, torna-se fundamental compreender como a expressão violenta da sexualidade de adolescentes ofensores sexuais foi desenvolvida nas relações familiares.

Espera-se que essa compreensão possa contribuir com as intervenções clínicas, familiares e grupais.

Método:

O método adotado é o de pesquisa qualitativa, o qual permite o aprofundamento dos significados de sentimentos, crenças, valores e relações (Minayo, 1993). As informações obtidas por meio desse método representam indicadores (e não dados). González Rey (1997) conceitua indicador como conjunto de elementos que adquire significação e permite a formulação de hipóteses explicativas.

A principal característica desta pesquisa é a sua qualidade de atuar como pesquisa-ação, no sentido de se propor também a intervir e transformar a realidade dos participantes. O pesquisador estimula os participantes ao longo do processo a participarem ativamente e reflexivamente (Barbier, 2004). Destarte, o recurso adotado para realizar a pesquisa é o Grupo Multifamiliar desenvolvido por Costa (2003) e por Costa, Penso e Almeida (2005).

Costa et al (2005) afirmam que o método do Grupo Multifamiliar proporciona condições para a revisão e reconstrução das relações entre pais e filhos. As conversações e trocas entre as gerações possibilitam aos familiares refletirem sobre a perspectiva transgeracional da violência, expondo fatores que podem estar associados à desproteção e à negligência como reflexo do relacionamento intrafamiliar e de suas experiências infantis.

Instrumentos:

Os recursos a serem empregados para a realização da entrevista são: atividades em grupo por meio de dinâmicas de grupo, aplicação de genogramas e visita domiciliar. A seguir são descritos os procedimentos dos instrumentos citados.

O uso do genograma se justifica por ele representar graficamente a composição da família e dos relacionamentos em, pelo menos, três gerações (Carter & McGoldrick, 1995). Por meio desse diagrama estrutural é possível obter diferentes informes sobre a família,

como a estrutura familiar, os vínculos, a posição de cada membro na estrutura, aspectos importantes do relacionamento familiar em nível intergeracional e transgeracional, conflitos, padrões repetitivos, ocorrências importantes como doenças, alcoolismo, uso de drogas, prisão, violência, separações, nascimentos, entre outras informações. (Carter & McGoldrick, 1995; Penso, Costa & Ribeiro, 2008).

A visita domiciliar, de acordo com Brandão e Costa (2003), busca reconhecer que a intervenção do pesquisador passa a fazer parte do sistema familiar, de modo que se de outra forma, as atividades empregadas por ele eram para a família, na proposta das autoras citadas, a intervenção é com a família. O pesquisador se posicionará como um “*praticante reflexivo, como extensão de seu objeto de estudo*” (Brandão & Costa, 2003, p.121). Costa (2003) afirma que a visita domiciliar é uma forma de atendimento que objetiva complementar o conhecimento sobre a família. A natureza desse atendimento é focal, ou seja, o problema é definido e delimitado e o pesquisador apresentará suas posições de forma sintética.

Procedimentos para a coleta de informações:

A seleção dos participantes será coordenada pela equipe de psicólogas e assistente social do Centro de Orientação Médico e Psicopedagógico – COMPP, que conduz o Grupo Multifamiliar de Adolescentes Ofensores Sexuais. As famílias serão entrevistadas e inseridas no Grupo. As informações a serem coletadas e o procedimento do genograma serão aplicados no decorrer do grupo. A visita domiciliar será agendada de acordo com a disponibilidade e interesse de cada família. Para garantir a autonomia dos sujeitos da pesquisa foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide anexo) para que o adolescente e o seu representante legal manifestem a sua concordância em participar.

Em todas as suas etapas constituintes os cuidados éticos com seres humanos serão assegurados, de acordo com os requisitos da Resolução CNS 196/96 e atendendo as

exigências especificadas no documento de Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.

Aguardando manifestação desse Comitê quanto à apreciação e aprovação.

Brasília, ____ / _____ / _____

Prof.^a Dra. Liana Fortunato Costa

Referências Bibliográficas:

- Barbier, R.(2004). *A Pesquisa-Ação*. (L. Didio, Trad.). Brasília: Líber Livro Editora
- Brandão, S. N. & Costa, L. F. (2003).Um primeiro esboço sobre questões relativas á construção do conhecimento em contexto complexo: Fazendo pesquisa e visitas domiciliares. Em Costa, L. C. E quando acaba em malmequer? (115 – 132). Brasília: Editora Universa.
- Carter, B. e Macgoldrick, M. (1995) *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. (M. A. V. Veronese, Trad.). 2ª. ed.. Porto Alegre: Editora Artmed.
- Costa, L. F. (2003). E quando acaba em malmequer? Brasília: Editora Universa.
- Costa, L.; Penso, M.A.; Almeida, T.M.C. (2005). O grupo multifamiliar com um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicologia USP*, 16, (4), 121 – 146.
- González Rey, F. (1997). Epistemología cualitativa y subjetividade. São Paulo, Educ.
- Minayo, M. C. de S. (1993). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. Em Minayo, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (61-77). 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Penso, M.A.; Costa, L.F. e Ribeiro, M.A. (2008). Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. Em M. A. Penso e L. F. Costa (orgs.). *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus editorial, 9 – 23.
- Weeks, J. (2000). O corpo e a sexualidade. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias das sexualidades* (pp. 35-83). Belo Horizonte: Autêntica.

ANEXO 5



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Projeto Nº
331/09

EMENDA A PROJETO

I – IDENTIFICAÇÃO

Título: Grupo multifamiliar com adolescentes ofensores sexuais

Data de Entrada da emenda no CEP:
26/06/2011

II – INTRODUÇÃO: MOTIVO(S) DA EMENDA

O pesquisador reapresenta os objetivos, os métodos qualitativos a serem utilizados na pesquisa. Ressalta que a semelhança do projeto aprovado anteriormente por este CEP, ele usará atividades em grupo, dinâmicas, genogramas e visita domiciliar. Apresentou ainda o *currículum vitae* de Bruno Nogueira da Silva Costa.

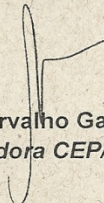
III – PARECER DO CEP FRENTE ÀS RESOLUÇÕES 196/96 CNS/MS E COMPLEMENTARES

Emenda aprovada.

IV – EMENDA:

Aprovada em reunião colegiada de 04 de julho de 2011.

Brasília, 04 de julho de 2011.


Maria Rita Carvalho Garbi Novaes
Coordenadora CEP/SES-DF

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.